

A Mensagem de **Gálatas**



John R. W. Stott







A Bíblia Fala Hoje

Editores da série: J. A. Motyer (AT)
John R. W. Stott (NT)

A MENSAGEM DE GÁLATAS

Outros livros desta série:

- A Mensagem de Rute** — David Atkinson
- A Mensagem de Eclesiastes** — Derek Kidner
- A Mensagem de Daniel** — Ronald S. Wallace
- A Mensagem de Oséias** — Derek Kidner
- A Mensagem de Amós** — J. A. Motyer
- A Mensagem do Sermão do Monte** — John R.W. Stott
- A Mensagem de Atos** — John R.W. Stott
- A Mensagem de Romanos** — John R.W. Stott
- A Mensagem de 1 Coríntios** — David Prior
- A Mensagem de Gálatas** — John R.W. Stott
- A Mensagem de Efésios** — John R.W. Stott
- A Mensagem de 2 Timóteo** — John R.W. Stott
- A Mensagem de Apocalipse** — John R.W. Stott



A BÍBLIA FALA HOJE

A Mensagem de **Gálatas**

John R. W. Stott



ABU EDITORA — LIVROS PARA GENTE QUE PENSA

A MENSAGEM DE GÁLATAS

Traduzido do original em inglês

ONLY ONE WAY

Inter-Varsity Press, Inglaterra

© John R. W. Stott 1968

Direitos reservados pela

ABU Editora S/C

Caixa Postal 2216

01060-970 São Paulo, SP

Tradução de Yolanda Mirdsa Krievin

Revisão de estilo de Silêda Silva Steuernagel

Revisão de provas de Solange Domingues da Silva

O texto bíblico utilizado neste livro é da Edição Revista e Atualizada no Brasil, da Sociedade Bíblica do Brasil, exceto quando outra versão é indicada.

1.^a Edição - 1989

2.^a Reimpressão - 1997

3.^a Reimpressão - 2000

A ABU Editora é a publicadora da Aliança Bíblica Universitária do Brasil, uma entidade interdenominacional que tem como objetivo básico a evangelização de universitários e secundaristas. Sua atuação é através dos próprios estudantes, por meio de núcleos de estudo bíblico nas faculdades, acampamentos e cursos de treinamento. A fim de preservar seu caráter essencialmente evangélico e bíblico, a ABUB adota uma base de fé que é subscrita pela sua liderança em todos os níveis. Informações com o Secretário Geral, ABUB, Caixa Postal 2216, CEP 01060-970 São Paulo, SP.

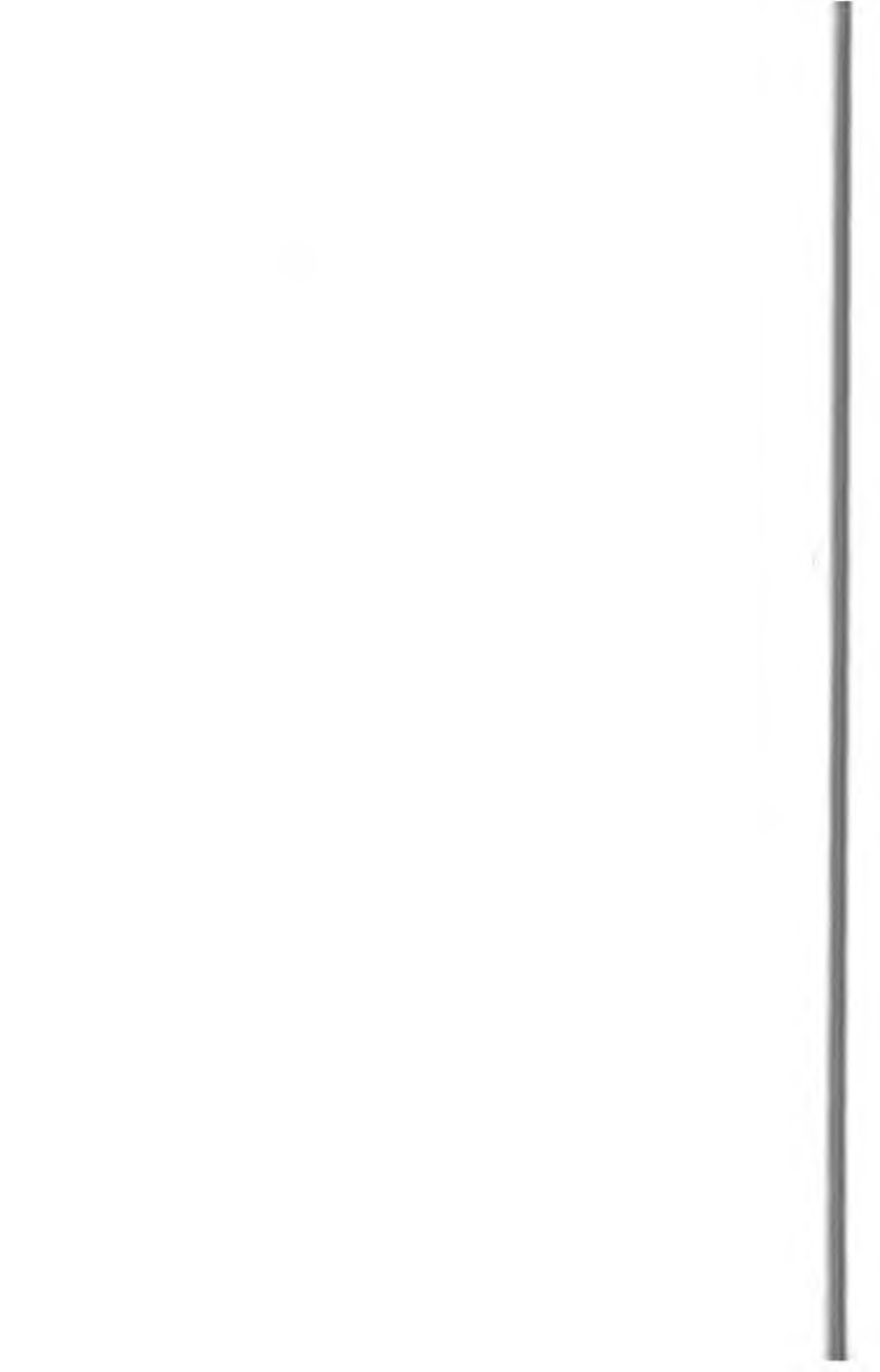
Prefácio Geral

A Bíblia fala hoje constitui uma série de exposições, tanto do Antigo como do Novo Testamento, que se caracterizam por um triplo objetivo: expor acuradamente o texto bíblico, relacioná-lo com a vida contemporânea e proporcionar uma leitura agradável.

Esses livros não são, pois, “comentários”, já que um comentário busca mais elucidar o texto do que aplicá-lo, e tende a ser uma obra mais de referência do que literária. Por outro lado, esta série também não apresenta aquele tipo de “sermões” que, pretendendo ser contemporâneos e de leitura acessível, deixam de abordar a Escritura com suficiente seriedade.

As pessoas que contribuíram nesta série unem-se na convicção de que Deus ainda fala através do que já falou, e que nada é mais necessário para a vida, o crescimento e a saúde das igrejas ou dos cristãos do que ouvir e atentar ao que o Espírito lhes diz através da sua Palavra, tão antiga e, mesmo assim, sempre atual.

J. A. MOTYER
J. R. W. STOTT
Editores da Série



Prefácio do Autor

Os capítulos a seguir abrangem uma série de vinte sermões que foram pregados nos cultos vespertinos da Igreja de All Souls, em Langham Place, Londres, entre outubro de 1965 e julho de 1966. A coragem para assumir essa responsabilidade, devo-a principalmente ao estímulo de meu amigo e colega Robert Howarth.

Uma exposição bíblica feita em seqüência é de grande valor, tanto para o pregador como para a congregação. Ela nos força a dedicar maior atenção a passagens mais difíceis que, de outra forma, nos sentiríamos tentados a negligenciar. Além disso, minimiza os perigos de má interpretação e má aplicação, pois nos compele ao estudo de cada texto em seu contexto, capacitando-nos assim a alcançar uma visão equilibrada do todo.

Sou grato aos editores pela ajuda que me deram ao prepararem o manuscrito para ser publicado. Transformar sermões em literatura (ou, pelo menos, semiliteratura) é um trabalho maçante, até penoso. Tentei eliminar a maioria das repetições, como também a linguagem direta, coisas aceitáveis numa pregação mas que são extremamente cansativas num livro. Se algumas repetições e coloquialismos permaneceram, peço ao leitor que seja indulgente; não me pareceu justo ocultar totalmente a forma de pregação na qual este material apareceu originalmente.

Além disso, um estilo popular talvez seja mais adequado para uma exposição popular, como é o caso destes estudos. Embora eu tenha procurado, na preparação dos sermões, dedicar tempo suficiente para a elucidação do texto, tanto orando e meditando como consultando comentários e dicionários, este livro não pretende ser uma exegese erudita. Quando os comentaristas diferem em suas interpretações, por exemplo, eu geralmente opto por expor a minha própria opinião, e raras vezes trabalho com alternativas diversas. A preocupação com os pormenores da exegese acaba confundindo o leitor; o que eu anseio que este capte e absorva, no entanto, é a mensagem da Epístola.

É impressionante a relevância desta mensagem para a situação da igreja na atualidade. Em Gálatas, o apóstolo trata de assuntos que continuam em evidência; os princípios que ele estabelece ainda são de importância vital. Na verdade, penso que esta é a impressão mais forte

e mais duradoura que o estudo da Epístola deixou em minha própria mente. Durante os meses em que preguei estes sermões, eu dizia e repetia para mim mesmo: “Eis-nos aqui, uma congregação londrina relativamente sofisticada, em pleno século XX, dedicando-nos semana após semana ao estudo sistemático de uma pequena carta escrita no primeiro século por um cristão judeu que era, na época, pouco conhecido, e destinada a umas pequenas e obscuras igrejas escondidas nas montanhas da Galácia.” Extraordinário! Será que existe em nossa geração qualquer outro documento tão antigo que desperte tanta atenção de tanta gente por um período tão longo? Eu acho que não, a não ser outros documentos bíblicos. O estudo me deixou mais convencido do que nunca da inspiração divina e, portanto, da autoridade permanente e da relevância das Escrituras.

JOHN R. W. STOTT

Principais Abreviaturas

Arndt-Gingrich	<i>A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature</i> , traduzido e editado por W. F. Arndt e F. W. Gingrich (Cambridge University Press, 1957).
BJ	<i>A Bíblia de Jerusalém</i> (Edições Paulinas).
BLH	<i>A Bíblia na Linguagem de Hoje</i> (Sociedade Bíblica do Brasil).
Brown	<i>An Exposition of the Epistle to the Galatians</i> , de John Brown, 1853 (The Sovereign Grace Book Club, 1957).
Cole	<i>Gálatas, Introdução e Comentário</i> , de R. Alan Cole, Série Cultura Bíblica (Vida Nova e Mundo Cristão).
ERAB	<i>Edição Revista e Atualizada no Brasil</i> (Sociedade Bíblica do Brasil).
ERC	<i>Edição Revista e Corrigida</i> (Imprensa Bíblica Brasileira).
Grimm-Thayer	<i>A Greek-English Lexicon of the New Testament</i> , de C. L. W. Grimm e J. H. Thayer (Clark, 1901).
Hunter	<i>Galatians to Colossians</i> , de A. M. Hunter (Layman's Bible Commentaries, S.C.M. Press, 1960).
JBP	<i>The New Testament in Modern English</i> , de J. B. Phillips, 1947-58.
Liddell e Scott	<i>Greek-English Lexicon</i> compilado por H. G. Liddell e R. Scott. Nova Edição de H. S. Jones (Oxford University Press, 1925-40).
Lightfoot	<i>Saint Paul's Epistle to the Galatians</i> , de J. B. Lightfoot, 1865 (Oliphants, 1957).
Lutero	<i>Commentary on the Epistle to the Galatians</i> , de Martinho Lutero, com base nas preleções feitas por ele em 1531 (James Clarke, 1953).

- LXX** *Septuaginta* (versão grega pré-cristã do Antigo Testamento).
- Moulton e Milligan *The Vocabulary of the Greek New Testament*, de J. H. Moulton e G. Milligan (Hodder e Stoughton, 1930).
- Neill *Paul to the Galatians*, de Stephen C. Neill (World Christian Books, Lutterworth, 1958).

Gálatas 1:1-5

A Autoridade do apóstolo Paulo e o seu evangelho

Paulo, apóstolo, não da parte de homens, nem por intermédio de homem algum, mas por Jesus Cristo, e por Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos,² e todos os irmãos meus companheiros, às igrejas da Galácia:

³ Graça a vós outros e paz da parte de Deus nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo, ⁴ o qual se entregou a si mesmo pelos nossos pecados, para nos desarraigar deste mundo perverso, segundo a vontade de nosso Deus e Pai, ⁵ a quem seja a glória pelos séculos dos séculos. Amém.

No decorrer dos cerca de trinta anos que se passaram entre a sua conversão perto de Damasco e a sua prisão em Roma, o apóstolo Paulo viajou muito pelo Império como embaixador de Jesus Cristo. Em suas três famosas viagens missionárias ele pregou o evangelho e plantou igrejas nas províncias da Galácia, Ásia, Macedônia (norte da Grécia) e Acaia (sul da Grécia). Além disso, suas visitas eram seguidas de cartas, com as quais ele ajudava a supervisionar as igrejas que fundara.

Uma dessas cartas, que muitos crêem ser a primeira escrita por ele (cerca de 48 ou 49 d.C.), é a Epístola aos Gálatas. Ela foi dirigida às igrejas da Galácia (versículo 2). Há entre os estudiosos uma certa discordância quanto ao significado de "Galácia" (detalhes quanto a isto podem ser encontrados em comentários). Eu pessoalmente entendo que a referência é à parte sul da província, e particularmente às quatro cidades da Pisídia: Antioquia, Icônio, Listra e Derbe, que Paulo evangelizou durante a sua primeira viagem missionária, narrada nos capítulos 13 e 14 de Atos.

Em cada cidade havia agora uma igreja. No Novo Testamento fica claro que a chamada "igreja de Deus" (Gl 1:13), a igreja universal, divide-se em "igrejas" locais. Não, evidentemente, em denominações, mas em congregações. Portanto, o versículo 2b poderia ser traduzido da seguinte maneira: "às congregações cristãs da Galácia". Estas igrejas eram agrupadas por motivos geográficos e políticos. Tal grupo de

igrejas poderia ser descrito no plural (p. ex., “as igrejas da Galácia”, “as igrejas da Judéia”, Gl 1:2, 22), ou com um substantivo coletivo singular (p. ex., “Acaia”, 2 Co 9:2). Este costume parece fornecer algum apoio bíblico para o conceito de uma igreja regional, uma aliança das igrejas locais de determinada área.

Já no primeiro parágrafo de sua carta aos gálatas, Paulo menciona dois temas aos quais ele irá retornar constantemente: seu apostolado e o seu evangelho. No mundo antigo todas as cartas começavam com o nome do autor, seguindo-se o nome do destinatário e uma saudação ou mensagem. Nesta epístola aos Gálatas, no entanto, Paulo se estende mais do que era costume naquele tempo e mais do que costumava fazer em suas outras cartas, tanto na apresentação de suas credenciais como autor quanto na sua saudação. Ele tinha bons motivos para fazê-lo.

Desde sua visita àquelas cidades da Galácia, as igrejas que ele havia estabelecido vinham sendo perturbadas por falsos mestres. Esses homens desencadearam um poderoso ataque contra a autoridade do evangelho de Paulo. Eles contestavam o evangelho da justificação pela graça somente pela fé, insistindo em que para se obter a salvação era necessário algo mais do que a fé em Cristo. Era preciso circuncidar-se, diziam, e guardar a lei de Moisés (veja Atos 15:1,5). Tendo solapado o evangelho de Paulo, continuavam minando também a sua autoridade. “Quem é esse tal de Paulo, afinal de contas?”, perguntavam desdenhosamente. “Certamente não foi um dos doze apóstolos de Jesus. E, até onde sabemos, também não recebeu autorização alguma de ninguém. Ele não passa de um impostor que se nomeou a si mesmo.”

Paulo percebe claramente os perigos desse duplo ataque, e por isso lança, bem no começo da Epístola, uma declaração de sua autoridade apostólica e do seu evangelho da graça. Mais adiante ele irá desenvolver estes temas; observe, porém, como ele começa: *Paulo, apóstolo* (não um impostor)... *Graça a vós*. Estes dois termos, “apóstolo” e “graça”, eram palavras muito significativas nessa situação e, se nós as entendermos corretamente, captaremos os dois assuntos principais da Epístola aos Gálatas.

1. A Autoridade de Paulo (vs. 1, 2)

Paulo, apóstolo, não da parte de homens, nem por intermédio de homem algum, mas por Jesus Cristo, e por Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos, e todos os irmãos meus companheiros, às igrejas da Galácia. Paulo reivindica para si exatamente aquele título que os falsos mestres estavam evidentemente lhe negando. Ele era um apóstolo,

um apóstolo de Jesus Cristo. O termo já possuía uma conotação exata. “Para os judeus a palavra estava bem definida: significava um mensageiro especial, com um status especial, desfrutando uma autoridade e um comissionamento que procediam de um organismo mais elevado que ele próprio.”¹

Foi esse o título que Jesus usou para seus representantes especiais ou delegados. Dentre o grande grupo de discípulos ele escolheu doze, chamou-os de “apóstolos” e, então, enviou-os a pregar (Lc 6:13; Mc 3:14). Eles foram pessoalmente escolhidos, chamados e comissionados por Jesus Cristo e autorizados a ensinar em nome dele. O Novo Testamento evidencia claramente que esse grupo era pequeno e único. A palavra “apóstolo” não era uma palavra comum, que pudesse ser aplicada a qualquer cristão como as palavras “crente”, “santo” ou “irmão”. Era um termo especial reservado aos doze e a um ou dois outros que o Cristo ressuscitado designara pessoalmente. Portanto, não pode haver sucessão apostólica, a não ser a lealdade à doutrina apostólica do Novo Testamento. Os apóstolos não tiveram sucessores. Pela natureza do caso, ninguém poderia sucedê-los. Eles foram únicos.

Paulo reivindicava pertencer a esse grupo escolhido de apóstolos. Deveríamos nos acostumar a chamá-lo de “apóstolo Paulo” e não de “São Paulo”, pois, no linguajar do Novo Testamento cada cristão é um santo, enquanto que nenhum cristão da atualidade é um apóstolo. Observe como Paulo se diferencia claramente dos outros cristãos que estavam com ele na ocasião em que escrevia a carta. Ele os chama, no versículo 2, de *todos os irmãos meus companheiros*. Embora tenha prazer em associá-los a ele na saudação, Paulo desembaraçadamente coloca-se em primeiro lugar, dando a si mesmo um título que é negado aos outros. Eles são todos “irmãos”; ele, único entre os demais, é “um apóstolo”.

Paulo não nos deixa dúvidas quanto à natureza do seu apostolado. Nas outras epístolas ele se contenta em descrever-se como “chamado para ser apóstolo” (Rm 1:1), ou “chamado pela vontade de Deus, para ser apóstolo de Jesus Cristo” (1 Co 1:1). Ou, sem mencionar a sua vocação, ele se intitula “apóstolo de Cristo Jesus pela vontade (ou ‘ordem’) de Deus” (cf. 2 Co 1:1; Ef 1:1; Cl 1:1; 1 Tm 1:1; 2 Tm 1:1). Aqui, entretanto, no início da Epístola aos Gálatas, ele desenvolve a descrição que faz de si mesmo. Paulo faz uma declaração enérgica de que seu apostolado não é humano em qualquer sentido, mas essencialmente divino. Literalmente, ele diz que é um apóstolo “não da parte

1. Cole, pág. 31.

de homens, nem por intermédio de homem algum”. Isto é, ele não fora designado por um grupo de homens, como os doze ou as igrejas de Jerusalém ou de Antioquia, nem como, por exemplo, o Sinédrio Judaico designava apóstolos, delegados oficiais comissionados para viajar e ensinar em nome dele. O próprio Paulo (como Saulo de Tarso) fora um destes, conforme verificamos em Atos 9:1,2. Mas ele não fora designado para o apostolado cristão por um grupo de homens qualquer. Da mesma forma, considerando a origem divina de sua nomeação apostólica, esta não lhe fora concedida por qualquer mediador humano individual, como no caso de Ananias, Barnabé ou qualquer outro. Paulo insiste em que os seres humanos nada tinham a ver com o seu apostolado. Sua comissão apostólica não era humana, nem direta nem indiretamente; era totalmente divina.

Em suas próprias palavras, ela lhe fora concedida *por Jesus Cristo, e por Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos*. Apenas uma preposição é usada: “*por Jesus Cristo, e por Deus Pai*”. Mas o contraste com a frase “da parte de homens” e “por intermédio de homem” dá a idéia de que o comissionamento apostólico de Paulo não veio de homens, mas de Deus Pai, não através de um homem, mas através de Jesus Cristo (inferindo, a propósito, que Jesus Cristo não é apenas um homem). Sabemos que isso é verdade. Deus Pai escolheu Paulo para ser apóstolo (sua vocação foi “pela vontade de Deus”) e o designou para esse cargo através de Jesus Cristo, o qual ele ressuscitou dos mortos. Foi o Senhor ressuscitado quem o comissionou na estrada para Damasco, e Paulo se refere a essa visão do Cristo ressuscitado como sendo uma condição essencial do seu apostolado (veja 1 Co 9:1; 15:8,9).

Por que Paulo declarava e defendia assim o seu apostolado? Será que ele não passava de um fanfarrão, cheio de vaidade pessoal? Não. Será que aqueles homens se atreviam a desafiar sua autoridade por mera provocação? Não. Era porque o evangelho que ele pregava estava em jogo. Se Paulo não fosse um apóstolo de Jesus Cristo, então as pessoas poderiam rejeitar o seu evangelho – e sem dúvida o fariam. Mas já que o que ele transmitia era a mensagem de Cristo, ele não podia suportar tal rejeição. Por isso ele defendia a sua autoridade apostólica, a fim de defender a sua mensagem.

Essa autoridade especial e divina do apóstolo Paulo bastava por si mesma para desacreditar e acabar com certas opiniões modernas sobre o Novo Testamento. Mencionarei duas delas.

a. A opinião radical

A opinião dos teólogos radicais modernos pode ser simplesmente ex-

posta da seguinte maneira: os apóstolos foram simples testemunhas de Jesus Cristo que viveram no primeiro século. Nós, por outro lado, somos testemunhas do século XX, e o nosso testemunho é tão bom quanto o deles, se não melhor. Portanto, tais estudiosos, ao lerem passagens das epístolas de Paulo das quais não gostam, dizem: “Bem, essa era a opinião de Paulo. A minha é diferente.” Falam como se fossem apóstolos de Jesus Cristo e como se tivessem a mesma autoridade do apóstolo Paulo para ensinar e decidir o que é verdadeiro e certo. Eis um exemplo de um radical contemporâneo: “S. Paulo e S. João”, escreve ele, “foram homens com paixões iguais às nossas. Por maior que fosse sua inspiração... sendo humanos, sua inspiração não era semelhante nem uniforme... pois com a sua inspiração vinha também um certo grau de psicopatologia, que é comum a todos os homens. Eles também tinham seus interesses pessoais, dos quais nem eram conscientes. Portanto, o que eles nos dizem deve ter uma qualidade autóctone, como a música. Caso contrário, devemos estar preparados para recusá-lo. Devemos ter a coragem de discordar.”¹ Somos aconselhados a discordar, note-se bem, com base puramente subjetiva. Devemos preferir o nosso próprio gosto à autoridade dos apóstolos de Cristo.

O professor C. H. Dodd, que contribuiu grandemente para o movimento da teologia bíblica, escreve, no entanto, na introdução ao seu comentário da Epístola aos Romanos: “Às vezes eu penso que Paulo está errado, e me arrisco a dizê-lo.”² Mas nós não temos liberdade de pensar assim. Os apóstolos de Jesus Cristo foram únicos: únicos na sua experiência do Jesus histórico, únicos na sua visão do Senhor ressuscitado, únicos em sua comissão através da autoridade de Cristo. Não podemos exaltar nossas opiniões acima das opiniões deles nem reivindicar que a nossa autoridade é tão grande quanto a deles, pois as opiniões e a autoridade deles foram as opiniões e a autoridade de Cristo. Assim como nós nos submeteríamos à autoridade de Cristo, devemos nos submeter à autoridade deles. Como ele mesmo disse: “Quem vos recebe, a mim me recebe” (Mt 10:40; Jo 13:20).

b. A opinião católico-romana

Os católicos romanos ensinam que, considerando que os autores da Bíblia eram clérigos, foi a igreja que escreveu a Bíblia. Portanto, a igreja está acima da Bíblia e tem autoridade, não somente para interpretá-la

1. Do capítulo intitulado “Psychological Objections” (Objeções Psicológicas), de H. A. Williams, em *Objections to Christian Belief*, Constable, 1963, págs. 55, 56.

2. C. H. Dodd, “The Epistle to the Romans”, em *Moffatt New Testament Commentary*, Hodder, 1932, págs. xxxiv, xxxv.

como também para fazer-lhe acréscimos. Mas afirmar que a igreja escreveu a Bíblia induz ao erro. Os apóstolos, autores do Novo Testamento, foram apóstolos de Cristo, não da igreja, e escreveram suas cartas como apóstolos de Cristo, não da igreja. Paulo não iniciou sua epístola dizendo: "Paulo, apóstolo da igreja, comissionado pela igreja para escrever a vós, gálatas". Pelo contrário, ele teve o cuidado de afirmar que sua comissão e sua mensagem vinham de Deus; não provinham de qualquer pessoa ou grupo humano, como a igreja, por exemplo. Veja também os versículos 11 e 12.

Portanto, a opinião bíblica assinala que os apóstolos derivaram sua autoridade de Deus através de Cristo. A autoridade apostólica é autoridade divina. Não é humana, nem eclesiástica. E, sendo divina, temos de nos submeter a ela.

Passamos assim das credenciais de Paulo como autor para o seu propósito em escrever, e de sua autoridade para o seu evangelho.

2. O Evangelho de Paulo (vs. 3, 4)

Graça a vós outros e paz da parte de Deus nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo... Não são termos formais e sem sentido. "Graça" e "paz", embora sejam palavras comuns, estão impregnadas de conteúdo teológico. Na verdade, elas resumem o evangelho da salvação pregado por Paulo. A natureza da salvação é paz, ou reconciliação: paz com Deus, paz com os homens, paz interior. A fonte da salvação é a graça, o favor livre de Deus, independente de qualquer mérito ou obras humanas, sua benevolência para com os que não merecem. E esta graça e paz flui tanto do Pai quanto do Filho.

Paulo passa imediatamente ao grande evento histórico no qual a graça de Deus foi exibida e do qual deriva a Sua paz, isto é, a morte de Jesus Cristo na cruz: *o qual se entregou a si mesmo pelos nossos pecados, para nos desarraigar deste mundo perverso, segundo a vontade de nosso Deus e Pai* (versículo 4). Embora Paulo tenha declarado antes que Deus Pai ressuscitou Cristo dos mortos (versículo 1), agora ele escreve que é através da sua entrega para morrer na cruz que Jesus nos salva. Consideremos o rico ensinamento que temos aqui acerca da morte de Cristo.

a. Cristo morreu pelos nossos pecados

O caráter de sua morte é indicado pela expressão *o qual se entregou a si mesmo pelos nossos pecados*. A morte de Jesus Cristo não foi primordialmente uma demonstração de amor, nem um exemplo de heroísmo, mas, sim, um sacrifício pelo pecado. Na verdade, o uso da pre-

posição *peri* na frase “pelos nossos pecados” em alguns dos melhores manuscritos pode ser um eco da expressão do Antigo Testamento para a oferta pelo pecado.¹ O Novo Testamento nos ensina que a morte de Cristo foi uma oferta pelo pecado, o único sacrifício através do qual os nossos pecados poderiam ser perdoados e esquecidos. Esta grande verdade não é explicada nesta passagem, porém mais adiante na Epístola (3:13) somos informados de que Cristo realmente se tornou “maldição em nosso lugar”. Ele tomou sobre a sua justa pessoa a maldição ou o juízo que nossos pecados mereciam.

Martinho Lutero comenta que “estas palavras são verdadeiros trovões do céu contra todo tipo de justiça”,² isto é, contra toda forma de justiça própria. Uma vez sabendo que Cristo “se entregou a si mesmo pelos nossos pecados”, entendemos que somos pecadores, incapazes de nos salvar, e deixamos de confiar em nós mesmos e em nossa justiça.

b. Cristo morreu para nos libertar deste mundo

Se a natureza da morte de Cristo na cruz foi “pelos nossos pecados”, seu objetivo foi “nos libertar deste mundo perverso” (versículo 4). O Bispo J. B. Lightfoot escreve que o verbo (“libertar”) “dá a tônica da epístola”. “O evangelho é uma libertação”, acrescenta ele, “uma emancipação de um estado de servidão”.

O Cristianismo é, de fato, uma religião de libertação. O verbo grego neste versículo é enfático (*exaireō*, na voz média). É usado em Atos referindo-se à libertação dos israelitas da escravidão egípcia (7:34), à libertação de Pedro da prisão e da mão do rei Herodes (12:11), e à libertação de Paulo da multidão enfurecida que estava para linchá-lo (23:27). Este versículo em Gálatas é a única passagem em que o termo é usado metaforicamente como salvação. Cristo morreu para nos libertar.

Do que ele nos liberta através da sua morte? Não exatamente deste *mundo* perverso”, como diz a nossa tradução (ERAB), pois o propósito de Deus não é nos tirar do mundo; temos de permanecer nele como “a luz do mundo” e “o sal da terra”. Mas Cristo morreu para nos libertar “deste mundo mau” (BLH), ou, como talvez deveria ser traduzido, “desta presente dispensação do maligno”, uma vez que este (o diabo) é o seu senhor. Deixe-me explicar. A Bíblia divide a história em duas dispensações: “esta dispensação” e “a dispensação futu-

1. LXX *peri hamartias*, p.ex. Lv 5:11 e Nm 8:8. Cf. Rm 8:3 e 1 Pe 3:18, onde a preposição também é *peri*.

2. Lutero, pág. 47.

ra". Além disso, ela nos diz que "a dispensação futura" já chegou, porque Cristo a inaugurou, embora a atual dispensação ainda não tenha chegado ao fim. As duas dispensações, portanto, acontecem paralelamente. Elas se sobrepõem. Conversão cristã significa libertação da antiga dispensação e transferência para a nova dispensação, "a dispensação futura". E a vida cristã consiste em viver nesta dispensação a vida da dispensação futura.

O propósito da morte de Cristo não foi, portanto, apenas nos dar o perdão, mas, depois do perdão, proporcionar-nos uma nova vida, a vida da dispensação futura. Cristo *se entregou a si mesmo pelos nossos pecados, para nos desarraigar desta presente dispensação maligna.*

c. Cristo morreu de acordo com a vontade de Deus

Tendo considerado a natureza e o objetivo da morte de Cristo, analisemos agora sua fonte ou origem. Ela aconteceu *segundo a vontade de nosso Deus e Pai*. Tanto o nosso resgate desta dispensação maligna quanto os meios pelos quais ele foi efetuado estão de acordo com a vontade de Deus. Certamente não são segundo a *nossa* vontade, como se tivéssemos alcançado nossa própria libertação. Também não são apenas segundo a vontade *de Cristo*, como se o Pai relutasse em agir. Na cruz, a vontade do Pai e a vontade do Filho estavam em perfeita harmonia. Jamais devemos supor que o Filho se ofereceu para fazer alguma coisa contra a vontade do Pai, ou que o Pai exigiu do Filho alguma coisa contra a própria vontade deste. Paulo escreve que o Filho "sacrificou-se" (versículo 4a) e que esse auto-sacrifício foi "segundo a vontade de nosso Deus e Pai" (versículo 4b).

Resumindo, este versículo nos ensina que a natureza da morte de Cristo é um sacrifício pelo pecado, que o seu objetivo é a nossa libertação desta atual dispensação maligna, e que a sua origem é a vontade cheia de graça do Pai e do Filho.

Conclusão

O que de fato o apóstolo faz nestes versículos introdutórios da Epístola é traçar três estágios da ação divina para a salvação do homem. O primeiro estágio é a morte de Cristo pelos nossos pecados, a fim de nos libertar desta presente dispensação maligna. O segundo estágio é a designação de Paulo como apóstolo para dar testemunho de Cristo, que morreu e ressuscitou. O terceiro estágio é o dom de graça e paz que foi dado a nós, os que cremos, dom esse que Cristo obteve e do qual Paulo dava testemunho.

Em cada um desses três estágios, o Pai e o Filho agiram ou continuam agindo juntos. A morte de Jesus pelo pecado foi um ato de auto-sacrifício e segundo a vontade de Deus Pai. A autoridade apostólica de Paulo foi “por Jesus Cristo, e por Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos”. E a graça e a paz que desfrutamos como resultado também são “de Deus nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo”. Que coisa maravilhosa! Eis o nosso Deus, o Deus vivo, o Pai e o Filho, operando em graça para a nossa salvação. Primeiro, ele o fez na história, na cruz. Depois, ele o anunciou nas Escrituras através dos seus apóstolos escolhidos. E, hoje, ele o concede na experiência dos crentes. Cada estágio é indispensável. Não poderia haver experiência cristã hoje sem a obra única de Cristo na cruz, especialmente testemunhada pelos apóstolos. O Cristianismo é uma religião tanto histórica como experimental. Na verdade, uma de suas principais glórias é esse casamento entre a história e a experiência, entre o passado e o presente. Jamais devemos tentar divorciá-los. Não podemos ignorar a obra de Cristo nem o testemunho dos apóstolos de Cristo, se quisermos desfrutar hoje a graça e a paz.

Não é de estranhar que Paulo conclua o seu primeiro parágrafo com uma doxologia: *a quem seja a glória* (a glória que lhe é devida, a glória que lhe pertence) *pelos séculos dos séculos. Amém.*

Gálatas 1:6-10

Falsos mestres e gálatas inconstantes

Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo, para outro evangelho; ⁷ o qual não é outro, senão que há alguns que vos perturbam e querem perverter o evangelho de Cristo. ⁸ Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue o evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema. ⁹ Assim como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema.

¹⁰ *Porventura procuro eu agora o favor dos homens, ou o de Deus? ou procuro agradar a homens? Se agradasse ainda a homens, não seria servo de Cristo.*

Em todas as outras epístolas, depois de saudar os seus leitores, Paulo continua orando por eles ou louvando e agradecendo a Deus. A Epístola aos Gálatas é a única em que não há oração, nem louvor, nem ação de graças, nem elogios. Em vez disso, o apóstolo vai direto ao assunto, com uma nota de extrema urgência. Paulo expressa admiração diante da inconstância e instabilidade dos gálatas, e prossegue queixando-se dos falsos mestres que estavam perturbando as igreja da Galácia. Daí, então, ele enuncia um anátema solene e terrível contra aqueles que se atrevem a alterar o evangelho.

1. A Infidelidade dos Gálatas (v. 6)

Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo. Note-se que o verbo está na voz ativa e não na passiva, e que o tempo é o presente, não o passado. Não é “que tendes sido afastados tão depressa”, mas “que estejais passando tão depressa”, ou, como diz a *Bíblia na Linguagem de Hoje*: “Estou muito admirado de vocês estarem abandonando tão depressa”. A palavra grega (*metatithēmi*) é interessante. Significa “transferir a fidelidade”. É usada com referência a soldados do exército que se rebelam ou desertam, e a pessoas que mudam de partido na política ou na filosofia. Um certo Dionísio de Heracléia, por exemplo, que abandonara os estoícos, tornando-se membro de uma escola filosófica ri-

val, isto é, um epicurista, era chamado de *ho metathememos*, um “vira-casaca”.¹

É disso que Paulo acusa os gálatas. Eles eram vira-casacas religiosos, desertores espirituais. E estavam abandonando aquele que os chamara para a graça de Cristo e abraçando um outro evangelho. O verdadeiro evangelho é, na sua essência, o que Paulo diz em Atos 20:24: “o evangelho da graça de Deus”. São as boas novas de um Deus cheio de graça para com pecadores indignos. Na graça ele deu o seu Filho para morrer por nós. Na graça ele nos justifica quando cremos. “Tudo provém de Deus”, como Paulo escreve em 2 Coríntios 5:18, significando que “tudo é de graça”. Nada é devido aos nossos esforços, aos nossos méritos ou às nossas obras; tudo na salvação é devido à graça de Deus.

Mas os gálatas convertidos, que haviam recebido este evangelho da graça, estavam agora se voltando para um outro evangelho, um evangelho de obras. Os falsos mestres eram evidentemente “judaizantes”, cujo “evangelho” encontra-se resumido em Atos 15:1: “Se não vos circuncardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos.” Eles não negavam que era preciso crer em Jesus para se obter a salvação, mas enfatizavam que também era necessário circuncidar-se e guardar a lei. Em outras palavras, era preciso deixar que Moisés completasse o que Cristo havia iniciado. Ou, melhor, nós mesmos teríamos que completar, através de nossa obediência à lei, o que Cristo havia começado. Era preciso acrescentar nossas obras à obra de Cristo. Era preciso concluir a obra inacabada de Cristo.

Essa doutrina Paulo simplesmente não podia tolerar. O quê?! Acrescentar méritos humanos ao mérito de Cristo e obras humanas à obra de Cristo? Deus nos livre! A obra de Cristo é uma obra acabada; e o evangelho de Cristo é o evangelho da graça livre. A salvação é só pela graça, só pela fé, sem mistura alguma de obras ou méritos humanos. Ela é totalmente devida à vocação graciosa de Deus, e não a qualquer boa obra de nossa parte.

Paulo vai ainda mais além. Ele diz que a deserção dos gálatas convertidos estava relacionada com a experiência e também com a teologia. Ele não os acusa de desertarem do evangelho da graça com vistas a um outro evangelho, mas de desertarem *daquele* que os chamara na graça. Em outras palavras, teologia e experiência, fé cristã e vida cristã, andam juntas e não podem ser separadas. Afastar-se do evangelho da graça é afastar-se do Deus da graça. Os gálatas que se cuidassem,

1. Veja *metatithēmi* em Moulton e Milligan.

pois estavam se afastando muito depressa e precipitadamente. É impossível abandonar o evangelho sem abandonar a Deus. Como Paulo diz mais adiante, em Gálatas 5:4: “da graça decaístes”.

2. A Atividade dos Falsos Mestres (v. 7)

O motivo por que os gálatas convertidos estavam se afastando de Deus, que os chamara na graça, era claro: *há alguns que vos perturbam* (versículo 7b). O verbo grego para “perturbar” (*tarassō*) significa “sacudir” ou “agitar”. As congregações gálatas haviam sido lançadas pelos falsos mestres em um estado de confusão: confusão intelectual de um lado e facções de lutas do outro. É muito interessante que o Concílio de Jerusalém, provavelmente organizado logo após Paulo ter escrito esta epístola, tenha usado o mesmo verbo em sua carta às igrejas: “Visto sabermos que alguns de entre nós, sem nenhuma autorização, vos têm *perturbado* com palavras, transtornando as vossas almas...” (Atos 15:24).

Esta perturbação era causada por falsa doutrina. Os judaizantes estavam tentando “perverter” (ERAB), ou “distorcer” o evangelho. Estavam propagando o que J. B. Phillips chama de “uma falsificação do evangelho de Cristo”. Na verdade, a palavra grega (*metastrepsai*) é ainda mais enfática e poderia ser traduzida por “inverter”. Neste caso, eles não estavam apenas corrompendo o evangelho, mas realmente “invertendo-o”, virando-o de costas e de cabeça para baixo. Não podemos modificar ou fazer acréscimos ao evangelho sem que alteremos radicalmente o seu caráter.

Assim, as duas características principais dos falsos mestres eram que eles estavam perturbando a igreja e alterando o evangelho. Estas duas coisas andam juntas. Falsificar o evangelho resulta sempre em perturbação para a igreja. Não se pode mexer no evangelho e deixar a igreja intacta, pois esta é criada pelo evangelho e vive por ele. Na verdade, os maiores perturbadores da igreja (agora e naquele tempo) não são os que se lhe opõem de fora, que a ridicularizam e a perseguem, mas aqueles que dentro dela tentam alterar o evangelho. São eles que perturbam a igreja. Inversamente, a única maneira de ser um bom membro na igreja é sendo um bom adepto do evangelho. A melhor forma de servir a igreja é crer no evangelho e pregá-lo.

3. A Reação do Apóstolo Paulo (vs. 8-10)

A esta altura, a situação nas igrejas da Galácia é evidente. Falsos mestres estavam distorcendo o evangelho, de modo que os convertidos por Paulo o estavam abandonando. A primeira reação do apóstolo é de

surpresa total: *Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo* (versículo 6). Muitos evangelistas de gerações posteriores ficam igualmente admirados e assustados ao verem com que rapidez e prontidão os convertidos relaxam sua firmeza para com o evangelho que pareciam ter abraçado com tanta convicção. Como Paulo escreve em Gálatas 3:1, é como se alguém os fascinasse ou enfeitiçasse; e é isto que, de fato, acontece. O diabo perturba a igreja tanto através do erro quanto do pecado. Quando ele não consegue atrair os cristãos para o pecado, engana-os com falsas doutrinas.

A segunda reação de Paulo é de indignação com os falsos mestres, sobre os quais ele enuncia uma solene maldição: *Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema. Assim como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema* (vs. 8 e 9).

A palavra grega duas vezes traduzida por “anátema” é *anathema* no original. No Antigo Testamento grego ela era usada para indicar banimento divino, a maldição de Deus sobre qualquer coisa ou pessoa que ele destinasse à destruição. A história de Acã é um bom exemplo disso. Deus dissera que os despojos dos cananeus estavam sob sua proscrição – estavam destinados à destruição. Mas Acã roubou e guardou para si o que deveria ter sido destruído.

Assim o apóstolo Paulo deseja que esses falsos mestres sejam colocados sob banimento, maldição ou *anathema* de Deus. Isto é, ele expressa o desejo de que o juízo de Deus recaia sobre eles. Nisso está implícito que as igrejas da Galácia certamente não iriam dar boas-vindas ou atenção a tais mestres, recusando-se a recebê-los ou ouvi-los, por serem homens rejeitados por Deus (cf. 2 Jo 10,11).

O que temos a dizer acerca desse *anathema*? Devemos esquecê-lo como se fosse apenas o resultado de uma explosão de ira? Devemos rejeitá-lo como se fosse produto de um sentimento incoerente com o Espírito de Cristo e indigno do evangelho de Cristo? Devemos explicá-lo como sendo palavra de um homem que era fruto de sua época e não conhecia outra forma de expressão? Muitas pessoas o fariam; mas pelo menos duas considerações indicam que esse *anathema* apostólico não era uma expressão de aversão pessoal a mestres rivais.

A primeira consideração é que a maldição do apóstolo, ou a maldição de Deus que ele invoca, é de âmbito universal. Ela repousa sobre todo e qualquer mestre que distorça a essência do evangelho e que propague tal distorção. Isto está explícito no versículo 9: “Assim como já dissemos, e agora repito, se *alguém* vos prega...” Não há exceções.

No versículo 8 ele a aplica especificamente a *anjos* e a *homens*, e então acrescenta a sua própria pessoa: "...ainda que *nós*...". Tão desinteressado é o zelo de Paulo pelo evangelho que ele até deseja que a maldição de Deus caia sobre *ele próprio*, caso venha a pervertê-lo. Assim, o fato de ele incluir-se a si mesmo livra-o da acusação de despeito ou animosidade pessoal.

A segunda consideração é que a sua maldição é deliberadamente enunciada e com uma responsabilidade consciente para com Deus. Nota-se que ela é enunciada duas vezes (versículos 8 e 9). Como diz John Brown, comentarista escocês do século XIX: "O apóstolo a repete para mostrar aos gálatas que não era uma declaração exagerada, excessiva, produto de um sentimento apaixonado, mas que era uma opinião calmamente formada e inalterável."¹ Então Paulo prossegue no versículo 10: *Porventura procuro eu agora o favor dos homens, ou o de Deus? ou procuro agradar a homens? Se agradasse ainda a homens, não seria servo de Cristo*. Parece que os seus difamadores o haviam acusado de oportunista e bajulador, que adaptava a sua mensagem ao auditório. Mas será que esta condenação sem rodeios dos falsos mestres é a linguagem de um bajulador? Pelo contrário, nenhum homem pode servir a dois senhores. E, considerando que Paulo era em primeiro lugar e principalmente um servo de Jesus Cristo, a sua ambição era agradar a Cristo, e não aos homens. Portanto, é como "servo de Cristo", responsável diante do seu divino Senhor, que ele pondera as palavras e se atreve a exprimir este solene *anathema*.

Vimos, então, que Paulo enuncia o seu *anathema* imparcialmente (quem quer que fossem os mestres) e deliberadamente (na presença de Cristo, seu Senhor).

Mas talvez alguém pergunte: "Por que ele tem uma reação tão forte e usa uma linguagem tão drástica?" Dois motivos são bem claros. O primeiro é que a glória de Cristo estava em jogo. Tornar as obras dos homens necessárias à salvação, ainda que como um suplemento à obra de Cristo, é derogante para a sua obra consumada. É o mesmo que dar a entender que a obra de Cristo foi de certa forma insatisfatória, e que os homens precisam acrescentar-lhe algo e aperfeiçoá-la. Na verdade, é o mesmo que declarar a redundância da cruz: "se a justiça é mediante a lei, segue-se que morreu Cristo em vão" (Gl 2:21).

O segundo motivo por que Paulo sentiu a questão de maneira tão penetrante é que o bem-estar das almas das pessoas estava em jogo. Ele não estava escrevendo acerca de alguma doutrina trivial, mas so-

1. Brown, pág. 48.

bre algo que é fundamental ao evangelho. Nem tampouco estava falando daqueles que simplesmente *têm* falsos pontos de vista, mas daqueles que os *ensinam* e que desencaminham outros com os seus ensinamentos. Paulo se importava profundamente com a alma humana. Em Romanos 9:3 ele declara que preferiria ser ele próprio amaldiçoado (literalmente, ser *anathema*), se com isto outros pudessem ser salvos. Ele sabia que o evangelho de Cristo é o poder de Deus para a salvação. Corromper o evangelho portanto, era destruir o caminho da salvação, condenando à ruína almas que poderiam ser salvas através dele. O próprio Jesus não enunciou uma solene advertência à pessoa que leva outros a tropeçarem, dizendo que “melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma grande pedra de moinho, e fosse lançado no mar” (Mc 9:42)? Parece então que Paulo, longe de contradizer o Espírito de Cristo, na verdade o estava expressando. Naturalmente vivemos numa época em que as pessoas que têm opiniões claras e definidas sobre determinados assuntos são consideradas intolerantes e bitoladas, quanto mais aquelas que discordam vivamente de todas as outras. O desejo de que os falsos mestres realmente caíam sob a maldição de Deus e sejam tratados como tais pela igreja é uma idéia inconcebível para muitos. Mas eu me atrevo a dizer que, se nós nos importássemos mais com a glória de Cristo e com o bem da alma humana, também não seríamos capazes de suportar a corrupção do evangelho da graça.

Conclusão

A lição que se destaca neste parágrafo é que só existe um único evangelho. A opinião popular alega que existem muitos caminhos que levam a Deus, que o evangelho muda com o passar dos tempos e que não devemos condená-lo à fossilização do primeiro século d.C. Mas Paulo não endossaria tais idéias. Aqui ele insiste em que só há um evangelho e que este evangelho não muda. Qualquer ensinamento que reivindique ser “um outro evangelho” não é “um outro” (versículos 6, 7). A fim de esclarecer este ponto ele usa dois adjetivos: *heteros* (“outro” no sentido de “diferente”) e *allos* (“outro” no sentido de “um segundo”). Poderíamos traduzir este trecho da seguinte maneira: “Vós estais passando para um evangelho diferente – não que exista um outro evangelho.” Em outras palavras, certamente existem “evangelhos” diferentes que estão sendo pregados, mas isto é que eles são: *diferentes*. Não há um outro, um segundo; há apenas um. A mensagem dos

falsos mestres não era um evangelho alternativo: era um evangelho pervertido.

Como podemos reconhecer o verdadeiro evangelho? Suas marcas nos foram apresentadas e referem-se à sua substância (o que é) e à sua fonte (de onde vem).

a. A substância do evangelho

É o evangelho da graça, do favor livre e imerecido de Deus. Afastar-se daquele que nos chamou na graça de Cristo é afastar-se do verdadeiro evangelho. Sempre que os mestres começam a exaltar uma pessoa, dando a entender que esta pode contribuir com alguma coisa para a sua salvação através de sua própria moral, religião, filosofia ou respeitabilidade, o evangelho da graça está sendo corrompido. Este é o primeiro teste. O verdadeiro evangelho magnifica a livre graça de Deus.

b. A fonte do evangelho

O segundo teste refere-se à origem do evangelho. O verdadeiro evangelho é o evangelho dos apóstolos de Jesus Cristo; em outras palavras, é o evangelho do Novo Testamento. Leia novamente os versículos 8 e 9. A acusação de *anathema* é declarada por Paulo contra qualquer pessoa que pregue um evangelho contrário ao que ele pregou, ou “que vá além daquele que recebestes”. Isto é, a norma, o critério pelo qual todos os sistemas e opiniões devem ser testados, é o evangelho primitivo, o evangelho que os apóstolos pregaram e que se encontra registrado no Novo Testamento. Qualquer “outro” sistema “que vá além” (ERAB) ou que seja “diferente” (BLH) desse evangelho apostólico deve ser rejeitado.

Este é o segundo teste fundamental. Qualquer um que rejeite o evangelho apostólico, não importa quem seja, será igualmente rejeitado. Pode até vir na forma de “um anjo do céu”. Neste caso, devemos preferir os apóstolos aos anjos. Não devemos ficar deslumbrados, como acontece a muitas pessoas, com a personalidade, os dons ou a posição dos mestres na igreja. Eles podem dirigir-se a nós com grande dignidade, autoridade e erudição. Podem ser bispos ou arcebispos, professores universitários ou até mesmo o próprio papa. Mas, se nos trouxerem um evangelho diferente daquele que foi pregado pelos apóstolos e que se encontra registrado no Novo Testamento, devem ser rejeitados. Nós os julgamos pelo evangelho; não julgamos o evangelho por eles. Como disse o Dr. Alan Cole: “Não é a pessoa física do mensageiro que dá valor à sua mensagem; antes, é a natureza da mensagem que

dá valor ao mensageiro.”¹

Então, ao ouvirmos as multifárias opiniões de homens e mulheres da atualidade, sejam faladas, escritas, irradiadas ou televisionadas, devemos sujeitar cada uma delas a estes dois rigorosos testes. Tal opinião é coerente com a livre graça de Deus e com o claro ensinamento do Novo Testamento? Caso contrário, devemos rejeitá-la, por mais augusto que seja o mestre. Mas, se for aprovada nestes testes, então vamos abraçá-la e apegar-nos a ela. Não devemos comprometê-la como os judaizantes, nem desertar dela como os gálatas, mas viver por ela e procurar torná-la conhecida dos outros.

1. Cole, págs. 41,59.

Gálatas 1:11-24

A origem do evangelho de Paulo

Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem; ¹² porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo. ¹³ Porque ouvistes qual foi o meu proceder outrora no judaísmo, como sobremaneira perseguia eu a igreja de Deus e a devastava. ¹⁴ E, na minha nação, quanto ao judaísmo, avantajava-me a muitos da minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais. ¹⁵ Quando, porém, ao que me separou antes de eu nascer e me chamou pela sua graça, aprovou ¹⁶ revelar seu Filho em mim, para que eu o pregasse entre os gentios, sem detença não consultei carne e sangue, ¹⁷ nem subi a Jerusalém para os que já eram apóstolos antes de mim, mas parti para as regiões da Arábia, e voltei outra vez para Damasco.

¹⁸ Decorridos três anos, então subi a Jerusalém para avistar-me com Cefas, e permaneci com ele quinze dias; ¹⁹ e não vi outros dos apóstolos, senão a Tiago, o irmão do Senhor. ²⁰ Ora, acerca do que vos escrevo, eis que diante de Deus testifico que não minto. ²¹ Depois fui para as regiões da Síria e da Cilícia. ²² E não era conhecido de vista das igrejas da Judéia, que estavam em Cristo. ²³ Ouviam somente dizer: Aquele que antes nos perseguia, agora prega a fé que outrora procurava destruir. ²⁴ E glorificavam a Deus a meu respeito.

Vimos em Gálatas 1:6-10 que há um só evangelho, e que este evangelho é o critério pelo qual todas as opiniões humanas devem ser testadas. É o evangelho que Paulo apresentou.

A questão agora é: qual é a *origem* do evangelho de Paulo para que seja normativo, e para que as outras mensagens e opiniões sejam avaliadas e julgadas por ele? Sem dúvida é um evangelho maravilhoso. Lembremos a Epístola aos Romanos, as Epístolas aos Coríntios e as poderosas epístolas da prisão, como Efésios, Filipenses e Colossenses. Ficamos impressionados com o majestoso ímpeto, profundidade e a consistência com que Paulo expõe o propósito de Deus de eternidade a eternidade. Mas de onde ele tirou essas idéias? Seriam produto de sua própria mente fértil? Ele as inventou? Ou será que eram material antigo, de segunda mão, sem autoridade original? Será que as

plagiou dos outros apóstolos em Jerusalém, que os judaizantes evidentemente defendiam, uma vez que tentavam subordinar a autoridade de Paulo à dos apóstolos?

A resposta dele a estas perguntas pode ser encontrada nos versículos 11 e 12: *Faço-vos, porém, saber, irmãos* (uma fórmula favorita sua de introduzir uma declaração importante), *que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem; porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo*. Eis aí a razão por que o evangelho de Paulo era o padrão pelo qual os outros evangelhos deviam ser medidos. O seu evangelho era (literalmente, versículo 11) “não... segundo o homem”; não era “invenção humana” (BLH). “Eu o preguei”, Paulo poderia dizer, “mas não o inventei. Também não o recebi de um homem, como se fosse uma tradição já aceita, passada de uma geração a outra. Também não me foi ensinado, como se o precisasse aprender de mestres humanos.” Pelo contrário, ele veio “mediante revelação de Jesus Cristo”. Isto provavelmente significa que ele lhe foi revelado por Jesus Cristo. Alternativamente, o genitivo poderia ser objetivo, caso em que Cristo é a substância da revelação, como no versículo 16, e não o seu autor. Seja qual for o caso, o sentido geral é explícito. Assim como no versículo 1 ele afirmou ser divina a origem de sua comissão apostólica, agora ele afirma ser de origem divina o seu evangelho apostólico. Nem a sua missão nem a sua mensagem derivaram de homem algum; ambas lhe vieram diretamente de Deus e de Jesus Cristo.

A reivindicação de Paulo, portanto, é a seguinte. O seu evangelho, que estava sendo colocado em dúvida pelos judaizantes e abandonado pelos gálatas, não era uma invenção (como se a sua própria mente o tivesse fabricado), nem uma tradição (como se a igreja lho tivesse transmitido), mas uma revelação (pois Deus é quem o revelara a ele). Como John Brown diz: “Jesus cristo o tomou sob sua própria e imediata tutela.”¹ Por isso é que Paulo se atrevia a chamar o evangelho que pregava de “*meu* evangelho” (cf. Rm 16:25). Era “seu”, não porque ele o criara, mas porque lhe fora revelado de maneira especial. A magnitude de sua reivindicação é notável. Ele está afirmando que a sua mensagem não é sua, mas de Deus; que o seu evangelho não é seu, mas de Deus; que as suas palavras não são suas, mas de Deus.

Após fazer esta surpreendente declaração de uma revelação direta de Deus, sem canais humanos, Paulo prossegue comprovando-a historicamente, isto é, com fatos de sua própria autobiografia. As situa-

1. Brown, pág. 58.

ções ocorridas antes, durante e após sua conversão foram tais que ele sem dúvida recebeu o seu evangelho diretamente de Deus e não de algum homem. Examinemos essas três situações separadamente.

1. O que Aconteceu Antes de Sua Conversão (vs. 13, 14)

Porque ouvistes qual foi o meu proceder outrora no judaísmo, como sobremaneira perseguia eu a igreja de Deus e a devastava. E, na minha nação, quanto ao judaísmo, avantajava-me a muitos na minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais. Aqui o apóstolo descreve a sua situação antes da conversão, quando ele estava “no judaísmo”, isto é, quando ainda era um “judeu praticante”. O que ele fora naquele tempo todos sabiam. “Porque ouvistes qual foi o meu proceder outrora”, diz ele, pois já lhes falara sobre isto antes. Paulo menciona dois aspectos da sua vida antes da regeneração: a perseguição à igreja, que ele agora reconhece ser “a igreja de Deus” (versículo 13), e o seu entusiasmo pelas tradições dos seus pais (versículo 14). Em ambos, diz ele, era fanático.

Consideremos a perseguição à igreja. Paulo perseguia a igreja de Deus “sobremaneira” (ERC) ou “com violência” (BLH). A frase parece indicar a violência, até mesmo selvageria, com que ele se empenhava na sua atividade sinistra. O que ele nos conta aqui podemos suplementar com o livro de Atos. Ele ia de casa em casa em Jerusalém, prendendo todos os cristãos que encontrasse, homens e mulheres, e arrastando-os para a cadeia (Atos 8:3). Quando esses cristãos eram condenados à morte, ele votava contra eles (Atos 26:10). Ainda não satisfeito em *perseguir* a igreja, ele se sentia realmente inclinado a *devastá-la* (versículo 13). Estava determinado a acabar com ela.

Ele fora igualmente fanático em seu entusiasmo pelas tradições judaicas. “Fui um dos judeus mais religiosos do meu tempo e procurava seguir com todo o cuidado as tradições dos meus antepassados”, descreve (versículo 14, BLH). Ele fora criado de acordo com “a seita mais severa” da religião judaica (Atos 26:5), ou seja, era um fariseu e vivia como tal.

Esta era a condição de Saulo de Tarso antes de sua conversão: um fanático inveterado, completamente dedicado ao Judaísmo e à perseguição de Cristo e da igreja.

Um homem nessa condição mental e emocional de maneira alguma mudaria de opinião, nem se deixaria influenciar por outras pessoas. Nenhum reflexo condicionado ou qualquer outro artifício psicológico poderia converter um homem assim. Apenas Deus poderia alcançá-lo – e foi o que Deus fez!

2. O que Aconteceu na sua Conversão (vs. 15, 16a)

Quando, porém, ao que me separou antes de eu nascer e me chamou pela sua graça, aprovou revelar seu Filho em mim, para que eu o pregasse entre os gentios... O contraste entre os versículos 13 e 14, de um lado, e os versículos 15 e 16, do outro, é dramaticamente abrupto. Vemo-lo claramente nos sujeitos dos verbos. Nos versículos 13 e 14 Paulo está falando de si mesmo: “perseguiu *eu* a igreja de Deus... e a devastava... quanto ao judaísmo avantajava-me... sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais.” Mas nos versículos 15 e 16 ele começa a falar de Deus. Foi *Deus*, escreve, “que me separou antes de eu nascer”, *Deus* “me chamou pela sua graça”, e a *Deus* “aprovou revelar seu Filho em mim”. Em outras palavras, “no meu fanatismo eu me inclinava a perseguir e destruir, mas Deus (que eu havia deixado fora de minhas cogitações) me prendeu e alterou meu impetuoso curso. Todo o meu violento fanatismo nada era diante da boa vontade de Deus.”

Observe como a iniciativa e a graça de Deus são enfatizadas a cada estágio. Primeiro, Deus *me separou antes de eu nascer*. Assim como Jacó foi escolhido antes de nascer, em preferência ao seu irmão gêmeo Esaú (cf. Rm 9:10-13), e como Jeremias, designado para ser profeta antes de nascer (Jr 1:5), Paulo, antes de nascer, foi separado para ser apóstolo. Desta forma, se ele foi consagrado apóstolo antes mesmo do nascimento, então é evidente que ele nada tem a ver com isso.

Em segundo lugar, essa escolha antes do seu nascimento levou à sua vocação histórica. Deus *me chamou pela sua graça*, isto é, por seu amor totalmente imerecido. Paulo estivera lutando contra Deus, contra Cristo, contra os homens. Ele não merecia misericórdia, nem a pedir. Mas a misericórdia fora ao seu encontro e a graça o chamara.

Terceiro, *aprovou* (a Deus) *revelar seu Filho em mim*. Quer Paulo esteja se referindo à sua experiência na estrada de Damasco, ou aos dias imediatamente subsequentes, o que lhe foi revelado foi Jesus Cristo, o Filho de Deus. Paulo perseguia a Cristo porque cria que este era um impostor. Agora os seus olhos estavam abertos para ver Jesus não como um charlatão, mas como o Messias dos judeus, Filho de Deus e o Salvador do mundo. Ele já conhecia alguns dos fatos acerca de Jesus (ele não declara que estes lhe foram revelados sobrenaturalmente, naquele ocasião ou mais tarde, cf. 1 Co 11:23), mas agora percebia o seu significado. Era uma revelação de Cristo para os gentios, pois a Deus “aprovou revelar seu Filho em mim, para que eu o pregasse entre os gentios”. Fora uma revelação particular a Paulo, mas para uma co-

municação pública aos gentios. (Cf. Atos 9:15.) E o que Paulo foi encarregado de pregar aos gentios não foi a lei de Moisés, como os judeus estavam ensinando, mas as boas novas (o significado do verbo “pregar” no versículo 16), as boas novas de Cristo. Este Cristo fora revelado, diz Paulo, “em mim” (literalmente). Nós sabemos que foi uma revelação externa, pois Paulo declara ter visto Cristo ressuscitado (p. ex., 1 Co 9:1; 15:8, 9). Essencialmente, porém, foi uma iluminação interior de sua alma, Deus resplandecendo em seu coração “para iluminação do conhecimento da glória de Deus na face de Cristo” (2 Co 4:6). E esta revelação foi tão íntima, tornando-se de tal forma parte dele mesmo, que lhe possibilitou torná-la conhecida aos outros.

A força destes versículos é muito grande. Saulo de Tarso fora um oponente fanático do evangelho. Mas Deus se agradou fazer dele um pregador desse mesmo evangelho ao qual ele antes se opunha tão ferozmente. Sua escolha antes de nascer, sua vocação histórica e a revelação de Cristo nele, tudo isso foi obra de Deus. Portanto, nem a sua missão apostólica nem a sua mensagem vinham dos homens.

Contudo, o argumento do apóstolo ainda não está completo. Considerando que a sua conversão foi uma obra de Deus, o que se tornou claro na maneira como aconteceu e pelos seus precedentes, não teria ele recebido instruções *depois* de sua conversão, de modo que a sua mensagem fosse proveniente de homens? Não. Isto também Paulo nega.

3. O que Aconteceu Depois de sua Conversão (vs. 16b-24)

...não consultei carne e sangue,¹⁷ nem subi a Jerusalém para os que já eram apóstolos antes de mim, mas parti para as regiões da Arábia, e voltei outra vez para Damasco.

¹⁸ *Decorridos três anos, então subi a Jerusalém para avistar-me com Cefas, e permaneci com ele quinze dias;¹⁹ e não vi outro dos apóstolos, senão a Tiago, o irmão do Senhor.* ²⁰ *Ora, acerca do que vos escrevo, eis que diante de Deus testifico que não minto.* ²¹ *Depois fui para as regiões da Síria e da Cilícia.* ²² *E não era conhecido de vista das igrejas da Judéia, que estavam em Cristo.* ²³ *Ouviam somente dizer: Aquele que antes nos perseguia, agora prega a fé que outrora procurava destruir.* ²⁴ *E glorificavam a Deus a meu respeito.*

Neste parágrafo um tanto longo a ênfase está na primeira declaração, no final do versículo 16: “não consultei carne e sangue”. Isto é, Paulo diz que não consultou nenhum ser humano. Sabemos que Ananias foi ao seu encontro, mas evidentemente Paulo não discutiu o evangelho com ele, nem com qualquer dos apóstolos em Jerusalém. Agora

ele faz esta declaração historicamente. Ele apresenta três álibis para provar que não gastou tempo em Jerusalém e que seu evangelho não foi moldado pelos outros apóstolos.

Álibi 1. Ele foi à Arábia (v. 17)

De acordo com Atos 9:20, Paulo ficou algum tempo em Damasco, pregando, o que dá a idéia de que o seu evangelho já estava bastante definido para que pudesse anunciá-lo. Mas deve ter ido logo depois para a Arábia. O Bispo Lightfoot comenta: “Um véu muito espesso cobre a visita de S. Paulo à Arábia.”¹ Não sabemos aonde ele foi nem por que foi para lá. Possivelmente não foi muito longe de Damasco, porque todo o seu distrito naquele tempo era governado pelo rei Aretas da Arábia. Há quem diga que ele foi à Arábia como missionário para pregar o evangelho. S. Crisóstomo descreve “um povo bárbaro e selvagem”² que vivia ali, o qual Paulo foi evangelizar. Mas é muito mais provável que ele tenha ido à Arábia em busca de quietude e solidão, pois este é o ponto alto dos versículos 16 e 17: “...não consulte carne e sangue... mas parti para as regiões da Arábia.” Parece que ele ficou por lá durante três anos (versículo 18). Cremos que neste período de afastamento, ao meditar sobre as Escrituras do Antigo Testamento, sobre os fatos da vida e morte de Jesus, os quais ele já conhecia, e a experiência de sua conversão, o evangelho da graça de Deus lhe foi revelado em toda a plenitude. Alguém até já sugeriu que aqueles três anos na Arábia foram uma deliberada compensação pelos três anos de instrução que Jesus dera aos outros apóstolos, mas que Paulo não recebera. Agora era como se ele tivesse Jesus ao seu lado durante três anos de solidão no deserto.

Álibe 2. Ele foi a Jerusalém mais tarde para uma rápida visita (vs. 18-20)

A ocasião provavelmente é a que se menciona em Atos 9:26, depois que ele foi tirado às escondidas de Damasco, sendo descido pelo muro da cidade em um cesto. Paulo é totalmente franco acerca desta visita a Jerusalém, mas lhe dá pouca importância. Nada havia nela de tão significativo como os falsos mestres estavam obviamente sugerindo. Diversos aspectos dela são mencionados.

Primeiro, ela aconteceu “decorridos três anos” (versículos 18). Isto significa quase certamente três anos depois de sua conversão, tempo em que o seu evangelho já fora plenamente formulado.

Depois, quando ele chegou a Jerusalém, avistou-se apenas com dois

1. Lightfoot, pág. 87.

2. Citado por Lightfoot, pág. 90.

apóstolos, Pedro e Tiago. Ele foi para “avistar-se” (ERAB) ou “conhecer” (BLH) Pedro. O verbo grego (*historesai*) era usado no sentido de fazer turismo e significa “visitar com o propósito de conhecer uma pessoa” (Arndt-Gingrich). Lutero comenta que Paulo foi visitar esses apóstolos “não porque recebeu tal ordem, mas de sua própria vontade; não para aprender alguma coisa com eles, mas apenas para conhecer Pedro”.¹ Paulo também conheceu Tiago, que parece estar aqui relacionado entre os apóstolos (versículo 19). Não viu, porém, nenhum dos outros apóstolos. Pode ser que eles estivessem ausentes, ou ocupados demais, ou até mesmo com medo de Paulo (cf. Atos 9:26).

Terceiro, ele passou apenas “quinze dias” em Jerusalém. Naturalmente em quinze dias os apóstolos teriam tido tempo para falar acerca de Cristo. Mas o que Paulo está destacando é que, quinze dias não era tempo suficiente para ele absorver de Pedro todo o conselho de Deus. Além disso, não fora este o propósito da visita. Lemos em Atos (9:28,29) que grande parte daquelas duas semanas em Jerusalém foi ocupada em pregações.

Resumindo, a primeira visita de Paulo a Jerusalém deu-se apenas depois de três anos, durou duas semanas, e ele viu apenas dois apóstolos. Portanto, é ridículo sugerir que tenha recebido o seu evangelho dos apóstolos em Jerusalém.

Alibi 3. Ele foi para a Síria e a Cilícia (vs. 20-24)

Esta visita ao extremo norte corresponde a Atos 9:30, onde lemos que Paulo, estando em perigo de vida, foi levado pelos irmãos à Cesaréia, de onde o enviaram para Tarso, que fica na Cilícia. Uma vez que ele diz que também foi “para as regiões da Síria”, ele deve ter visitado novamente Damasco e Antioquia a caminho de Tarso. De qualquer maneira, o que Paulo está destacando é que estava lá no extremo norte, e não em Jerusalém.

Um resultado disso é que ele “não era conhecido de vista das igrejas da Judéia” (versículo 22). Estas o conheciam apenas de ouvir falar, e o rumor que ouviam era que o seu perseguidor de outrora se tornara pregador (versículo 23). Na verdade, ele se tornara pregador “da fé” que havia aceitado e que anteriormente “procurava destruir”. Sabendo disto, “glorificavam a Deus a meu respeito”. Eles não glorificavam a Paulo, mas a Deus em Paulo, reconhecendo que este era um troféu extraordinário da graça de Deus.

Só catorze anos mais tarde (2:1), presumivelmente anos esses após a

1. Lutero, pág. 87.

sua conversão, Paulo tornou a visitar Jerusalém e teve um contato mais demorado com os outros apóstolos. A essa altura dos acontecimentos, o seu evangelho já estava totalmente desenvolvido. Mas durante o período de catorze anos entre a sua conversão e esta entrevista ele fez apenas uma rápida e insignificante visita a Jerusalém. O restante desse tempo ele passou na distante Arábia, na Síria e na Cilícia. Seus álibis provam a independência do seu evangelho.

O que Paulo diz nos versículos 13 a 24 pode ser resumido da seguinte forma: o fanatismo de sua carreira antes da conversão, a iniciativa divina na sua conversão e depois, o seu isolamento quase total dos líderes da igreja de Jerusalém, tudo contribuía para provar que sua mensagem não era humana, mas divina. Além disso, estas evidências históricas e circunstanciais não poderiam ser contestadas. O apóstolo pode confirmar e garantir isso com uma solene afirmação: “Ora, acerca do que vos escrevo, eis que diante de Deus testifico que não minto!” (versículo 20).

Conclusão

Concluindo, retornamos à afirmação que estes detalhes autobiográficos procuraram estabelecer. Os versículos 11 e 12 dizem: *Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem; porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo.* Tendo considerado a falta de contato de Paulo com os apóstolos de Jerusalém durante os primeiros quatorze anos do seu apostolado, podemos aceitar a origem divina de sua mensagem? Muitos não aceitam.

Há pessoas que, embora admirem o intelecto sólido de Paulo, acham que seus ensinamentos são severos, áridos e complicados; por isso os rejeitam.

Outros dizem que Paulo foi responsável pela corrupção do Cristianismo simples de Jesus Cristo. Estava na moda, cerca de um século atrás, estabelecer uma brecha entre Jesus e Paulo. Contudo, de um modo geral reconhece-se atualmente que não se pode fazer isto, pois todas as sementes da teologia de Paulo se encontram nos ensinamentos de Jesus. Não obstante, a “teoria da brecha” ainda tem os seus advogados. Por exemplo, Lord Beaverbrook escreveu uma pequena vida de Cristo que ele intitulou *The Divine Propagandist* (O Propagandista Divino). Ele nos informa que a escreveu “como um homem de negócios”, e que estava “tentando entender Jesus à luz trêmula de uma inteligência limitada e uma pesquisa certamente restrita”. “Eu vasculhei os evangelhos e ignorei a teologia”, ele diz. Seu tema é que a igreja

tem entendido mal e representado mal a Jesus Cristo. Quanto ao apóstolo Paulo, a opinião de Lord Beaverbrook é que ele foi “incapaz, por natureza, de entender o espírito do Mestre”. Ele “prejudicou o Cristianismo e deixou suas marcas, eliminando muitos dos traços das pegadas do seu Mestre”.¹ Mas Paulo não pode ter representado mal a Cristo se estava transmitindo uma revelação especial de Cristo, que é o que ele declara em Gálatas 1.

Outras pessoas acham que Paulo era um homem comum, que participava de nossas paixões e nossa falibilidade, de modo que a sua opinião não é melhor do que a de qualquer outra pessoa. Mas Paulo diz que a sua mensagem não é segundo os homens, mas vem de Jesus Cristo.

Outros, ainda, dizem que Paulo simplesmente refletiu a opinião da comunidade cristã do primeiro século. Nesta passagem, porém, Paulo se esforça para mostrar que a sua autoridade não era eclesiástica. Ele foi totalmente independente dos líderes da igreja, e recebeu seus pontos de vista de Cristo, e não da igreja.

Este, portanto, é o nosso dilema. Vamos aceitar as palavras de Paulo quanto à origem de sua mensagem, apoiadas como estão por sólidas evidências históricas? Ou será que vamos preferir nossa própria teoria, embora não tenha o apoio de qualquer evidência histórica? Se Paulo está certo ao dizer que o seu evangelho não veio de homens, mas de Deus (cf. Rm 1:1), então rejeitar Paulo é rejeitar a Deus.

1. Beaverbrook, Lord. *The Divine Propagandist*, Heinemann, 1962, págs. 11, 12.

Gálatas 2:1-10

Um único evangelho

Catorze anos depois, subi outra vez a Jerusalém com Barnabé, levando também a Tito.² Subi em obediência a uma revelação; e lhes expus o evangelho que prego entre os gentios, mas em particular aos que pareciam de maior influência, para de algum modo não correr, ou ter corrido, em vão.³ Contudo, nem mesmo Tito, que estava comigo, sendo grego, foi constrangido a circuncidar-se.⁴ E isto por causa dos falsos irmãos que se entremeteram com o fim de espreitar a nossa liberdade que temos em Cristo Jesus, e reduzir-nos à escravidão;⁵ aos quais nem ainda por uma hora nos submetemos, para que a verdade do evangelho permanecesse entre vós.⁶ E, quanto àqueles que pareciam ser de maior influência (quais tenham sido outrora não me interessa, Deus não aceita a aparência do homem), esses, digo, que me pareciam ser alguma cousa, nada me acrescentaram;⁷ antes, pelo contrário, quando viram que o evangelho da incircuncisão me fora confiado, como a Pedro o da circuncisão⁸ (pois aquele que operou eficazmente em Pedro para o apostolado da circuncisão, também operou eficazmente em mim para com os gentios), e, quando conheceram a graça que me foi dada, Tiago, Cefas e João, que eram reputados colunas, me estenderam, a mim e a Barnabé, a destra da comunhão, a fim de que nós fôssemos para os gentios e eles para a circuncisão;¹⁰ recomendando-nos somente que nos lembrássemos dos pobres, o que também me esforcei por fazer.

O que envenenava a vida e o ministério de Paulo era a insidiosa atividade dos falsos mestres. Onde quer que ele fosse, eles acompanhavam os seus passos. Tão logo ele implantava o evangelho em alguma localidade, os falsos mestres começavam a perturbar a igreja, pervertendo-a. Além disso, como já vimos, a fim de desacreditar a mensagem de Paulo, também desafiavam a autoridade dele.

Este é um assunto que nos interessa, pois os detratores de Paulo têm uma porção de sucessores na igreja cristã da atualidade. Eles nos dizem que não devemos dar muita atenção às obras dele. Esquecem ou negam que Paulo seja um apóstolo de Jesus Cristo, chamado de maneira especial, comissionado, autorizado e inspirado para ensinar em nome dele. Ignoram as reivindicações do próprio Paulo (1:11,12),

isto é, que ele recebeu o seu evangelho de Jesus Cristo, e não dos homens.

Uma das formas usadas por alguns falsos mestres do tempo de Paulo para tentar solapar a sua autoridade era dando a entender que o seu evangelho era diferente do evangelho de Pedro, e até mesmo diferente da opinião de todos os outros apóstolos em Jerusalém. “Como resultado disso”, diziam, “a igreja está sendo sobrecarregada com dois evangelhos, o de Paulo e o de Pedro, ambos reivindicando origem divina. Qual deles vamos aceitar?” “Certamente”, prosseguiram, “não podemos seguir a Paulo se ele constitui a minoria de um, e se Pedro e o restante dos apóstolos discordam dele.” Este era evidentemente um dos argumentos ilusórios dos judaizantes. Eles estavam tentando romper a unidade do círculo apostólico, ao alegarem abertamente que os apóstolos se contradiziam. Seu jogo, poderíamos dizer, não era denegrir a Pedro para exaltar a Paulo, e sim exaltar a Pedro para irritar a Paulo!

Agora o próprio Paulo responde a esta insinuação. No capítulo primeiro ele mostrou que o seu evangelho vinha de Deus e não dos homens. Agora, na primeira parte do capítulo 2, ele mostra que o seu evangelho é precisamente o mesmo dos outros apóstolos; não é diferente. A fim de provar que o seu evangelho é independente do evangelho dos outros apóstolos, ele já destacou que fizera apenas uma visita a Jerusalém em catorze anos, e que essa visita durara apenas quinze dias. A fim de provar que o seu evangelho é, contudo, idêntico ao evangelho deles, agora ele diz que, ao fazer a devida visita a Jerusalém, o seu evangelho fora endossado e aprovado pelos demais.

Vamos considerar as circunstâncias desta visita a Jerusalém. Versículos 1 e 2: *Catorze anos depois, subi outra vez a Jerusalém com Barnabé, levando também a Tito. Subi em obediência a uma revelação; e lhes expus o evangelho que prego entre os gentios, mas em particular aos que pareciam de maior influência, para de algum modo não correr, ou ter corrido, em vão.*

Esta foi a sua segunda visita (“subi outra vez”) e ocorreu “catorze anos depois” (provavelmente a partir de sua conversão, não de sua primeira visita). Nesta visita temos dois aspectos importantes, isto é, seus companheiros e a sua mensagem.

Primeiro, seus *companheiros*: Barnabé e Tito. O que é particularmente notável nisso é que Barnabé era judeu (embora estivesse associado com Paulo em sua missão aos gentios em Antioquia e, mais tarde, na primeira viagem missionária), enquanto que Tito era grego. Isto é, Tito era um gentio não circuncidado, um produto daquela mesma missão gentia que estava então em discussão e que os judaizantes estavam pondo em dúvida.

Segundo, o seu *evangelho*. O evangelho de Paulo, que ele pregava aos gentios, era agora apresentado aos outros apóstolos. Não que ele tivesse ido a Jerusalém por esse motivo. A razão era outra. Ele fora “em obediência a uma revelação”, declara (versículo 2). Isto é, ele foi porque Deus mandou, não porque os apóstolos em Jerusalém o mandasse chamar para lhes prestar contas. (Qual foi esta revelação não sabemos, mas a referência pode ser à profecia de Ágabo acerca de uma fome, em resultado da qual Paulo e Barnabé foram enviados a Jerusalém com a missão de levar ajuda. Cf. Atos 11:27-30.) Também é verdade que o encontro de Paulo com os outros apóstolos foi um negócio rápido e particular. Não foi de maneira alguma uma conferência oficial ou um “sínodo”.

Não obstante, embora não fosse o propósito de sua visita a Jerusalém nem um negócio oficial, essa consulta aconteceu. Nela Paulo “expôs” diante dos apóstolos em Jerusalém o evangelho que estava pregando aos gentios, e diz que o fez “para de algum modo não correr, ou ter corrido, em vão”. Podemos estar certos de que ele particularmente não tinha a menor dúvida ou receio acerca do seu evangelho, nem precisava de confirmação alguma dos outros apóstolos em Jerusalém, pois já pregava esse evangelho há catorze anos. Fê-lo, no entanto, para que o seu ministério, passado e presente, não fosse tornado infrutífero pelos judaizantes. Foi para acabar com a influência deles, e não para fortalecer a sua própria convicção, que ele expôs o seu evangelho diante dos apóstolos em Jerusalém.

Estes foram os dois aspectos vitais de sua visita. Ele levou consigo a Jerusalém um companheiro gentio e um evangelho gentio. Foi uma situação tensa e crucial, uma ocasião cheia de grandes perigos e igualmente grandes possibilidades para a subsequente história da igreja cristã. Como reagiriam os apóstolos em Jerusalém ao companheiro gentio de Paulo e à sua missão gentia? Receberiam Tito como um irmão ou o repudiariam por não ser circuncidado? Endossariam o evangelho de Paulo ou tentariam modificá-lo de alguma forma? Essas eram as perguntas que eles levaram consigo. Por trás delas, a questão fundamental: a liberdade com a qual Cristo nos libertou seria mantida? Ou seria a igreja condenada à servidão e à esterilidade? Teriam os judaizantes algum fundamento para os rumores que espalhavam acerca de uma brecha entre as fileiras dos apóstolos?

Paulo conta a seus leitores o que aconteceu naquela reunião memorável. Seu companheiro gentio, Tito, não foi obrigado a circuncidar-se (versículos 3-5), nem o seu evangelho gentio foi contrariado ou sequer modificado (versículos 6-10). Pelo contrário, Tito foi aceito, co-

mo também o evangelho de Paulo. Assim, uma grande e ressoante vitória foi ganha para a verdade do evangelho. A brecha nas fileiras apostólicas era um mito: não tinha razão de ser.

Tendo apresentado a parte principal do seu argumento nestes versículos, devemos agora examiná-los mais detalhadamente.

1. O Companheiro de Paulo (vs. 3-5)

Contudo, nem mesmo Tito, que estava comigo, sendo grego, foi constrangido a circuncidar-se. E isto por causa dos falsos irmãos que se entremeteram com o fim de espreitar a nossa liberdade que temos em Cristo Jesus, e reduzir-nos à escravidão; aos quais nem ainda por uma hora nos submetemos, para que a verdade do evangelho permanecesse entre vós.

É claro que foi uma atitude ousada a de Paulo, ao levar Tito consigo. Introduzir um gentio no quartel-general da igreja em Jerusalém poderia ter sido interpretado como um ato deliberado de provocação. E, até certo ponto, provavelmente o foi, embora o objetivo de Paulo não fosse a provocação. Não foi com a intenção de despertar atritos que ele levou Tito a Jerusalém, mas para estabelecer a verdade do evangelho: que judeus e gentios são aceitos por Deus nos mesmos termos, a saber, a fé em Jesus Cristo, e, portanto, todos devem ser aceitos pela igreja sem nenhuma discriminação.

Essa era a questão. E, na ocasião, o ponto foi destacado e a verdade estabelecida: “Contudo, nem mesmo Tito, ... sendo grego, foi constrangido a circuncidar-se.” Não obstante, a vitória não foi alcançada sem luta, pois houve uma forte pressão para que Paulo circuncidasse Tito. Isto veio da parte dos “falsos irmãos”, aos quais J. B. Phillips chama de “falsos cristãos” e a *Bíblia na Linguagem de Hoje* chama de “espíões”. Como John Brown comenta ponderadamente: “Essas pessoas eram irmãos, isto é, cristãos nominais; mas eram falsos irmãos, judeus na realidade.”¹ Quase com toda certeza eram judaizantes, e Paulo tem algumas palavras duras para dizer acerca deles. Eram intrusos (BJ) “espíões” (BLH). Isto pode significar que nada tinham a ver com a comunhão da igreja, ou que eram “penetras” na conferência particular com os apóstolos. A *Bíblia de Jerusalém* diz que eles eram “intrusos... que se intrometeram”. Seja qual for o caso, na opinião de Paulo eram espíões. Eles “se entrometeram com o fim de espreitar a nossa liberdade que temos em Cristo Jesus, e reduzir-nos à escravidão”. Particularmente, insistiram em que Tito fosse circuncidado. Sabemos

1. Brown, pág. 75.

que esta era a plataforma do partido judaizante, pois o seu slogan encontra-se em Atos 15:1: “Se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos.”

Paulo percebeu o ardil claramente. Não era uma simples questão de circuncisão ou incircuncisão, de costume gentio ou judeu. Era um assunto de importância fundamental referente à verdade do evangelho, isto é, de liberdade cristã versus escravidão. O cristão foi libertado da lei no sentido de que a sua aceitação diante de Deus dependa inteiramente da graça de Deus na morte de Jesus Cristo aceita pela fé. Introduzir obras da lei e fazer a nossa aceitação depender de nossa obediência a regras e regulamentos era fazer o homem livre retroceder para a escravidão. Neste princípio Tito era um teste. Era verdade que ele era um gentio incircunciso, mas era também um cristão convertido. Tendo crido em Jesus, fora aceito por Deus em Cristo, e isso, dizia Paulo, era suficiente. Nada mais era necessário para a sua salvação, como o confirmou mais tarde o Concílio de Jerusalém (veja Atos 15).

Assim, Paulo permaneceu firme. “A verdade do evangelho” estava em jogo, e ele estava determinado a mantê-la a todo custo. Ele resistiu à pressão dos judaizantes e os apóstolos não obrigaram Tito a circuncidar-se. “Aos quais (isto é, aos falsos irmãos) nem ainda por uma hora nos submetemos” (versículo 5). Ou, “mas em nenhum momento nós cedemos” (BLH).

É preciso acrescentar que estes versículos poderiam ser interpretados, e alguns comentaristas o fazem, de tal maneira que dessem a entender que Paulo concordou e que Tito foi circuncidado. O Bispo Lightfoot refere-se ao parágrafo como “este naufrágio da gramática”.¹ Paulo está evidentemente escrevendo sob a tensão de uma forte emoção, até mesmo de considerável constrangimento. A sentença do versículo 4 ele a deixa inacabada, e só podemos imaginar o que teria dito se a tivesse completado. Além disso, embora todos os grandes códices gregos incluam a negativa no versículo 5 (“aos quais *nem...* nos submetemos), existem uma ou duas versões latinas que a omitem. Uma vez estabelecido um princípio vital da verdade do evangelho, Paulo estava pronto a fazer concessões. Mas, ele insiste aqui, fazia-o voluntariamente, não por compulsão. Pois, fosse Tito circuncidado ou não, o versículo 3 declara: “Nem mesmo Tito... foi *constrangido* a circuncidar-se.” Da mesma forma o versículo 5b diz que a motivação de Paulo era preservar “a verdade do evangelho”. Contudo, eu pessoalmente creio que os textos mencionados estão corretos, e que Tito não foi circuncidado. Co-

1. Lightfoot, pág. 104.

mo o Bispo Lightfoot destaca com muita propriedade, as pessoas às quais Paulo fazia concessões eram irmãos *fracos*, não *falsos*.¹

2. O Evangelho de Paulo (vs. 6-9a)

Conforme já vimos, Paulo teve uma entrevista particular com os apóstolos de Jerusalém (versículo 2). Esses homens, diante dos quais ele expôs o seu evangelho, nós sabemos quem são, pois ele os identifica pelos nomes mais adiante, no versículo 9. Eram Tiago, o irmão do Senhor, Pedro e João. Contudo, em outros versículos deste parágrafo Paulo usa expressões indiretas para descrevê-los. Eles eram “os líderes da igreja” (versículo 2, BLH), “os que pareciam ser de maior influência” (versículo 6) e os “que eram reputados colunas” (versículo 9). Em cada caso Paulo faz alusão à reputação deles. Ele não está sendo depreciativo, pois já os reconheceu em Gálatas 1:17 como sendo “os que já eram apóstolos antes de mim”; e ele nos diz no versículo 9 que “me estenderam... a destra de comunhão”. Por que, então, refere-se a eles desta maneira indireta? Provavelmente a sua expressão foi influenciada pelo fato de os judaizantes exagerarem o status dos apóstolos de Jerusalém às custas do seu próprio. Como diz Lightfoot, Paulo “não estava depreciando realmente os doze, mas sim as reivindicações extravagantes e exclusivas estabelecidas para eles pelos judaizantes”.²

Talvez os falsos irmãos estivessem chamando atenção para o que eles consideravam como qualificações de Tiago, Pedro e João: que Tiago era um dos irmãos do Senhor, e que Pedro e João pertenciam ao círculo íntimo dos três. Além disso, estes haviam conhecido Jesus nos dias da sua carne, o que provavelmente não acontecera com Paulo. Talvez seja a isto que Paulo se refere no parênteses do versículo 6: “quais *tenham sido* outrora não me interessa, Deus não aceita a aparência do homem”. Ou “Deus não julga pela aparência” (BLH). As palavras de Paulo não são uma negação da autoridade apostólica deles, nem uma indicação de desrespeito. Ele simplesmente está dizendo que, embora aceite o seu *posto* de apóstolos, não se sente intimidado por suas *pessoas*, como acontecia com os judaizantes.

3. O Resultado da Consulta (vs. 9b, 10)

Aqui, então, Paulo está expondo o seu evangelho aos apóstolos de Jerusalém. Qual foi o resultado desta reunião? Eles se opuseram ao seu evangelho? Eles o modificaram, criticaram, retocaram ou suplementaram? Não. Paulo menciona dois resultados, um negativo e outro positivo.

1. Lightfoot, pág. 106.

2. Lightfoot, pág. 108.

O resultado negativo se encontra no final do versículo 6: *nada me acrescentaram*. Em outras palavras, eles não acharam que o evangelho de Paulo fosse deficiente. Não tentaram acrescentar-lhe a circuncisão nem o embelezaram de alguma outra forma. Eles não disseram a Paulo: “O seu evangelho está correto, mas falta-lhe uma coisa; é preciso acrescentá-la.” Na verdade, eles nada mudaram. De maneira significativa, Paulo descreve o evangelho que ele expôs aos apóstolos como sendo “o evangelho que prego” (tempo presente). É como se escrevesse: “O evangelho que submeti aos outros apóstolos é o evangelho que continuo pregando. O evangelho que estou pregando atualmente não foi alterado por eles. É o mesmo que eu pregava antes de falar com eles. É o evangelho que preguei a vocês e que vocês aceitaram. Eu nada acrescentei, nada subtraí, não alterei nada. Vocês, gálatas, é que estão abandonando o evangelho; eu, não.” Este foi, então, o resultado negativo: eles “nada me acrescentaram”.

O resultado positivo da consulta foi que eles *me estenderam... a destra de comunhão* (versículo 9). Reconheceram que eles e Paulo haviam recebido a responsabilidade de pregar o mesmo evangelho. A única diferença entre eles era que haviam sido designados para pregar em esferas diferentes. A versão que estamos usando (Revista e Corrigida) é um pouco enganosa na tradução do versículo 7. Ela se refere ao “evangelho da incircuncisão” e ao “evangelho da circuncisão”, como se fossem dois evangelhos diferentes, um para os gentios e outro para os judeus. Isto não é verdade. O que os apóstolos perceberam foi que Deus, na sua graça, estava operando através de ambos, Pedro e Paulo (versículos 8 e 9). Por isso estenderam a Paulo a destra da comunhão, o que significa que eles “aceitaram a mim e a Barnabé como sócios, e apertaram nossas mãos”. Eles simplesmente reconheceram que era preciso *que nós fôssemos para os gentios e eles para a circuncisão* (versículo 9).

Acrescentaram ainda que desejavam que Paulo e Barnabé se lembrassem dos pobres, das igrejas que estavam passando necessidade na Judéia, o que, diz Paulo, ele “estava ansioso por fazer” (versículo 10, NTV). Na verdade, foi principalmente por causa dessa fome que ele e Barnabé foram a Jerusalém naquela ocasião, conforme já vimos. E ele continuou cuidando dos pobres nos anos seguintes, organizando suas famosas coletas. Paulo insistia com as igrejas gentias mais ricas da Macedônia e da Acaia para que sustentassem as igrejas pobres da Judéia, e considerava suas ofertas como um meio de incrementar e demonstrar a solidariedade entre judeus e gentios na comunhão da igreja cristã.

Examinando de novo o primeiro parágrafo de Gálatas 2, aprende-

mos que, na sua segunda visita a Jerusalém, Paulo encontrou-se com dois grupos de homens, cujas atitudes para com ele diferiam completamente. Os “falsos irmãos”, que discordavam do seu evangelho e seu sistema, tentaram obrigar Tito a circuncidar-se; Paulo recusou-se a se lhes submeter. Os apóstolos, por outro lado, reconheceram a verdade do evangelho de Paulo e apertaram-lhe a mão com aprovação.

Conclusão

Algumas pessoas que leram estas páginas já devem estar ficando impacientes. Para elas, tudo isso talvez não passe de um complicado amontoado de palavras. Uma visita de Paulo a Jerusalém no primeiro século d.C., a questão de Tito ser ou não circuncidado, uma consulta entre Paulo e os apóstolos de Jerusalém – tudo isso parece muito distante e completamente sem relação com os problemas do século vinte. Mas não é verdade. Pelo menos dois princípios de máxima importância surgem neste parágrafo.

a. A verdade do evangelho é única e imutável

Vimos, ao considerarmos Gálatas 1:6-10, que existe um único evangelho. Podemos agora concluir e dizer que todo o Novo Testamento apresenta este evangelho único de maneira consistente. Está na moda, em alguns setores, falar em evangelho “paulino”, evangelho “petrino” ou evangelho “joanino”, como se fossem totalmente diferentes um do outro. Há pessoas que se referem a “paulinismo” como se fosse uma marca distinta do Cristianismo, ou até mesmo uma religião totalmente diferente. E, às vezes, há quem coloque Paulo e Tiago um contra o outro como se eles se contradissem.

Mas tudo isto é um erro. Os apóstolos de Jesus Cristo não se contradizem no Novo Testamento. Certamente, há diferenças de *estilo* entre eles, porque sua inspiração não obliterou sua personalidade individual. Há também diferenças de *ênfase*, porque foram chamados para diferentes esferas e pregaram ou escreveram a diferentes públicos. Por exemplo, Paulo escreveu contra legalistas e Tiago contra antinomianos. Mas eles se complementam. Há um único evangelho, a fé apostólica, um corpo reconhecível de doutrinas ensinadas pelos apóstolos de Jesus Cristo e preservadas para nós no Novo Testamento. Nesta passagem Paulo esforça-se para mostrar que ele está de pleno acordo com os apóstolos de Jerusalém, e estes com ele. O mesmo ele fez em 1 Coríntios 15:11: “Portanto, seja eu, ou sejam eles, assim pregamos e assim crestes.” Há apenas um evangelho do Novo Testamento, e um único Cristianismo; não existem diversas alternativas diferentes e legítimas.

E assim continua sendo até hoje. Se há um único evangelho no Novo Testamento, há um único evangelho para a Igreja. O evangelho não mudou com o passar dos séculos. Seja pregado a jovens ou a velhos, no Leste ou no Oeste, a judeus ou a gentios, a pessoas cultas ou a ignorantes, a cientistas ou a leigos, embora a sua apresentação possa variar, a substância continua sendo a mesma. Paulo e Pedro tiveram diferentes comissionamentos, mas uma mensagem comum.

b. A verdade do evangelho deve ser mantida

Este é o segundo princípio que se encontra exemplificado em Gálatas 2. Paulo estava determinado a resistir a esses judaizantes. Ele estava até mesmo, conforme veremos no parágrafo seguinte (versículos 11-14), disposto a se opor a Pedro quando o comportamento deste contradisse o evangelho. Paulo era muito brando com os irmãos “fracos”, cuja consciência era cheia de escrúpulos. Ele estava pronto a fazer concessões diplomáticas, como quando mais tarde circuncidou Timóteo. Mas quanto a questões de princípios, quando a verdade do evangelho estava em jogo, ele permanecia firme e não arredava pé.

Esta combinação de brandura e força está bem clara nas palavras de Martinho Lutero: “Que esta seja então a conclusão de tudo: que nós podemos sofrer a perda de nossos bens, nossa reputação, nossa vida e tudo o que temos; mas o Evangelho, a nossa fé e Jesus Cristo, jamais permitiremos que nos sejam arrebatados. E maldita seja aquela humildade que avilta e se submete nessas questões. E que todo cristão seja orgulhoso, não condescendendo quando se tratar de negar a Cristo.

Portanto, se Deus me ajudar, a minha cabeça será mais dura que a cabeça de todos os outros homens. Neste ponto eu assumo o título, segundo o provérbio: *cedo nulli*, não cedo a ninguém. Sim, eu me alegro, de todo o meu coração, em me mostrar neste ponto rebelde e obstinado. E aqui eu confesso que serei sempre intrépido e inflexível, a ninguém cederei sequer uma polegada. O amor cede, pois ele ‘tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta’ (1 Co 13:7), mas a fé não cede...

Agora, no que se refere à fé devemos ser invencíveis, e, se possível, mais duros do que o diamante; mas no tocante ao amor, devemos ser meigos e mais flexíveis do que a cana ou a folha que é sacudida pelo vento, prontos a nos submeter a tudo.”¹

¹ Lutero, págs. 108, 111, 112.

Gálatas 2:11-16

Paulo discorda de Pedro em Antioquia

Quando, porém, Cefas veio a Antioquia, resisti-lhe face a face, porque se tornara repreensível. ¹² Com efeito, antes de chegarem alguns da parte de Tiago, comia com os gentios; quando, porém, chegaram afastou-se e, por fim, veio a apartar-se, temendo os da circuncisão. ¹³ E também os demais judeus dissimularam com ele, ao ponto de o próprio Barnabé ter-se deixado levar pela dissimulação deles. ¹⁴ Quando, porém, vi que não procediam corretamente segundo a verdade do evangelho, disse a Cefas na presença de todos: Se, sendo tu judeu, vives como gentio, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus? ¹⁵ Nós, judeus por natureza e não pecadores dentre os gentios, ¹⁶ sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei, e, sim, mediante a fé em Cristo Jesus, também nós temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois por obras da lei ninguém será justificado.

Este é sem dúvida um dos episódios mais tensos e dramáticos do Novo Testamento. Temos aqui dois líderes apostólicos de Jesus Cristo, face a face em um conflito total e franco.

O cenário passou de Jerusalém, a capital do Judaísmo, onde se encaixam todos os versículos precedentes deste longo capítulo, para Antioquia, a principal cidade da Síria, até mesmo da Ásia, onde a missão gentia começou e onde os discípulos foram pela primeira vez chamados “cristãos”. Quando Paulo visitou Jerusalém, Pedro (junto com Tiago e João) estendeu-lhe a destra da comunhão (versículos 1-10). Quando Pedro visitou Antioquia, Paulo se lhe opôs face a face (versículos 11-16).

Tanto Paulo como Pedro eram cristãos, homens de Deus, que sabiam o que era ser perdoado através de Cristo e que haviam recebido o Espírito Santo. Além disso, ambos eram apóstolos de Jesus Cristo, especialmente chamados, comissionados e investidos com a sua autoridade. Ambos eram respeitados nas igrejas por sua liderança. Ambos haviam sido poderosamente usados por Deus. Na verdade, o livro de Atos está virtualmente dividido no meio pelos dois, a primeira parte contando a história de Pedro e a segunda parte, a história de Paulo.

Mas aqui encontramos o apóstolo Paulo resistindo face a face ao

apóstolo Pedro, contradizendo-o, repreendendo-o, condenando-o, porque este havia se afastado e se separado dos crentes cristãos gentios e não comia mais com eles. Não que Pedro negasse o evangelho em sua *doutrina*, pois Paulo se esmera em demonstrar que ele e os apóstolos de Jerusalém estavam unidos quanto ao evangelho (versículos 1-10), e ele repete este fato aqui (versículos 15-16). A ofensa de Pedro contra o evangelho foi na sua *conduta*. Nas palavras de J. B. Phillips, “a sua conduta estava em contradição com a verdade do evangelho”.

Convém investigarmos esta situação, na qual estes dois líderes apostólicos aparecem em total desarmonia. É particularmente importante notar o que cada apóstolo fez, por que o fez e com que resultado. Vamos começar com Pedro.

1. A Conduta de Pedro (vs. 11-13)

a. O que ele fez

Quando Pedro chegou a Antioquia, ele comia com os cristãos gentios. Na verdade, o tempo imperfeito de verbo indica que este era o seu comportamento regular, como diz J. B. Phillips: “Pedro tinha o hábito de se sentar à mesa com os gentios”. Seus antigos escrúpulos judaicos haviam sido vencidos. Ele não se considerava de forma alguma desonrado ou contaminado pelo contato com os cristãos gentios incircuncisos, como antigamente. Em vez disso, ele os convidava para comer com ele, e comia com eles. Pedro, que era um cristão judeu, desfrutava a fraternidade dos crentes de Antioquia, que eram cristãos gentios. Isto provavelmente significa que faziam refeições comuns juntos, embora, sem dúvida alguma, participassem também da Ceia do Senhor.

Então, um dia, chegou a Antioquia um grupo de Jerusalém. Eram todos crentes cristãos professos, mas eram de origem judaica, escrupulosos fariseus na verdade (Atos 15:5) e vinham “da parte de Tiago” (Gl 2:12), o líder da igreja de Jerusalém. Isto não significa que tivessem a sua autoridade, pois ele mais tarde negou isso (Atos 15:24), mas, antes, que eles *declararam* que a tinham. Eles se apresentaram como delegados apostólicos. Ao chegarem à Antioquia começaram a pregar: “Se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos” (Atos 15:1). Evidentemente foram até mais longe do que isso, ensinando que era impróprio que crentes judeus circuncidados participassem da mesma mesa com os crentes gentios incircuncisos, ainda que estes últimos cressem em Jesus e fossem batizados.

Na sua política perniciosa, esses mestres judaizantes ganharam um notável convertido na pessoa do apóstolo Pedro. Pois este, que ante-

riormente comia com estes cristãos gentios, agora se afastou e se separou deles. Parece que ele o fez por vergonha. Diz o Bispo Lightfoot: "As palavras descrevem convincentemente o afastamento cauteloso de uma pessoa tímida que se esquivava dos observadores."¹

b. Por que ele o fez

Por que Pedro criou esta brecha desastrosa na comunhão da igreja de Antioquia? Já vimos a causa imediata, isto é, chegaram "alguns da parte de Tiago" (versículo 12). Mas por que ele se deixou influenciar? Devemos supor que eles o convenceram de que estivera agindo de maneira errada ao comer com os cristãos gentios? Não pode ser.

Lembremos que havia pouco tempo, conforme registrado em Atos 10 e 11, Pedro recebera uma revelação direta e especial de Deus exatamente sobre este assunto. Ele estava no terraço de uma casa em Jope, uma tarde, quando entrou em êxtase e teve a visão de um lençol que descia do céu segurado pelos quatro cantos, contendo uma variedade de criaturas impuras (aves, animais e répteis). Então ele ouviu uma voz dizendo: "Levanta-te, Pedro; mata e come". Quando ele objetou, a voz continuou dizendo: "Ao que Deus purificou não consideres comum". A visão se repetiu três vezes, com ênfase. Pedro concluiu que devia acompanhar os mensageiros gentios que lhe foram enviados da parte do centurião Cornélio e foi à casa deste, atitude que lhe era imprópria, por ser um judeu. No sermão que pregou na casa de Cornélio, ele disse: "Reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas". Quando o Espírito Santo veio sobre os gentios que creram, Pedro concordou que deviam receber o batismo cristão e que deviam ser recebidos na igreja cristã.

Devemos agora supor que Pedro tenha se esquecido da visão que teve em Jope e da conversão da casa de Cornélio? Ou que tenha traído a revelação que Deus lhe dera? Certamente não. Não há em Gálatas 2 indicação alguma de que Pedro houvesse mudado de opinião. Por que então ele se afastou da comunhão com os crentes gentios em Antioquia? Paulo nos conta. Ele "veio a apartar-se, temendo os da circuncisão" (versículo 12). "E também os demais judeus dissimularam com ele, ao ponto de o próprio Barnabé ter-se deixado levar pela dissimulação deles" (versículo 13). A palavra grega para "dissimulação" é "hipocrisia", que significa "fazer finta". Era o que estavam fazendo. Eles "fingiram" (cf. versículo 13, BJ).

A acusação de Paulo é séria, mas evidente. É que Pedro e os outros

1. Lightfoot, pág. 112.

agiram com falta de sinceridade, não por convicção pessoal. Seu afastamento da mesa dos crentes gentios não foi incitado por algum princípio teológico, mas por medo covarde de um pequeno grupo. Na verdade, Pedro fez em Antioquia exatamente o que Paulo se recusou a fazer em Jerusalém, isto é, ceder diante da pressão. O mesmo Pedro que negou o seu Senhor com medo de uma criada, negou-o agora com medo do partido da circuncisão. Ele continuava crendo no evangelho, mas falhou na sua prática. Sua conduta “não se ajustou” com o evangelho. Ele virtualmente contradisse o evangelho com sua atitude, porque lhe faltou coragem nas convicções.

c. As conseqüências

Já observamos que “os demais judeus dissimularam com ele, a ponto de o próprio Barnabé ter-se deixado levar pela dissimulação deles” (versículos 13). “A dissimulação deles”, comenta Lightfoot, “foi uma enchente que levou tudo de roldão”¹ Até Barnabé, o amigo de confiança de Paulo e seu colega missionário, que permanecera firme ao seu lado em Jerusalém (versículos 1, 9), agora, em Antioquia, cedeu. Isto é importante. Se Paulo não tivesse se colocado contra Pedro naquele dia, toda a igreja cristã teria derivado para uma água parada, estagnando, ou então haveria uma permanente richa entre o Cristianismo gentio e o judeu, “um Senhor, mas duas mesas do Senhor”.² A notável coragem de Paulo naquela ocasião, resistindo a Pedro, preservou a verdade do evangelho e a fraternidade internacional da igreja.

Agora vamos deixar Pedro de lado e vamos nos voltar para Paulo.

2. A Conduta de Paulo (vs. 14-16)

a. O que ele fez

O versículo 11 diz que Paulo “resistiu” ou “enfrentou” (JB) a Pedro “face a face”. A razão da atitude drástica de Paulo foi que Pedro “se tornara repreensível”. Isto é, “ele estava inteiramente errado” (BLH). Além disso, Paulo repreendeu Pedro “na presença de todos” (versículo 14), franca e publicamente.

Paulo não hesitou, nem mesmo por deferência ao que Pedro era. Ele reconhecia que este era um apóstolo de Jesus Cristo, que realmente fora designado como apóstolo antes dele (1:17). Sabia que Pedro era umas das “colunas” da igreja (versículo 9), a quem Deus confiara o evangelho para os circuncidados (versículo 7). Paulo não negou nem se esqueceu destes fatos. Não obstante, isto não o impediu de contra-

1. Lightfoot, pág. 112.

2. Neill, pág. 32.

dizer e se opor a Pedro. Nem o intimidou de fazê-lo publicamente. Ele não deu ouvidos àqueles que talvez o aconselhassem a ser cauteloso, evitando lavar roupa suja teológica em público. Ele não tentou ocultar a desavença ou marcar (como nós faríamos) uma entrevista particular da qual o público ou a imprensa ficasse excluído. A entrevista em Jerusalém foi particular (versículo 2), mas a revelação dos fatos em Antioquia teve de ser pública. O afastamento de Pedro dos crentes gentios havia provocado um escândalo público; da mesma forma, ele deveria sofrer oposição publicamente. Portanto, Paulo se opôs a Pedro “face a face” (versículo 11) e “na presença de todos” (versículo 14). Foi exatamente o tipo de colisão frontal que a igreja tentaria evitar a qualquer preço nos dias de hoje.

b. Por que ele o fez

Por que Paulo se atreveu a contradizer um companheiro seu, apóstolo de Jesus Cristo, e isto publicamente? Seria porque tinha um temperamento irascível e não podia controlar o gênio ou a língua? Seria ele um exibicionista, que gostava de discutir? Será que considerava Pedro como um perigoso rival, de modo que agarrou aquela oportunidade para rebaixá-lo? Não. Nenhum desses sentimentos desprezíveis motivaram a Paulo.

Por que então ele agiu desse modo? A resposta é simples. Paulo agiu assim porque estava profundamente preocupado exatamente com o princípio que Pedro parecia ignorar. Ele sabia que o princípio teológico que estava em jogo não era um assunto sem importância. Martinho Lutero capta isso de maneira admirável: “Ele não estava lidando com um assunto superficial, mas com o artigo principal de toda a doutrina cristã... Pois quem é Pedro? Quem é Paulo? Quem é um anjo do céu? O que são todas as outras criaturas para com o artigo da justificação? O que somos nós, se é que o sabemos, estamos à luz clara do dia; mas se somos ignorantes nesse ponto, então estamos na mais miserável escuridão.”¹

Que princípio teológico era esse que estava em jogo? Duas vezes neste capítulo o apóstolo chama-o de “a verdade do evangelho”. Fora a questão discutida em Jerusalém (versículo 5), e foi novamente o assunto discutido em Antioquia (versículo 14). Paulo “viu”. Observe a percepção espiritual nessa questão fundamental que ele reivindica: que Pedro e os outros não estavam procedendo “corretamente segundo a verdade do evangelho” (literalmente, “não andavam corretamente”,

1. Lutero, pág. 114.

versículo 14). “A verdade do evangelho” parece estar sendo comparada a um caminho reto e estreito. Em vez de se manter nele, Pedro estava se desviando.

Qual é, então, essa verdade do evangelho? Qualquer leitor da Epístola aos Gálatas deveria perceber a resposta a esta pergunta. São as boas novas de que nós, os pecadores, culpados e sob o julgamento de Deus, podemos ser perdoados e aceitos pela sua plena graça, pelo seu favor livre e imerecido, com base na morte do seu Filho e não através de quaisquer obras ou méritos nossos. Mais resumidamente, a verdade do evangelho é a doutrina da justificação (que significa aceitação diante de Deus) tão somente pela graça, através da fé, o que Paulo prossegue expondo nos versículos 15-17.

Qualquer desvio deste evangelho o apóstolo simplesmente não consegue tolerar. No começo da epístola ele pronunciou um terrível anátema contra aqueles que o distorciam (1:8,9). Em Jerusalém ele se recusou a submeter-se aos judaizantes por um momento que fosse, “para que a verdade do evangelho permanecesse” (2:5). E agora em Antioquia, movido por essa mesma veemente lealdade para com o evangelho, ele enfrenta Pedro face a face porque o comportamento deste contradizia tal verdade. Paulo estava determinado a defender e manter o evangelho a qualquer custo, ainda que fosse às custas da humilhação pública de um irmão apóstolo.

Mas talvez alguém fique imaginando por que o afastamento de Pedro contradizia a verdade do evangelho. Considere com atenção o raciocínio de Paulo. Os versículos 15 e 16 dizem: *Nós* (isto é, Pedro e Paulo)... *sabendo, contudo, que o homem* (qualquer homem, judeu ou gentio) *não é justificado por obras da lei, e, sim, mediante a fé em Cristo Jesus...* Estas palavras fazem parte do que Paulo disse a Pedro em Antioquia, fazendo-o lembrar do evangelho que eles dois conheciam e que ambos defendiam. Neste assunto não havia diferença de opinião entre eles. Eles haviam concordado que Deus aceita o pecador através da fé em Cristo e por causa da obra que ele consumou na cruz. Este é o caminho da salvação para todos os pecadores, tanto judeus como gentios. Não há distinção entre eles quanto ao pecado; e, portanto, não há distinção entre eles quanto ao meio de sua salvação.

Agora, se Deus justifica os judeus e os gentios nos mesmos termos, simplesmente pela fé no Cristo crucificado, não vendo diferença entre eles, quem somos nós para negar comunhão aos crentes gentios apenas porque não são circuncidados? Se, para aceitá-los, Deus não exige tal obra da lei chamada circuncisão, como nos atrevemos a lhes impor uma condição, a qual o próprio Deus não impõe? Se Deus os acei-

tou, como podemos rejeitá-los? Se ele os aceita na *sua* comunhão, vamos nós negar-lhes a *nostra*? Ele os reconciliou consigo mesmo; como podemos nos afastar daqueles a quem Deus reconciliou? O princípio está bem explicado em Romanos 15:7: “Portanto, acolhei-vos uns aos outros, como também Cristo vos acolheu.”

Além disso, o próprio Pedro fora justificado pela fé em Jesus. Além de “conhecer” a doutrina da justificação pela fé, ele próprio agira com base nela, “crendo” em Jesus a fim de ser justificado (versículo 16). E Pedro já não observava mais os regulamentos dietéticos judaicos. *Se, sendo tu judeu, diz-lhe Paulo, vives como gentio, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus?* (versículo 14).

c. As conseqüências

Nesta passagem não somos informados explicitamente do que resultou da atitude de Paulo, mas a perspectiva da história mais adiante nos diz. Este incidente em Antioquia precipitou o futuro Concílio de Jerusalém, descrito em Atos 15. É possível que Paulo estivesse já a caminho de Jerusalém para assistir ao Concílio quando escreveu esta epístola. Sabemos de Atos 15:1,2 que as dissensões provocadas pelos judaizantes em Antioquia foram a causa imediata do Concílio. Paulo, Barnabé e alguns outros foram designados pela igreja para irem a Jerusalém, falar com os apóstolos e os anciãos acerca desta questão. Também sabemos qual foi a decisão que o Concílio de Jerusalém tomou, isto é, que a circuncisão não devia ser exigida dos crentes gentios. E, assim, parcialmente como resultado da posição de Paulo contra Pedro em Antioquia naquele dia, o evangelho obteve uma grande vitória.

Conclusão

O que podemos aprender hoje desta desavença entre Paulo e Pedro em Antioquia? Será que não passou de uma indigna e indecorosa colisão de personalidades, sem qualquer significado duradouro? Pelo contrário, a controvérsia entre Paulo e Pedro tem se repetido em debates eclesiais contemporâneos, especialmente no que se refere à comunhão internacional. O cenário é diferente. Não é mais a Síria nem a Palestina, mas outras partes do mundo, sem excluir o Brasil. Os participantes também são diferentes. Eles não são apóstolos do primeiro século, mas gente da igreja do século XX. O campo de batalha também é diferente, pois já não é mais a questão da circuncisão mosaica, mas assuntos secundários tais como a confirmação, a forma de batismo ou o ministério da igreja. Mas a questão fundamental em jogo é exatamente a mesma, isto é: em que base os crentes cristãos podem desfru-

tar a comunhão uns com os outros ou afastar-se uns dos outros? A resposta a estas perguntas encontra-se no evangelho. O evangelho é a boa nova da justificação dos pecadores pela graça de Deus. Ele nos diz que a aceitação do pecador diante de Deus é somente pela fé, totalmente à parte das obras. Esta é a verdade do evangelho. Uma vez que a assimilamos claramente, ficamos em posição de entender nosso duplo dever para com ela.

a. Devemos andar corretamente, de acordo com o evangelho

Não basta que *creiamos* no evangelho (Pedro cria, versículo 16), nem mesmo que lutemos por *preservá-lo*, como Paulo e os apóstolos de Jerusalém fizeram, e os judaizantes não. Temos que ir ainda mais adiante. Temos de *aplicá-lo*; foi o que Pedro deixou de fazer. Ele sabia perfeitamente bem que a fé em Jesus é a condição única para que Deus tenha comunhão com os pecadores; mas *ele* acrescentou a circuncisão como condição extra para que *ele* tivesse comunhão com eles, contrariando assim o evangelho.

Hoje em dia diversos grupos cristãos e pessoas repetem o mesmo erro de Pedro. Recusam-se a ter comunhão com outros crentes cristãos professos a não ser que estes sejam totalmente imersos na água (nenhuma outra forma de batismo os satisfaz), ou que tenham sido episcopalmente confirmados (insistem que apenas as mãos de um bispo na sucessão histórica são adequadas), ou que sua pele tenha determinada cor, ou que venham de uma determinada classe social (geralmente a de cima) e assim por diante.

Tudo isto é uma séria afronta ao evangelho. A justificação é só pela fé; não temos o direito de acrescentar uma forma particular de batismo, de confirmação ou alguma condição denominacional, racial ou social. Deus não insiste nessas coisas para nos aceitar em sua comunhão; por isso não devemos insistir nelas também. Que exclusividade eclesiástica é esta que *nós* praticamos e Deus não? Será que somos mais reservados do que ele? A única barreira para termos comunhão com Deus, e conseqüentemente uns com os outros, é a incredulidade, a falta da fé salvadora em Jesus Cristo.

Não somos anarquistas, é claro. É necessário haver uma sadia disciplina eclesiástica. Cada igreja tem o direito de estabelecer regras próprias para os seus membros. O propósito de tal disciplina doméstica é garantir, na medida do possível em termos humanos, que aqueles que desejam ser membros da igreja tenham sido justificados pela fé. Mas negar a um companheiro cristão (crente, batizado, membro ativo de outra igreja) o acesso à mesa do Senhor simplesmente porque ele não

foi batizado da mesma forma que nós ou porque não foi confirmado, ou por qualquer outro motivo, é uma ofensa ao Deus que o justificou, um insulto ao irmão pelo qual Cristo morreu e uma contradição à verdade do evangelho. Quem sou eu para considerar impuro um companheiro crente justificado, para não comer com ele? Temos de ouvir novamente a voz que veio do céu: “Ao que Deus purificou não considere comum” (Atos 10:15).

b. Devemos nos opor àqueles que negam o evangelho

Quando o problema existente entre nós for trivial, devemos ser o mais flexível possível. Mas quando a verdade do evangelho estiver em jogo, devemos permanecer firmes. Graças a Deus por Paulo que enfrentou Pedro face a face, por Atanásio que enfrentou o mundo inteiro quando o Cristianismo abraçou a heresia ariana, e por Lutero que se atreveu a desafiar até mesmo o papado. Onde estão os homens desse calibre nos dias de hoje? Muitos são os grupos de pressão vocal na igreja contemporânea. Não devemos ser levados à submissão por causa do medo. Se eles se opõem à verdade do evangelho, devemos nos opor a eles sem hesitação.

Gálatas 2:15-21

Justificação apenas pela fé

Nós, judeus por natureza e não pecadores dentre os gentios,¹⁶ sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei, e, sim, mediante a fé em Cristo Jesus, também nós temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois por obras da lei ninguém será justificado.¹⁷ Mas se, procurando ser justificados em Cristo, fomos nós mesmos também achados pecadores, dar-se-á o caso de ser Cristo ministro do pecado? Certo que não.¹⁸ Porque, se torno a edificar aquilo que destruí, a mim mesmo me constituo transgressor.¹⁹ Porque eu, mediante a própria lei, morri para a lei, a fim de viver para Deus. Estou crucificado com Cristo;²⁰ logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim.²¹ Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que morreu Cristo em vão.

Nestes versículos aparece uma importante palavra pela primeira vez em Gálatas. Ela é central na mensagem da Epístola, central no evangelho pregado por Paulo e realmente essencial ao próprio Cristianismo. Ninguém pode jamais entender o Cristianismo sem entender esta palavra. É a palavra “justificado”. O verbo aparece três vezes no capítulo 16 e uma vez no versículo 17, enquanto que o substantivo “justificação” ou “justiça” aparece no versículo 21.

Neste parágrafo, então, Paulo desvenda a grande doutrina da justificação pela fé. É a boa nova de que homens e mulheres pecadores podem ser aceitos por Deus, não por causa de suas obras, mas através de um simples ato de confiança em Jesus Cristo. Sobre esta doutrina Martinho Lutero escreve: “Esta é a verdade do evangelho. É também o artigo principal de toda a doutrina cristã, em que consiste o conhecimento de toda a piedade. Portanto, é mais do que necessário que conheçamos bem este artigo, que o ensinemos aos outros e que o martellemos em suas mentes.”¹ Em outras passagens Lutero se refere a ele como o “principal”,² “o mais importante”³ e “o artigo mais especial da doutrina cristã”,⁴ pois é a doutrina “que realmente transforma as

1. Lutero, pág. 101.

2. Lutero, pág. 95.

3. Lutero, págs. 114, 121.

4. Lutero, pág. 426

pessoas em cristãos”.¹ Ele acrescenta: “Se o artigo da justificação for alguma vez perdido, então toda a verdadeira doutrina ficará perdida”.²

Semelhantemente, Cranmer escreve no primeiro Livro das Homilias: “Esta fé é a que as Sagradas Escrituras ensinam: é a rocha sólida e o fundamento da religião cristã. Esta doutrina todos os antigos autores da igreja de Cristo aprovam. Esta doutrina levou adiante e estabeleceu a verdadeira glória de Cristo, e derrotou a glória inútil do homem. Todo aquele que a negar não pode ser considerado como um verdadeiro cristão, nem busca a glória inútil do homem.”³

Se a doutrina da justificação é essencial na religião cristã, é de vital importância que a entendamos. O que ela significa? “Justificação” é um termo legal que foi tomado emprestado aos tribunais. É exatamente o oposto exato de “condenação”.⁴ “Condenar” é declarar uma pessoa culpada; “justificar” é declará-la sem culpa, inocente ou justa. Na Bíblia, refere-se ao ato imerecido do favor de Deus através do qual ele coloca diante de si o pecador, não apenas perdoadando-o ou isentando-o da culpa, mas também aceitando-o e tratando-o como justo.

Muitas pessoas acham que a linguagem de Paulo é estranha ao nosso vocabulário e que a sua argumentação é complicada e complexa. Mas Paulo não está escrevendo sobre uma necessidade humana universal, tão urgente hoje como o foi 2.000 anos atrás? Pelo menos duas coisas básicas nós sabemos com certeza. A primeira é que Deus é justo; a segunda é que nós não o somos. E estes dois fatos, colocados juntos, explicam a nossa difícil situação, que a nossa consciência e experiência já nos fizeram sentir, isto é, que algo está errado entre nós e Deus. Em vez de harmonia há atrito. Estamos sob juízo, sob a justa sentença de Deus. Estamos alienados de sua comunhão e banidos de sua presença, pois “que sociedade pode haver entre a justiça e a iniquidade?” (2 Co 6:14).

Sendo assim, a questão mais urgente que enfrentamos é a mesma que Bildade, o suíta, apresentou séculos atrás: “Como, pois, seria justo o homem perante Deus?” (Jó 25:4). Ou, como Paulo o colocou: “Como pode um pecador condenado ser justificado?” A sua resposta a estas perguntas cruciais encontra-se neste parágrafo. Primeiro, ele expõe a doutrina da justificação mediante a fé (versículos 15 e 16). Depois ele argumenta (versículos 17-21), examinando a objeção mais comum e demonstrando a total impossibilidade de qualquer outra alternativa.

1. Lutero, pág. 143.

2. Lutero, pág. 26.

3. Homilia intitulada “Of the Salvation of All Mankind” (Da Salvação de Toda a Humanidade), em *Homilies and Canons*, S.P.C.K., 1914, págs. 25, 26.

4. Cf. Dt 25:1; Pv 17:15; Rm 8:33, 34.

1. Exposição (vs. 15, 16)

Sua exposição assume a forma de um contraste entre a doutrina dos judaizantes, da justificação pelas obras da lei, e a doutrina dos apóstolos, da justificação mediante a fé. Ele repudia a primeira e dá força à última.

a. Justificação pelas obras da lei

Por “lei” entende-se a soma total dos mandamentos de Deus, e por “obras da lei” os atos praticados em obediência a ela. Os judeus supunham que podiam ser justificados desse modo, como também os judaizantes, que professavam ter fé em Jesus mas queriam que todos seguissem igualmente a Moisés. Sua posição era esta: “A única maneira de ser justificado é através de trabalho duro. É preciso lutar. A ‘obra’ são as ‘obras da lei’. Ou seja, é preciso fazer tudo o que a lei ordena e evitar tudo o que a lei proíbe.” Os judeus e os judaizantes continuavam, dizendo: “Isto significa que é preciso guardar especialmente os Dez Mandamentos. É preciso amar e servir ao Deus vivo, e não ter outros deuses ou substitutos. É preciso reverenciar o seu nome e o seu dia, e honrar os pais. É preciso evitar o adultério, o homicídio e o roubo. Nunca devemos dar falso testemunho contra o nosso próximo nem cobiçar alguma coisa que lhe pertença.” Mas não era só isso. “Além da lei moral, temos a lei cerimonial, à qual é preciso obedecer. É preciso levar a religião a sério, examinando as Escrituras em particular e freqüentando os cultos públicos. É preciso jejuar, orar e dar esmolas. E, se se fizer tudo isso, sem falhar em nada, ter-se-á alcançado o sucesso e a aceitação de Deus sendo então justificado ‘pelas obras da lei’.”

Esta era a posição do judeu e do judaizante. Paulo os descreve como “procurando estabelecer a sua própria (justiça)” (Rm 10:3). Esta tem sido a religião do povo comum, antes e depois deles. É a religião que se encontra nas ruas, hoje. De fato, é o princípio fundamental de cada sistema religioso e moral no mundo, exceto o Cristianismo do Novo Testamento. É um princípio popular porque é lisonjeiro. Ele diz ao homem que, se ele tão somente conseguir melhorar um pouco o seu comportamento e se ele se esforçar um pouquinho mais, conseguirá obter a sua própria salvação.

Mas isso tudo é uma ilusão terrível. É a maior mentira do maior mentiroso do mundo, o diabo, o qual Jesus chamou de “pai da mentira” (Jo 8:44). Nunca alguém foi justificado pelas obras da lei, simplesmente porque ninguém jamais conseguiu obedecer à lei de maneira perfeita. Uma obediência restrita às exigências das obras da lei é uma

coisa além do nosso alcance. Podemos guardar algumas das exigências da lei externamente, mas nenhum homem, exceto Jesus Cristo, jamais as cumpriu todas. Na verdade, se examinarmos as nossas motivações, descobriremos que já transgredimos todas as leis de Deus, pois Jesus disse que pensamentos homicidas nos transformam em homicidas e que pensamentos adúlteros nos transformam em adúlteros. Por isso as Escrituras nos dizem: “o homem não é justificado por obras da lei” (versículo 16, aludindo ao Sl 143:2). O que nos surpreende é que alguém possa imaginar que possa aproximar-se de Deus e chegar ao céu dessa maneira.

b. Justificação pela fé

A segunda alternativa Paulo chama de “pela fé em Jesus Cristo”. Jesus Cristo veio ao mundo para viver e morrer. Na sua vida a sua obediência à lei foi perfeita. Na sua morte ele sofreu pela nossa desobediência. Na terra ele viveu a única vida de obediência imaculada para com a lei que já foi vivida. Na cruz ele morreu porque nós transgredimos a lei, uma vez que a penalidade para a desobediência à lei era a morte. Portanto, tudo de que precisamos para ser justificados é reconhecer o nosso pecado e a nossa incapacidade, arrepender-nos dos nossos atos de auto-afirmação e justiça própria, e colocar toda a nossa confiança em Jesus Cristo para nos salvar.

Assim, a “fé em Jesus Cristo” não é apenas uma convicção intelectual, mas um compromisso pessoal. A expressão que aparece no meio do versículo 16 é (literalmente) “nós temos crido *em (eis)* Cristo Jesus”. É um ato de entrega, não apenas de aceitação do fato de Jesus ter vivido e morrido, mas de correr a ele em busca de refúgio e de clamar a ele por misericórdia.

Estes são, portanto, teoricamente os dois meios alternativos de justificação: “pelas obras da lei” ou “por meio da fé em Jesus Cristo”. E três vezes seguidas Paulo nos diz que o meio de Deus é o segundo, e não o primeiro. Sua enfática declaração no versículo 16 tem a intenção de não nos deixar dúvidas quanto a este assunto e (como Lutero costumava dizer) “martelar em nossas mentes”. Não que a repetição seja exata e monótona, entretanto, pois há uma escala ascendente de ênfase: primeiro geral, depois pessoal e, finalmente, universal.

A primeira declaração é geral (versículo 16a). Sabemos “que o homem não é justificado por obras da lei, e, sim, mediante a fé em Cristo Jesus”. Paulo não tem em mente ninguém em especial: ele é deliberadamente vago. Apenas “o homem”, qualquer homem, qualquer mulher. Depois ele diz: “sabendo”. Não apresenta uma opinião experi-

mental, mas uma afirmação dogmática. Após gastar grande parte dos dois primeiros capítulos da epístola defendendo a sua autoridade apostólica, agora ele coloca todo o peso de sua autoridade nesta declaração. Ele já teve a coragem de declarar que o seu evangelho “não é segundo o homem” (1:11). Sendo assim, sua exposição do evangelho no versículo 16 não é segundo o homem, mas vem de Deus. Além disso, o plural “*nós... sabendo*” significa, no contexto, que ambos os apóstolos, Pedro e Paulo, sabiam que estavam unidos em sua convicção acerca da natureza do evangelho.

A segunda declaração é pessoal (versículo 16b). Não apenas “sabendo”, mas “também nós temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo”. Isto é, nossa certeza acerca do evangelho é mais do que intelectual; nós o testamos pessoalmente em nossa própria experiência. É um acréscimo importante e mostra que Paulo está propondo uma doutrina que ele mesmo já pôs à prova. “Sabendo,” diz ele, “nós temos crido em Cristo Jesus”, a fim de prová-lo.

A terceira declaração é universal (versículo 16c). O princípio teológico e a experiência pessoal estão agora confirmados pelas Escrituras. O apóstolo cita a declaração categórica do Salmo 143:2 (como ele faz novamente em Rm 3:20): “pois por obras da lei ninguém será justificado”. A expressão grega é ainda mais forte do que em português. Refere-se a “toda a carne”, a humanidade sem exceção. Seja qual for a nossa educação religiosa, antecedentes educacionais, status social ou origem racial, o caminho da salvação é o mesmo. Ninguém pode ser justificado por obras da lei; toda a carne tem de ser justificada através da fé em Cristo.

Difícilmente se encontraria uma declaração mais forte do que essa quanto à doutrina da justificação. Nela insistem os dois apóstolos liderantes (“Nós... sabendo”), confirmando-a com a sua própria experiência (“também nós temos crido”); e ela é endossada pelas sagradas escrituras do Antigo Testamento (“por obras da lei ninguém será justificado”). Com esta garantia tripla deveríamos aceitar a doutrina bíblica da justificação, não permitindo que a nossa justiça própria natural nos afaste da fé em Cristo.

2. Argumentação (vs. 17-21)

Mesmo sendo tão simples e pungente, a exposição de Paulo foi posta em dúvida no seu tempo, e o continua sendo nos dias de hoje. Por isso, nestes versículos ele volta da exposição à argumentação, apresentando-nos o argumento que os críticos usaram para tentar derrubar a sua doutrina e o argumento que ele próprio usou para derrubar a dou-

trina deles e estabelecer a sua. Vejamos como isso aconteceu.

a. O argumento dos críticos contra Paulo (vs. 17-20)

Versículos 17 e 18: *Mas se, procurando ser justificados em Cristo, fomos nós mesmos também achados pecadores, dar-se-á o caso de ser Cristo ministro do pecado? Certo que não. Porque, se torno a edificar aquilo que destruí, a mim mesmo me constituo transgressor.* Estes versículos não são fáceis de interpretar e têm sido entendidos de diferentes formas. Das duas principais interpretações, escolhi aquela que parece mais coerente com a Epístola aos Romanos.

Os críticos de Paulo argumentavam desta maneira: “A sua doutrina da justificação através da fé em Cristo somente, à parte das obras da lei, é uma doutrina altamente perigosa. Fatalmente enfraquece o senso de responsabilidade moral do homem. Ao afirmar que ele pode ser aceito confiando em Cristo, sem qualquer necessidade de boas obras, você o está encorajando a transgredir a lei, que é a vil heresia do ‘antinomianismo’.” As pessoas hoje continuam argumentando dessa forma: “Se Deus justifica pessoas más, de que vale ser bom? Neste caso, não podemos viver à vontade, fazendo o que bem nos aprouver?”

A primeira resposta de Paulo aos seus críticos é uma negativa fortemente indignada: “Certo que não” (versículo 17), ele diz. Ele nega especialmente a alegação anexa, de que era culpado de tornar Cristo o autor dos pecados dos homens. Pelo contrário, prossegue, “a mim mesmo me constituo transgressor” (versículo 18). Em outras palavras, “se depois da minha justificação continuo pecando, a falta é minha e não de Cristo. Eu sou o único culpado; ninguém pode culpar a Cristo.”

Depois Paulo prossegue refutando os argumentos dos seus críticos. Eles dizem que a justificação pela fé encoraja a perseverança no pecado, o que é ridículo. Eles entenderam mal e grosseiramente o evangelho da justificação. A justificação não é uma ficção legal, na qual o status do homem é mudado, enquanto o seu caráter permanece imutável. Versículos 17: Somos “justificados *em Cristo*”. Isto é, nossa justificação acontece quando somos ligados a Cristo pela fé. E uma pessoa que foi unida a Cristo nunca mais será a mesma pessoa. Ela é transformada. Não é apenas a sua posição diante de Deus que é transformada; a pessoa é que é radical e permanentemente transformada. Falar de voltar para a sua vida antiga, e de pecar à vontade, é francamente impossível. Ela se tornou uma nova criatura e começou uma vida nova.

Agora Paulo passa a apresentar esta espantosa mudança que acontece com a pessoa que é justificada em Cristo. Ele a descreve em ter-

mos de morte e ressurreição. Duas vezes no versículo 19 e 20 ele fala dessa morte e dessa volta à vida. As duas coisas acontecem por meio da união com Cristo. É a morte e a ressurreição *de Cristo* que nós compartilhamos. Versículos 19: *Porque eu, mediante a própria lei, morri para a lei* (a exigência da morte da lei foi satisfeita na morte de Cristo), *a fim de viver para Deus*. Versículo 20: *Estou crucificado com Cristo* (isto é, estou unido a Cristo em sua morte por causa do pecado; meu passado pecador foi riscado); *logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim*.

Talvez agora esteja se tornando mais claro por que um cristão que foi “justificado em Cristo” não tem liberdade para pecar. Em Cristo “as coisas antigas já passaram” e “eis que se fizeram novas” (2 Co 5:17). Isso porque a morte e a ressurreição de Cristo não são apenas acontecimentos históricos (ele “a si mesmo se entregou” e agora “vive”), mas acontecimentos dos quais, por meio da união da fé com ele, o seu povo veio a participar (“Estou crucificado com Cristo” e agora eu “vivo”). Quando nos unimos a Cristo em sua morte nossa vida antiga acaba; é ridículo sugerir que podemos retornar a ela. Além disso, ressuscitamos para uma nova vida. Num certo sentido, vivemos esta nova vida por meio da fé em Cristo. Em um outro sentido, não somos nós que vivemos, mas Cristo vive em nós. E, vivendo em nós, ele nos dá novos desejos quanto a santidade, Deus e o céu. Não é que não possamos pecar novamente; podemos, sim. Mas não queremos. Todo o conteúdo de nossa vida mudou. Agora tudo se tornou diferente, porque nós mesmos somos diferentes. Veja como Paulo torna tudo isso audaciosamente pessoal: Cristo “a si mesmo se entregou por *mim*”. “Cristo vive *em mim*”. Nenhum cristão que tenha assimilado essas verdades poderia jamais contemplar seriamente a possibilidade de retornar à vida antiga.

b. A argumentação de Paulo contra os seus críticos (v. 21)

Já vimos como Paulo reage à tentativa dos críticos de derrubar a sua doutrina; agora consideremos como ele pretende derrubar a doutrina deles. Versículo 21: *Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que morreu Cristo em vão*. Convém sentirmos a força deste argumento. Os dois alicerces da religião cristã são a graça de Deus e a morte de Cristo. O evangelho cristão é o evangelho da graça de Deus. A fé cristã é a fé do Cristo crucificado. Assim, se alguém insiste em que a justificação é pelas obras e que se pode alcançar a salvação por esforço próprio está solapando os fundamentos da reli-

gião cristã. Está anulando a graça de Deus (porque, se a salvação é pelas obras, então não é pela graça) e tornando supérflua a morte de Cristo (porque, se a salvação é obra nossa, então a obra de Cristo é desnecessária).

Mas há muita gente que, assim como os judaizantes, comete exatamente estes erros, tentando recomendar-se a Deus através das próprias obras. Mas isso não é uma coisa nobre; é, outrossim, terrivelmente ignóbil, pois, na verdade, é o mesmo que negar a natureza de Deus e a missão de Cristo. É recusar a graça de Deus. É dizer a Cristo que ele não devia ter-se dado ao trabalho de morrer, pois, se nós somos donos de nosso próprio destino e podemos nos salvar a nós mesmos, tanto a graça de Deus como a morte de Cristo tornam-se redundantes.

Conclusão

Parece que há quatro verdades cristãs que se destacam neste parágrafo.

A primeira é que a maior necessidade do homem é a justificação, ou aceitação de Deus. Comparadas a esta, todas as outras necessidades humanas perdem qualquer significado. Como podemos acertar nossa vida com Deus, para que o nosso tempo e a eternidade sejam passados desfrutando o seu favor e no seu serviço?

Segunda, a justificação não é pelas obras da lei, mas pela fé em Cristo. Lutero o expressou de maneira sucinta: “Eu devo dar ouvidos ao Evangelho, que me ensina não o que eu devo fazer (pois este é o trabalho da Lei), mas o que Jesus Cristo, o Filho de Deus, fez por mim: a saber, que ele sofreu e morreu a fim de me livrar do pecado e da morte.”¹

A terceira verdade é que não confiar em Jesus Cristo por causa da confiança em si mesmo é um insulto à graça de Deus e à cruz de Cristo, pois é dizer que são desnecessárias.

E, por último, confiar em Jesus Cristo, sendo assim unido a ele, é começar uma vida totalmente nova. Se nós estamos “em Cristo”, estamos mais do que justificados; descobrimos que já morremos e resuscitamos com ele. Por isso podemos dizer com Paulo: *Estou crucificado com Cristo; logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim* (versículos 19b, 20).

1. Lutero, pág. 101.

Gálatas 3:1-9

A loucura dos gálatas

Ó gálatas insensatos! Quem vos fascinou a vós outros, ante cujos olhos foi Jesus Cristo exposto como crucificado? ²Quero apenas saber isto de vós: recebestes o Espírito pelas obras da lei, ou pela pregação da fé? ³Sois assim insensatos que, tendo começado no Espírito, estejais agora vos aperfeiçoando na carne? ⁴Terá sido em vão que tantas cousas sofrestes? Se na verdade foram em vão. ⁵Aquele, pois, que vos concede o Espírito e que opera milagres entre vós, porventura o faz pelas obras da lei, ou pela pregação da fé?

⁶É o caso de Abraão que creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça. ⁷Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão. ⁸Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti serão abençoados todos os povos. ⁹De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão.

Na maior parte dos capítulos 1 e 2 Paulo defendeu intrepidamente a origem divina de sua missão e mensagem apostólica. Elas vieram de Deus, insiste, e independentemente dos homens.

Agora ele volta-se para os gálatas e para a infidelidade deles para com o evangelho como consequência da influência corruptora dos falsos mestres. Versículo 1: “Ó gálatas insensatos!” Versículo 3: “Sois assim insensatos...?” Ou, como J. B. Phillips diz: “Ó meus insensatos da Galácia... Certamente não sereis tão insensatos...!” Portanto, o afastamento dos gálatas do evangelho era, não apenas uma espécie de traição espiritual (1:6) como também um ato de loucura. Realmente, era algo tão estúpido que Paulo se pergunta se algum feiticeiro “os fascinou” ou “os enfeitiçou” (JBP). Sua pergunta é parcialmente retórica, porque ele sabe muito bem acerca das atividades dos falsos mestres. Mas talvez ele use o singular porque detecta, por trás desses falsos mestres, a atividade do próprio diabo, o espírito da mentira, a quem o Senhor Jesus chamou de “mentiroso e pai da mentira” (Jo 8:44). Grande parte da nossa estupidez cristã para entender e aplicar o evangelho talvez se deva ao seu “feitiço”.

O que os gálatas fizeram que levou Paulo a se queixar da falta de

senso deles e perguntar se foram enfeitiçados? Eles aceitaram a doutrina dos judaizantes. Tendo abraçando a verdade no começo (que os pecadores são justificados pela graça, em Cristo, mediante a fé), agora adotavam a opinião de que a circuncisão e as obras da lei também são necessárias para a justificação.

A essência do argumento de Paulo é que a nova posição deles é uma contradição ao evangelho. O motivo de sua perplexidade diante da loucura deles é que diante de seus próprios olhos Jesus Cristo foi “exposto como crucificado”. Não que Cristo fosse apenas exposto publicamente diante dos seus olhos, mas ele foi exposto diante deles *como crucificado* (um participio enfático no final da sentença). É possível que Paulo esteja fazendo também uma alusão ao fato de eles terem sido enfeitiçados. Parece que ele está perguntando como algum feiticeiro pôde colocá-los sob a influência de um mau olhado, quando diante dos seus próprios olhos Cristo foi apresentado como crucificado.

Isso, então, é o evangelho. Não é uma instrução generalizada acerca do Jesus da história, mas uma proclamação específica de Jesus Cristo como crucificado (cf. 1 Co 11:23; 2:2). A força do tempo perfeito do participio (*estaurômenos*) é que a obra de Cristo foi completada na cruz, e que os benefícios de sua crucificação serão sempre atuais, válidos e disponíveis. Os pecadores podem ser justificados diante de Deus e por Deus, não por causa de alguma obra deles, mas devido à obra expiadora de Cristo; não em virtude de algo que eles fizessem ou pudessem fazer, mas por causa do que Cristo fez uma vez, ao morrer. O evangelho não é um bom conselho aos homens, mas são as boas novas acerca de Cristo; não é um convite para se fazer alguma coisa, mas uma declaração do que Deus já fez; não uma exigência, mas uma oferta.

E, se os gálatas haviam entendido o evangelho do Cristo crucificado, que na cruz Cristo fez tudo o que era necessário para a nossa salvação, então deveriam ter entendido que a única coisa exigida deles era aceitar as boas novas pela fé. Acrescentar boas obras à obra de Cristo é uma ofensa à obra que ele consumou, conforme vimos em 2:21.

Agora Paulo denuncia a falta de senso dos gálatas. Eles deveriam ter resistido ao encanto de qualquer coisa que os procurasse enfeitiçar. Eles sabiam muito bem que o evangelho é recebido tão somente pela fé, como a sua própria experiência (versículos 2-5) e o ensinamento claro das Escrituras (versículos 6-9) lhes haviam demonstrado.

1. O Argumento de sua Própria Experiência (vs. 2-5)

Versículo 2: *Quero apenas saber isto de vós: recebestes o Espírito pelas obras da lei, ou pela pregação da fé?* Versículos 4: *Terá sido em*

vão que tantas coisas sofrestes? Se na verdade foram em vão. Paulo presume que todos eles tenham recebido o Espírito. Ele não pergunta se o receberam, mas se o receberam pelas obras ou pela fé (versículo 2). Presume também que foi assim que a vida cristã deles começou (versículo 3: *tendo começado no Espírito*). O que ele está perguntando refere-se a *como* receberam o Espírito para o início da vida cristã. Que parte eles desempenharam no processo?

É importante esclarecer as possíveis alternativas, que o apóstolo chama de “obras da lei” (isto é, obedecendo às exigências da lei) e “pregação da fé” (isto é, “crendo na mensagem do evangelho”). O contraste, já esboçado em 2:16, está entre a lei e o evangelho. Lutero escreve: “Todo aquele que... pode julgar acertadamente entre a lei e o Evangelho, que dê graças a Deus, e saiba que é um direito divino.”¹ Eis a diferença entre eles: a lei diz: “Faça isto”; o evangelho diz: “Cristo já fez tudo”. A lei exige obras humanas; o evangelho exige fé na realização de Cristo. A lei faz exigências e nos incita a obedecer; o evangelho faz promessas e nos incita a crer. Assim a lei e o evangelho se opõem um ao outro. Não são dois aspectos da mesma coisa, ou interpretações do mesmo Cristianismo. Pelo menos na esfera da justificação, como diz Lutero, “o estabelecimento da lei é a abolição do Evangelho”.²

No versículo 5 Paulo usa o mesmo argumento de uma outra forma: não do ponto de vista de *eles* terem recebido o Espírito, mas do ponto de vista de *Deus* ter dado o Espírito: *Aquele* (isto é, Deus), *pois, que vos concede o Espírito e que opera milagres entre vós, porventura o faz pelas obras da lei, ou pela pregação da fé?* Os verbos “conceder” e “operar” não se referem necessariamente a uma atividade contínua de Deus. Parece mais provável que sejam infinitos, referindo-se ainda à visita de Paulo quando eles receberam o Espírito, visto que agora ele está falando da experiência deles do ponto de vista de Deus. Quando Paulo visitou a Galácia Deus lhe concedeu o Espírito e operou milagres através de Paulo (“as credenciais do apostolado”, 2 Co 12:12). A questão é a mesma: “*Como* Deus operou esses milagres entre eles?” E a resposta é a mesma: Não “pelas obras da lei”, mas “pela pregação da fé”. Deus lhes concedeu o Espírito (versículo 2), não porque obedecessem à lei, mas porque creram no evangelho.

Esse era, então, um fato da experiência deles. Paulo fora à Galácia e lhes pregara o evangelho expondo Jesus Cristo crucificado publicamente diante deles. Eles haviam ouvido o evangelho e visto, com os filhos da fé, Cristo apresentado sobre a cruz. Creram no evangelho e

1. Lutero, pág. 122.

2. *Ibid.*

confiaram no Cristo apresentado no evangelho. Assim receberam o Espírito. Não se haviam submetido à circuncisão, nem obedecido à lei, nem mesmo haviam tentado fazê-lo. Tudo o que fizeram foi ouvir o evangelho e crer, e o Espírito lhes fora concedido. Sendo estes os fatos de sua experiência, Paulo argumenta, é ridículo que, “tendo começado no Espírito”, esperassem agora completar-se “na carne”. É uma outra forma de dizer que, tendo começado com o evangelho, não deviam voltar à lei, imaginando que a lei fosse necessária para suplementar o evangelho. Fazê-lo não seria um “melhoramento”, mas uma “degeneração”.¹

2. O Argumento das Escrituras do Antigo Testamento (vs. 6-9)

Versículo 6: *É o caso de Abraão que creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça.* A alusão de Paulo a Abraão é um golpe de mestre. Seus oponentes judaizantes consideravam Moisés o seu mestre. Por isso Paulo retrocede alguns séculos até o próprio Abraão. Sua citação é de Gênesis 15:6. Vou relembrar as circunstâncias. Abraão estava velho e não tinha filhos; mas Deus lhe prometera um filho, e até mesmo uma semente ou posteridade. Um dia Deus chamou Abraão para fora de sua tenda, disse-lhe que contasse as estrelas do céu e, então, declarou: “Será assim a tua posteridade.” Abraão creu na promessa “e isso lhe foi imputado para justiça”.

Considere atentamente o que aconteceu. Primeiro, Deus fez uma promessa a Abraão. Realmente, a promessa de descendência foi ilustrada diante de seus olhos, tal como a promessa do perdão através de Cristo crucificado foi anunciada diante dos olhos dos gálatas. Segundo, Abraão creu em Deus. Apesar da inerente improbabilidade da promessa, do ponto de vista humano, Abraão descansou na fidelidade de Deus. Terceiro, a fé de Abraão foi reconhecida como justiça. Isto é, ele foi aceito como justo, pela fé. Ele não foi justificado porque fizesse alguma coisa para merecê-lo, ou porque fosse circuncidado, ou porque guardasse a lei (pois nem a circuncisão nem a lei ainda haviam sido dadas), mas simplesmente porque creu em Deus.

Com essa promessa de Deus a Abraão Paulo agora passa para uma outra promessa mais recente. Versículos 7-9: *Sabeis, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão. Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti serão abençoados todos os povos. De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão.* Aqui Paulo está citando Gênesis 12:3

1. Brown, pág. 111.

(cf. Gn 22:17,18; At 3:25). Convém examinarmos que bênção era essa e como todas as nações viriam a herdá-la. A bênção é a justificação, a maior de todas as bênções, pois os verbos “justificar” e “abençoar” são usados como equivalentes no versículo 8. E o meio pelo qual a bênção seria herdada é a fé (“Deus justificaria pela fé os gentios”), que era a única forma de os *gentios* herdarem a bênção de Abraão, uma vez que Abraão era o pai da raça judia. Talvez os judaizantes estivessem dizendo aos gálatas convertidos que deviam se tornar filhos de Abraão através da circuncisão. Paulo, então, os contradiz, dizendo que os gálatas *já* eram filhos de Abraão, não pela circuncisão mas pela fé.

Os versículos 7 e 9 afirmam que os verdadeiros filhos de Abraão (que herdam a bênção prometida à sua descendência) não são a posteridade de sua descendência *física*, os judeus, mas a sua progênie *espiritual*, homens e mulheres que partilham de sua fé, a saber, os crentes cristãos.

Tudo isso, diz o apóstolo, os gálatas deveriam saber. Nunca deveriam ter sido tão insensatos. Jamais deveriam ter-se colocado sob o feitiço daqueles falsos mestres. Na verdade, não o teriam feito se tivessem mantido o Cristo crucificado diante dos olhos. Eles deveriam ter imediatamente percebido que os judaizantes estavam contradizendo o evangelho da justificação pela fé somente. Deveriam sabê-lo, como nós o sabemos, a partir de sua própria experiência e das escrituras do Antigo Testamento.

Da mesma forma, nós deveríamos aprender a testar todas as teorias e doutrinas dos homens com o evangelho do Cristo crucificado, especialmente no que aprendemos nas Escrituras e através da nossa experiência.

Conclusão

a. O que é o evangelho

O evangelho é Cristo crucificado, sua obra consumada na cruz. E pregar o evangelho é apresentar Cristo publicamente como crucificado. O evangelho não é, antes de mais nada, as boas novas de um nenê na manjedoura, de um jovem numa banca de carpinteiro, de um pregador nos campos da Galiléia, ou mesmo de uma sepultura vazia. O evangelho trata de Cristo na cruz. O evangelho só é pregado quando Cristo é “publicamente exposto na sua cruz”. Esse verbo, *prographein*, significa “exibir ou representar publicamente, proclamar ou expor em um cartaz” (Arndt-Gingrich). Era usado em referência a editais, leis e notícias que eram expostos em algum lugar público para que fossem lidos, e também com referência a quadros e retratos.

Isso significa que, quando pregamos o evangelho, temos de nos referir a um acontecimento (a morte de Cristo na cruz), expor uma doutrina (o partícipio perfeito “crucificado” indicando os efeitos permanentes da obra consumada de Cristo), e fazê-lo publicamente, ousadamente, vivamente, para que as pessoas vejam como se o testemunhassem com os seus próprios olhos. Isso é o que alguns autores têm chamado de elemento “existencial” da pregação. Fazemos mais do que descrever a cruz como um acontecimento do primeiro século. Na realidade descrevemos Cristo crucificado diante dos olhos de nossos contemporâneos, de modo que sejam confrontados com o Cristo crucificado *hoje* e percebam que podem receber *hoje* a salvação de Deus vinda da cruz.

b. O que o evangelho oferece

Com base na cruz de Cristo, o evangelho oferece uma grande bênção. Versículo 8: “Em tu serão *abençoados* todos os povos.” O que é isso? É uma bênção dupla. A primeira parte é justificação (versículo 8) e a segunda é o dom do Espírito (versículos 2-5). É com esses dois dons que Deus abençoa a todos os que estão em Cristo. Ele nos justifica, aceitando-nos como justos diante dele, e coloca o seu Espírito em nós. E ainda mais, ele nunca oferece um dom sem dar o outro. Todos os que recebem o Espírito são justificados, e todos os que são justificados recebem o Espírito. É importante observar esta dupla bênção inicial, uma vez que atualmente muita gente ensina uma doutrina da salvação em dois estágios, que primeiro somos justificados e só posteriormente recebemos o Espírito.

c. O que o evangelho exige

O evangelho oferece bênçãos; e nós, o que devemos fazer para recebê-las? A resposta adequada é “nada”! Não temos de *fazer* nada. Temos apenas de *crer*. Nossa reação não consiste nas “obras da lei”, mas em ouvir “a pregação da fé”, isto é, não em obedecer à lei, mas em crer no evangelho. Obedecer é tentar fazer a obra da salvação pessoalmente, enquanto que crer é deixar que Cristo seja o nosso Salvador e descansar em sua obra consumada. Assim Paulo enfatiza que recebemos o Espírito pela fé (versículos 2 e 5) e que somos justificados pela fé (versículo 8). Realmente, a palavra “fé” e o verbo “crer” aparecem seis vezes neste pequeno parágrafo (versículos 1-9).

Assim é o verdadeiro evangelho, o evangelho do Antigo e do Novo Testamento, o evangelho que o próprio Deus começou a pregar a Abraão (versículo 8) e que o apóstolo Paulo continuou pregando no

seu tempo. É a apresentação, diante dos olhos dos homens, de Jesus Cristo como crucificado. Nessa base tanto a justificação como o dom do Espírito são oferecidos. E se exige apenas a fê.

Gálatas 3:10-14

Fé e Obras: duas alternativas

Todos quantos, pois, são das obras da lei, estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as cousas escritas no livro da lei, para praticá-las. ¹¹E é evidente que pela lei ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé. ¹²Ora, a lei não procede de fé, mas: Aquele que observar os seus preceitos, por eles viverá. ¹³Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro; ¹⁴para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios, em Jesus Cristo, a fim de que recebêssemos pela fé o Espírito prometido.

Estes versículos talvez pareçam difíceis no conceito e no vocabulário, mas são fundamentais para se entender o Cristianismo bíblico, pois tratam do ponto central da religião, que é a questão de se alcançar um relacionamento correto com Deus. Isso é descrito de duas maneiras. Primeiro, diz-se que é ser “justificado diante de Deus” (versículo 11). Ser “justificado diante de Deus” é exatamente o oposto de estar condenado por ele. É ser declarado justo, ser aceito, permanecer no seu favor e sob o seu sorriso. Trata-se, é claro, de uma questão de suma importância. Os seres humanos têm um desejo instintivo de receber o favor dos seus companheiros, amigos, pais e patrões. Semelhantemente, embora sejamos por natureza revoltados contra Deus, desejamos ficar de bem com ele.

A segunda descrição de uma pessoa que encontra Deus é a seguinte: Ela “...viverá” (versículos 11, 12). A vida mencionada aqui não é, naturalmente, a vida física e biológica, mas a vida espiritual e eterna; não a vida desta dispensação, mas a vida da dispensação futura. A mais simples definição de vida eterna na Bíblia saiu dos lábios do próprio Senhor Jesus Cristo: “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17:3).

Portanto “justificação” significa estar sob o favor de Deus; “vida eterna” significa ter comunhão com Deus. E as duas estão intimamente, indissolivelmente, relacionadas. Não podemos ter comunhão com Deus sem que estejamos sob o seu favor; e, quando estamos sob o seu

favor, a comunhão com ele também nos é garantida.

A questão que se nos apresenta agora é a seguinte: *como* pode um homem desfrutar o favor e a comunhão de Deus? Nos termos de Paulo, como pode um pecador ser “justificado” e receber “vida eterna”? Estes versículos nos dão a resposta, clara e inequivocamente. Vamos começar considerando as duas respostas alternativas que têm sido dadas à nossa pergunta. Depois veremos como uma é falsa e a outra, verdadeira.

1. As Duas Alternativas (vs. 11, 12)

O apóstolo faz duas citações do Antigo Testamento: *o justo viverá pela fé* (versículo 11) e *aquele que observar os seus preceitos* (isto é, as exigências da lei), *por eles viverá* (versículo 12). Devemos examinar com atenção estas duas declarações. As duas são das escrituras do Antigo Testamento, a primeira dos profetas (Hc 2:4), e a segunda da lei (Lv 18:5). As duas são, portanto, a palavra do Deus vivo. As duas falam de alguém que “viverá”. Em outras palavras, as duas prometem vida eterna.

Contudo, apesar desses aspectos comuns, as duas declarações descrevem uma estrada diferente para a vida. A primeira promete vida ao crente, a segunda ao praticante. A primeira faz da fé o caminho da salvação; a segunda, das obras. A primeira diz que só Deus pode justificar (porque toda a função da fé é confiar em Deus para fazer a obra); a segunda dá a entender que temos de nos arranjar sozinhos.

Estas são as duas alternativas. Qual é a verdadeira? O homem é justificado pela fé ou pelas obras? Recebemos vida eterna crendo ou fazendo? A salvação é totalmente e tão somente pela livre graça de Deus em Jesus Cristo, ou temos de dar uma mão? E por que a Bíblia parece aqui confundir o assunto e ensinar as duas coisas, quando elas parecem ser contraditórias?

2. A Alternativa das Obras (v. 10)

Todos quantos, pois, são das obras da lei, estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as cousas escritas no livro da lei, para praticá-las. Esta é ainda uma outra citação do Antigo Testamento (Dt 27:26), pois o apóstolo está se esforçando para mostrar, como diria mais tarde ao rei Agripa, que ele nada mais ensinava “senão o que os profetas e Moisés disseram...” (At 26:22). Nesse versículo de Deuteronômio há o pronunciamento de uma solene maldição sobre todos os que fracassam na guarda de todos os mandamentos da lei. É verdade que a palavra “todo” parece ter

sido importada do versículo seguinte (20:1) para Deuteronômio 27:26; mas isto não altera o sentido.

Aos nossos ouvidos modernos e sensíveis tais palavras têm um som cruel e até mesmo macabro. Gostamos de pensar em um Deus que abençoa e não no que amaldiçoa. Há pessoas que tentam fugir ao dilema dizendo que Paulo não está escrevendo acerca da maldição de Deus, mas sim da “maldição da lei” (versículo 13). Contudo, duvidamos que os autores bíblicos tenham reconhecido essa diferença. A lei nunca pode ser isolada de Deus, pois a lei é a lei de Deus, a expressão de sua natureza moral e de sua vontade. O que a lei diz Deus diz; o que a lei abençoa Deus abençoa; e o que a lei amaldiçoa Deus amaldiçoa.

Realmente, não temos necessidade de nos confundir com essas palavras francas. Elas expressam o que as Escrituras nos dizem como um todo acerca de Deus em relação ao pecado, isto é, que ninguém pode pecar com impunidade, pois Deus não é um velho Papai Noel sentimental, mas o justo juiz da humanidade. A desobediência sempre nos coloca sob a maldição de Deus e nos expõe às horribéis penalidades do seu julgamento, sendo que o significado de “amaldiçoar” não é “condenar”, mas “rejeitar”. Portanto, se a bênção de Deus produz justificação e vida, a maldição de Deus produz condenação e morte.

Tal é a posição de cada ser humano que já viveu, exceto Jesus Cristo. Paulo presume aqui a universalidade do pecado; ele argumenta da mesma forma nos primeiros capítulos da Epístola aos Romanos. Inclui pessoas diretas e respeitáveis, que pensam que estão excluídas. O Dr. Alan Cole comenta¹ que os judeus achavam que os *am haaretz*, as pessoas comuns sem a lei, é que estavam sob a maldição de Deus. Aqui, porém, o apóstolo choca os judaizantes ao afirmar que quem está sob a maldição não são apenas os ignorantes ou os gentios sem lei, como eles imaginam, mas também os próprios judeus. Ele escreve em Romanos: “porque não há distinção (isto é, entre judeus e gentios), pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3:22,23).

Nós sabemos disso pela própria experiência. João define o pecado como “transgressão da lei” (1 Jo 3:4), uma desconsideração para com as leis de Deus. E todos nós transgredimos a lei, pois não temos amado a Deus com todo o nosso ser, nem ao próximo como a nós mesmos. Além disso, tendo transgredido as leis de Deus, colocamo-nos sob a maldição da lei, que é a maldição de Deus. Isso acontece com todo mundo, não apenas com os que são descrentes e imorais, mas também com os judeus descendentes de Abraão, que foram circuncidados e fa-

1. Cole, pág. 95

zem parte da aliança de Deus, sim, e, aplicando a situação a nós nos dias de hoje, os que foram batizados e são membros de uma igreja. “Todos os que não obedecem sempre a tudo o que está escrito no Livro da Lei estão debaixo da maldição de Deus!” (versículo 10, BLH).

Por isso é que nenhum homem pode ser justificado diante de Deus pelas obras da lei. É verdadeiro o axioma de que “aquele que observar os seus preceitos, por eles viverá” (versículo 12). Mas ninguém jamais os observou. Considerando que todos falharam em guardar a lei (exceto Jesus), Paulo teve de escrever dizendo que “todos quantos, pois, são das obras da lei, estão debaixo de maldição” (versículo 10). A terrível função da lei é condenar, não justificar. Podemos nos esforçar e lutar para guardar a lei, e fazer boas obras na comunidade da igreja; mas nada disso pode nos livrar da maldição que repousa sobre aquele que transgride a lei.

Assim, esta primeira estrada, que supostamente leva a Deus, não tem saída. Não há justificação nem vida nesse caminho, mas apenas trevas e morte. Não podemos deixar de concluir, como Paulo: *E é evidente que pela lei ninguém é justificado diante de Deus* (versículo 11a).

3. A Alternativa da Fé (vs. 13, 14)

Esta segunda alternativa apresenta Jesus Cristo. Ela nos diz que na cruz Jesus Cristo fez por nós o que não poderíamos fazer por nós mesmos. A única maneira de fugir à maldição não é pelas nossas obras, mas pela obra dele. Ele nos remiu, nos resgatou e nos libertou da horrível condição de servidão à qual nos conduziu a maldição da lei. Versículo 13: *Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar*. São palavras espantosas. Diz o Bispo Blunt: “A linguagem aqui é assustadora, quase chocante. Nós não teríamos coragem de usá-la. Mas foi exatamente isso que Paulo disse.”¹ Em seu contexto, no qual deve ser lida, a frase pode significar apenas uma coisa, pois a “maldição” dos versículos 10 e 13 é evidentemente a mesma maldição. A “maldição da lei” da qual Cristo nos remiu deve ser a maldição que repousa sobre nós por causa de nossa desobediência (versículo 10). E ele nos remiu dela “fazendo-se ele próprio maldição”. A maldição foi transferida de nós para ele. Ele a colocou voluntariamente sobre si mesmo, a fim de nos libertar dela. É essa transferência da maldição que explica o horrível grito de abandono e de solidão que ele enunciou na cruz.

Paulo acrescenta agora uma confirmação bíblica do que acabou de

1. A. W. E. Blunt, *The Epistle of Paul to the Galatians, The Clarendon Bible*, Oxford, 1925, págs. 96, 97.

dizer acerca da cruz. Ele cita Deuteronômio 21:23: *porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro* (versículo 13b). Todo criminoso condenado à morte e executado sob a legislação mosaica, geralmente por apedrejamento, era então colocado sobre uma estaca, ou “pendurado em madeiro” como símbolo da rejeição divina. O Dr. Cole diz que a citação não significa “que um homem é amaldiçoado por Deus porque está pendurado no madeiro, mas que a morte no madeiro era o sinal externo em Israel de um homem que fora amaldiçoado”.¹ O fato de os romanos executarem por crucificação e não por enforcamento não faz diferença. Ser pregado em uma cruz era o equivalente a ser pendurado em madeiro. Por isso Cristo crucificado foi descrito como “pendurado no madeiro” (At 5:30; 1 Pe 2:24) e foi reconhecido como morto sob maldição divina. Por isso é que, no princípio, os judeus não conseguiram crer que Jesus fosse o Cristo. Como poderia Cristo, o ungido de Deus, em vez de reinar num trono, ser pendurado no madeiro? Era incrível para eles. Talvez, como sugere o Bispo Stephen Neill,² quando se pregava a Cristo crucificado os judeus às vezes gritassem: “Jesus é maldito!”, que é a terrível exclamação mencionada em 1 Coríntios 12:3.

O fato de Jesus ter morrido pendurado em um madeiro continuou sendo para os judeus um obstáculo intransponível para a fé, até que eles viram que a maldição que ele carregou foi por *eles*. Ele não morreu pelos seus próprios pecados; ele se tornou maldição “por nós”.

Será que isto significa que todos foram remidos da maldição da lei através da cruz de Cristo, que levou o pecado e a maldição? Realmente não, pois o versículo 13 não deve ser lido sem o versículo 14, onde está escrito que Cristo se tornou maldição por nós, *para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios em Jesus Cristo, a fim de que recebêssemos pela fé o Espírito prometido*. Foi *em Cristo* que Deus agiu para a nossa salvação, e portanto temos de estar *em Cristo* para recebê-la. Não somos salvos por um Cristo distante, que morreu centenas de anos atrás e milhares de quilômetros além, mas por um Cristo existencial que, tendo morrido e ressuscitado novamente, agora é nosso contemporâneo. Como resultado disso podemos estar “nele”, pessoal e vitalmente unidos com ele hoje.

Mas, como? Sabendo com certeza que ele assumiu a nossa maldição e que devemos estar “nele” para sermos remidos dela, como nos unimos a ele? A resposta é: “Pela fé.” Paulo já citou Habacuque: “o justo viverá *pela fé*” (versículo 11). Agora ele mesmo diz: “a fim de que recebêssemos *pela fé* o Espírito prometido” (versículo 14).

1. Cole, pág. 99

2. Neill, págs. 41, 42.

Fé é tomar posse de Jesus Cristo pessoalmente. Não há mérito algum nisso. Não é uma outra “obra”. Seu valor não é intrínseco, mas está totalmente no seu objetivo, Jesus Cristo. Como disse Lutero: “a fé... apreendeu nada mais que a preciosa jóia, Cristo Jesus”.¹ Cristo é o pão da vida; a fé alimenta-se dele. Cristo foi levantado na cruz; a fé olha para ele ali.

Conclusão

O apóstolo coloca diante de nós as duas alternativas, como um contraste dos mais perfeitos. Ele nos fala de dois destinos e de dois caminhos possíveis para se chegar até eles. Ele fala como um tipo de Moisés do Novo Testamento, pois Moisés disse: “...te propus a vida e a morte, a bênção e a maldição” (Dt 30:19).

a. Os dois destinos

Tal como Moisés, Paulo chama os dois destinos do homem de “bênção” e “maldição”. É impressionante vê-los contrastados nos versículos 13 e 14, onde está escrito que Cristo veio a ser uma maldição em nosso lugar, para que nós pudéssemos herdar uma bênção. Até agora nos concentramos na maldição; e a bênção, qual é? Ela é chamada de “a bênção de Abraão” (versículo 14), em parte porque é a bênção que o próprio Abraão recebeu quando creu e em parte porque Deus lhe disse: “...te abençoarei...; em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12:2,3). Como se percebe nestes versículos, a bênção prometida inclui a justificação (ser colocado no favor de Deus), vida eterna (ser recebido na comunhão com Deus) e “o Espírito” (ser regenerado e habitado por ele). Essa é a tripla e inestimável “bênção” do crente cristão.

b. Os dois caminhos

Através de que caminhos chegamos à “maldição” e à “bênção”? O primeiro caminho é chamado de “a lei”; aqueles que viajam por ele são os que confiam nas “obras da lei” (versículo 10); estão “debaixo de maldição”. O segundo caminho é chamado “fé”; os que viajam por ele são “os da fé” (versículos 7,9); eles herdam a “bênção”. O primeiro grupo confia em suas próprias obras; o segundo, na obra consumada de Cristo.

O desafio dessa passagem é direto. Devemos renunciar ao louco orgulho de pressupor que podemos estabelecer a nossa própria justiça ou que podemos nos tornar aceitáveis a Deus. Pelo contrário, deve-

1. Lutero, pág. 100.

mos vir humildemente à cruz, onde Cristo assumiu a nossa maldição, e nos lançar inteiramente sobre a misericórdia dele. E, então, através da graça pura de Deus, e porque estamos em Cristo Jesus pela fé, receberemos justificação, vida eterna e o Espírito que habita em nós. A “bênção de Abraão” será nossa.

Gálatas 3:15-22

Abraão, Moisés e Cristo

Irmãos, falo como homem. Ainda que uma aliança seja meramente humana, uma vez ratificada, ninguém a revoga, ou lhe acrescenta alguma coisa. ¹⁶*Ora, as promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: E aos descendentes, como se falando de muitos, porém como de um só: E ao teu descendente, que é Cristo.* ¹⁷*E dito isto: Uma aliança já anteriormente confirmada por Deus, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a pode ab-rogar, de forma que venha a desfazer a promessa.* ¹⁸*Porque, se a herança provém da lei, já não decorre de promessa; mas foi pela promessa que Deus a concedeu gratuitamente a Abraão.* ¹⁹*Qual, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa, e foi promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador.* ²⁰*Ora, o mediador não é de um, mas Deus é um.* ²¹*É, porventura, a lei contrária às promessas de Deus? De modo nenhum. Porque se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade seria procedente de lei.* ²²*Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida aos que crêem.*

O apóstolo Paulo continua expondo “a verdade do evangelho”, isto é, que a salvação é um dom gratuito de Deus, recebido por meio da fé no Cristo crucificado, independentemente de qualquer mérito humano. Ele está enfatizando isto porque os judaizantes não conseguiam aceitar o princípio de *sola fides*, (fé somente). Eles insistiam em que os homens tinham de contribuir com alguma coisa para a sua salvação. Assim, acrescentavam à fé em Jesus “as obras da lei” como outro fundamento essencial para o indivíduo ser aceito por Deus.

A maneira como Paulo apresenta o plano divino da salvação gratuita vem do Antigo Testamento. A fim de entender o seu argumento e sentir a sua força temos de captar tanto a história quanto a teologia que se encontram por trás do seu raciocínio.

a. A história

Paulo leva-nos de volta até cerca de 2.000 a.C., para Abraão, e daí

para Moisés, que viveu alguns séculos mais tarde. Embora o seu nome não apareça aqui, não há dúvida de que é Moisés o “mediador” (versículos 19) através do qual foi dada a lei.

Vamos recordar um pouco desta história do Antigo Testamento. Deus chamou Abraão de Ur dos Caldeus e prometeu que lhe daria uma semente (ou posteridade) “numerosa”. Prometeu ainda que daria a ele e aos seus descendentes uma terra, e que em sua descendência todas as famílias da terra seriam abençoadas. Estas grandes promessas feitas a Abraão, Deus as confirmou para o seu filho Isaque, e depois para Jacó, filho de Isaque. Jacó, porém, morreu fora da terra prometida, no exílio do Egito, para onde o levava uma grande fome na terra de Canaã. Os doze filhos de Jacó morreram igualmente no exílio. Séculos se passaram. O versículo 17 refere-se a um período de 430 anos, o qual corresponde não somente ao tempo entre Abraão e Moisés como também à duração da escravidão no Egito (Êx 12:40; cf. Gn 15:13; At 7:6). Finalmente, séculos depois de Abraão, Deus levantou Moisés, e através deste libertou os israelitas da escravidão e deu-lhes a lei no Monte Sinai. Esta é, em resumo, a história que liga Moisés a Abraão.

b. A teologia

A forma como Deus lidava com Abraão e Moisés fundamentava-se em dois diferentes princípios. A Abraão Deus deu uma promessa (“...vai para a terra que te mostrarei... te abençoarei...” Gn 12:1,2). A Moisés, porém, deu uma lei, resumida nos Dez Mandamentos. “Essas duas coisas (como eu repito com freqüência)”, comenta Lutero,¹ “a saber, a lei e a promessa, devem ser diligentemente separadas, pois, no tempo, no lugar e na pessoa, e geralmente em todas as outras circunstâncias, elas se encontram tão separadas como os céus da terra...” Além disso,² “se o Evangelho não for claramente diferenciado da lei, a verdadeira doutrina cristã não pode ser mantida sã e incorrupta.” Qual é a diferença entre elas? Na promessa a Abraão, Deus disse: “...mostrarei... farei... abençoarei...” Mas na lei de Moisés ele disse: “Não... não... não...” A promessa apresenta a religião de Deus, o plano de Deus, a graça de Deus e a iniciativa de Deus. Mas a lei apresenta a religião do homem: o dever do homem, as obras do homem, a responsabilidade do homem. A promessa (que representava a graça de Deus) só necessitava da fé. Mas a lei (representando as obras dos homens) tinha de ser obedecida. A maneira de Deus lidar com Abraão encaixava-se na categoria da “promessa”, da “graça” e da “fé”. Mas a forma

1. Lutero, pág. 291.

2. Lutero, pág. 302.

como ele lidava com Moisés encaixava-se na categoria da “lei”, dos “mandamentos” e das “obras”.

A conclusão à qual Paulo chega é que a religião cristã é a religião de Abraão, e não de Moisés; da promessa, e não da lei; e que os cristãos estão desfrutando hoje a promessa que Deus fez a Abraão séculos atrás. Mas, nesta passagem, tendo contrastado estes dois tipos de religião, ele apresenta a relação que há entre elas. Afinal, o Deus que deu a promessa a Abraão é o mesmo que deu a lei a Moisés! Alguns comentaristas acham que este é o significado da enigmática frase “Deus é um” (versículo 20), isto é, que o Deus de Abraão e o Deus de Moisés são uma e a mesma pessoa. Não podemos colocar Abraão e Moisés, ou a promessa e a lei, um contra o outro, aceitando um e rejeitando o outro, *tout simple*. Se Deus é o autor de ambas, ele deve ter tido algum propósito para elas. Qual é, então, a relação existente?

Paulo divide o assunto em duas partes. Os versículos 15-18 são negativos, ensinando que a lei não anulou a promessa de Deus. Os versículos 19-22 são positivos, ensinando que a lei iluminou a promessa de Deus, tornando-a realmente indispensável. A primeira parte Paulo reforça com uma ilustração extraída dos negócios humanos; e a segunda, respondendo a duas perguntas.

1. A Lei Não Anula a Promessa de Deus (vs. 15-18)

O apóstolo inicia o parágrafo (versículo 15) dizendo: *...falo como homem* (dando um exemplo humano). Melhor ainda, “sirvo-me duma comparação fácil” (JBP). Esta comparação é extraída do reino das promessas humanas, não de um contrato comercial, mas de um testamento, o que nós às vezes chamamos de “o último desejo e testamento”. A palavra grega nos versículos 15 e 17 (*diathēkē*) foi traduzida para “aliança” porque foi usada na Septuaginta falando das alianças de Deus. Mas no grego clássico e nos papiros era usada comumente em se tratando de um testamento (Cf. Hb 9:15-17, onde as duas idéias de uma aliança e um testamento também estão ligadas.).

O ponto que Paulo destaca é que os desejos e as promessas expressos em um testamento são inalteráveis. É verdade que na lei romana, como na lei atual, um homem podia alterar o seu testamento, fazendo um novo ou acrescentando-lhe aditamentos. Por causa disso, Paulo talvez se referisse à antiga lei grega, através da qual um testamento, uma vez executado e ratificado, não podia ser revogado ou mesmo modificado. Ou talvez estivesse dizendo que ele não pode ser alterado ou anulado por outrem. E certamente não pode ser alterado por ninguém depois que o testante já morreu. Seja qual for o antecedente legal exa-

to, esse é um argumento *a fortiori*, que se o testamento *de um homem* não pode ser ignorado nem modificado, muito menos as promessas de *Deus*, que são imutáveis.

A que promessa divina ele está aludindo? Deus prometeu uma herança a Abraão e à sua posteridade. Paulo sabia perfeitamente bem que a referência imediata e literal a essa promessa era à terra de Canaã, que Deus iria dar aos descendentes físicos de Abraão. Mas ele também sabia que isso não exauria o seu significado; nem era também essa a referência final na mente de Deus. Realmente, talvez não fosse, pois Deus disse que na descendência de Abraão seriam abençoadas todas as famílias da terra; e como poderia o mundo inteiro ser abençoado através dos judeus que moravam na terra de Canaã? Paulo percebeu que as duas coisas, a “terra” que foi prometida e a “semente” a quem foi prometida, eram, em última análise, espirituais. O propósito de Deus não era simplesmente dar a terra de Canaã aos judeus, mas, sim, dar a Salvação (uma herança espiritual) aos crentes que estão em Cristo. Além disso, argumenta Paulo, essa verdade estava implícita na palavra que Deus usou, que não foi o plural “filhos” ou “descendentes”, mas o singular “semente” ou “posteridade”, um substantivo coletivo referindo-se a Cristo e todos aqueles que estão em Cristo pela fé (versículo 16).

Essa era a promessa de Deus. Era livre e incondicional, sem qualquer compromisso. Não havia obras a realizar, nem leis a obedecer, nem méritos a estabelecer, nem condições a preencher. Deus simplesmente disse: “Eu lhe darei uma semente. À sua semente eu darei a terra, e em sua semente todas as famílias da terra serão abençoadas”. Sua promessa era como um testamento, que dava livremente a herança a uma geração futura. E, tal como um testamento humano, esta promessa divina é inalterável. Continua em vigor nos dias de hoje, pois nunca foi rescindida. Deus não faz promessas a fim de quebrá-las. Ele nunca anula nem modifica a sua vontade.

Agora estamos preparados para considerar o versículo 17: *E digo isto: Uma aliança já anteriormente confirmada por Deus, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a pode ab-rogar, de forma que venha a desfazer a promessa*. Se os judaizantes estivessem corretos, nossa herança (justificação) cristã seria concedida àqueles que guardassem a lei; e, se é “de lei, já não decorre de promessa”, porque não é possível tê-la dos dois modos. ...*mas foi pela promessa que Deus a concedeu a Abraão* (versículo 18). Observe que Deus a “concedeu”. A palavra grega *kecharistai* enfatiza as duas coisas, que é um presente de graça (um dom de *charis*, “graça”) e que foi concedido para sem-

pre (o tempo perfeito). Deus não retrocede em sua promessa. Ela é tão obrigatória quanto o testamento de um homem; na verdade, até mais. Portanto, todo pecador que confia em Cristo crucificado para salvação, recebe, totalmente à parte de qualquer mérito ou boas obras, a bênção da vida eterna, herdando assim a promessa que Deus fez a Abraão.

2. A Lei Ilumina a Promessa de Deus e a Torna Indispensável (vs. 19-22)

Paulo agora explica a verdadeira função da lei de Deus em relação à sua promessa, fazendo duas perguntas e respondendo-as.

Pergunta nº 1: Qual pois, a razão de ser da lei? (versículos 19 e 20)

Quase podemos ouvir a indignada expostulação dos judaizantes, como que a dizerem: “Realmente, Paulo, você é o fim! Se é pela fé somente que um homem se coloca em Cristo e se torna beneficiário da promessa de Deus a Abraão, de que serve então a lei? A sua teologia funde de tal forma Abraão e Cristo, que você exclui totalmente Moisés e a lei. No seu evangelho não há lugar para a lei. Sujeito mau e turbulento, a sua mensagem está próxima da blasfêmia. Você está ensinando ‘contra a lei’” (At 21:28).

Mas Paulo tinha a sua resposta preparada. Os judaizantes haviam entendido mal a sua posição, acabando por deturpá-la. Ele nunca pretendia declarar a lei desnecessária, pois sabia que a lei desempenhava um papel essencial no propósito de Deus. A função da lei não era, todavia, conceder salvação, mas, sim, convencer os homens da necessidade desta. Citando Andrew Jukes, “Satanás gostaria que provássemos que somos santos através da lei, a qual Deus deu para provar que somos pecadores.”

A declaração do apóstolo acerca do propósito da lei se encontra no versículo 19: *Qual, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões.* Ele explica isso na sua epístola aos Romanos: “pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” (3:20); “onde não há lei, também não há transgressão” (4:15); e “eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei” (7:7). Assim o papel principal da lei era denunciar o pecado. É a lei que transforma o “pecado” em “transgressão”, mostrando o que ele é, uma violação da santa lei de Deus. “Foi dada para mostrar o que é contra a vontade de Deus” (versículo 19, BLH). Sua intenção era apresentar a impiedade do pecado como uma revolta contra a vontade e a autoridade de Deus. E foi acrescentada até que viesse o descendente a quem se fez a promessa (versí-

culo 19). Assim, a lei olhava para Cristo, a semente de Abraão, como a pessoa através de quem a transgressão seria perdoada.

O restante do versículo 19 e o versículo 20 são reconhecidamente difíceis de interpretar. Já foram interpretados de diversas maneiras. O apóstolo está provavelmente enfatizando a inferioridade da lei para com o evangelho. Ele diz que a lei “foi promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador” (versículo 19b). A atividade dos anjos em conexão com a doação da lei é mencionada em Deuteronômio 33:2; Salmo 68:17; Atos 7:53 e Hebreus 2:2. O “mediador”, sem dúvida, foi Moisés. Assim, Deus, ao dar a lei, falou por intermédio de anjos e por intermédio de Moisés. Houve dois intermediários, na expressão de Lightfoot: “uma dupla interposição, uma dupla mediação, entre o doador e o recipiente”.¹ Mas quando Deus anunciou o evangelho a Abraão ele o fez diretamente, e este é provavelmente o significado da frase *Deus é um* (versículo 20). Podemos resumir isto nas palavras do Bispo Stephen Neill: “A promessa veio em primeira mão, de Deus para Abraão; a lei veio ao povo *em terceira mão*: Deus – os anjos – Moisés, o mediador – o povo”.²

Pergunta nº 2: É, porventura, a lei contrária às promessas de Deus? (versículos 21, 22)

A diferença entre a primeira e a segunda pergunta é que esta parece estar sendo dirigida, não a Paulo pelos judaizantes, mas por Paulo aos judaizantes. Ele os está acusando exatamente disto: fazer a lei contradizer o evangelho, as promessas de Deus. Seu ensinamento era: “Guarde a lei e você terá a vida”. E eles achavam que estavam sendo práticos! Paulo nega isso. A posição deles era puramente hipotética: *Porque se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade, seria procedente de lei* (versículo 21). Mas essa lei não foi dada. Voltando da hipótese à realidade, o fato é que ninguém jamais guardou a lei de Deus. Pelo contrário, nós, os pecadores, a transgredimos todos os dias. Portanto, a lei não nos pode justificar.

Como é possível, então, criar uma harmonia entre a lei e a promessa? Apenas vendo que os homens herdaram a promessa porque não conseguem guardar a lei, e que a incapacidade deles de guardar a lei torna a promessa ainda mais desejável, na verdade indispensável. Versículo 22: *Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado*, pois o Antigo Testamento declara explicitamente a universalidade do pecado humano, a saber, “não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (Sl 14:3).

1. Lightfoot, pág. 144.

2. Neill, pág. 44.

As Escrituras mantêm todos os pecadores na prisão por causa dos seus pecados, para que *mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida aos que crêem*. Lutero comenta o assunto com a sua costumeira energia: “O ponto principal... da lei... é tornar os homens piores, não melhores; isto é, ela lhes mostrou o pecado deles, para que através do conhecimento eles se tornassem humildes, assustados, desanimados e quebrantados, e desse modo fossem levados a buscar a graça, sendo assim levados à Semente bendita (sc. Cristo).”¹

Resumindo, os judaizantes defendiam falsamente que a lei anula e suplanta a promessa. Paulo ensina que a verdadeira função da lei é confirmar a promessa e torná-la indispensável.

Conclusão

A exposição do apóstolo parece estranha aos nossos ouvidos, e sua argumentação é bem urdida. Mas ele está expondo aqui algumas verdades eternas.

a. Uma verdade acerca de Deus

Algumas pessoas parecem pensar que a Bíblia é uma floresta sem trilhas, cheia de contradições, um emaranhado de moitas de idéias perdidas. Na verdade, é justamente o contrário, pois uma das principais glórias da Bíblia é a sua coerência. Toda a Bíblia, do Gênesis ao Apocalipse, conta a história do propósito soberano da graça de Deus, seu plano-mestre de salvação através de Cristo.

Aqui o apóstolo Paulo, com uma amplitude de visão que nos deixa muito para trás, reúne Abraão, Moisés e Jesus Cristo. Em oito curtos versículos ele abrange cerca de 2.000 anos, descortinando praticamente toda a paisagem do Antigo Testamento. Ele a apresenta como uma cadeia de montanhas, cujos elevados picos são Abraão e Moisés e cujo Monte Everest é Jesus Cristo. Mostra como a promessa de Deus a Abraão foi confirmada por Moisés e cumprida em Cristo. Ele ensina a unidade da Bíblia, especialmente do Antigo com o Novo Testamento.

Atualmente a Igreja tem grande necessidade de uma filosofia cristã bíblica da história. A maioria dos cristãos é míope e intolerante. Vivemos tão preocupados com os negócios deste século que nem o passado nem o futuro nos interessa muito. Não conseguimos descortinar o cenário todo. Precisamos dar um passo atrás a fim de perceber todo o conselho de Deus, o seu propósito eterno para um povo remido para ele mesmo através de Jesus Cristo. Nossa filosofia da história deve dar

1. Lutero, pág. 316.

lugar, não apenas aos séculos depois de Cristo, mas também aos séculos antes dele; não apenas para Abraão e Moisés, mas para Adão, através de quem o pecado e o juízo entraram no mundo, e para Cristo, através de quem veio a salvação. Se incluirmos o início da história, devemos incluir também a sua consumação, quando Cristo retornar em poder e grande glória, a fim de assumir o seu poder e reino. O Deus revelado na Bíblia está desenvolvendo um plano. Ele “faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1:11).

b. Uma verdade acerca do homem

Depois que Deus deu a promessa a Abraão deu a lei a Moisés. Por quê? Simplesmente porque tinha de tornar as coisas piores antes que pudessem melhorá-las. A lei desmascarou o pecado, provocou o pecado, condenou o pecado. O propósito da lei, como vimos, era levantar a tampa da respeitabilidade do homem e desmascarar o que realmente existe por baixo: pecado, rebeldia e culpa sob o juízo de Deus, e incapacidade de salvar-se a si mesmo.

E a lei deve continuar realizando o seu dever divino nos dias de hoje. Uma das grandes falhas da igreja contemporânea é a tendência para abafar o pecado e o juízo. Como falsos profetas, nós curamos “superficialmente a ferida” do povo de Deus (Jr 6:14; 8:11). É assim que Dietrich Bonhoeffer o expõe: “Apenas quando a pessoa se submete à lei é que pode falar da graça... Acho que não é cristão querer ir muito depressa e diretamente ao Novo Testamento.”¹ Nunca devemos nos desviar da lei para ir direto ao evangelho. Fazê-lo é contradizer o plano de Deus na história bíblica.

Não será esse o motivo por que o evangelho não é muito apreciado nos dias de hoje? Alguns o ignoram, outros o ridicularizam. Assim, em nosso moderno evangelismo, jogamos nossas pérolas (sendo que a mais preciosa de todas é o evangelho) aos porcos. As pessoas não percebem a beleza da pérola, porque não têm idéia da imundície do chiqueiro. Homem algum jamais deu o devido valor ao evangelho até que a lei lhe fosse revelada. Só contra o negrume do céu da noite é que as estrelas começam a aparecer, e é só contra o fundo negro do pecado e do juízo que o evangelho reluz.

Só depois que a lei nos fere e esmaga é que admitimos a nossa necessidade do evangelho para atar nossas feridas. Só depois que a lei nos aprisiona é que anelamos que Cristo nos liberte. Só depois que a lei nos tiver condenado e matado é que vamos clamar a Cristo por jus-

1. Dietrich Bonhoeffer, *Letters and Papers From Prison*, Fontana, 1959, pág. 50.

tificação e vida. Só depois que a lei nos tiver levado ao desespero é que vamos crer em Jesus. Só depois que a lei nos tiver humilhado até o inferno é que vamos buscar o evangelho para nos elevar até o céu.

Gálatas 3:23-29

Sob a lei e em Cristo

Mas, antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei, e nela encerrados, para essa fé que de futuro haveria de revelar-se.²⁴ De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé.²⁵ Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio.²⁶ Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus;²⁷ porque todos quantos fostes batizados em Cristo, de Cristo vos revestistes.²⁸ Dessarte não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.²⁹ E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão, e herdeiros segundo a promessa.

Em Gálatas 3:15-22 o apóstolo Paulo recapitulou 2.000 anos de história do Antigo Testamento, desde Abraão e passando por Moisés, até Cristo. Mostrou também como esses grandes nomes bíblicos estão relacionados entre si no desenrolar do propósito de Deus, como Deus deu uma promessa a Abraão e uma lei a Moisés, e como por meio de Cristo ele cumpriu a promessa que a lei revelara ser indispensável, pois esta condenava o pecador à morte, enquanto que a promessa lhe oferecia justificação e vida eterna.

Agora Paulo desenvolve o seu tema mostrando que esse progresso da promessa através da lei para o cumprimento da promessa é mais do que história do Antigo Testamento e da nação judia. É a biografia de cada um de nós, ou, pelo menos, da cada cristão. Toda e qualquer pessoa, ou está presa pela lei porque ainda está aguardando o cumprimento da promessa, ou já foi libertada da lei porque herdou a promessa. Mas simplesmente, toda e qualquer pessoa está vivendo no Antigo ou no Novo Testamento e deriva a sua religião de Moisés ou de Jesus. Na linguagem deste parágrafo, ou está “sob a lei” ou está “em Cristo”.

O propósito divino para a nossa peregrinação espiritual é que passemos pela lei até atingirmos uma experiência da promessa. A tragédia é que tanta gente separe as duas coisas, desejando uma sem passar pela outra. Alguns tentam ir a Jesus sem se encontrar primeiro com Moisés. Querem ignorar o Antigo Testamento, herdar a promessa da justificação em Cristo sem o prévio sofrimento da condenação pela lei. Ou-

tros vão a Moisés e à lei para serem condenados, mas continuam nessa servidão infeliz. Continuam vivendo no Antigo Testamento. Sua religião é um jugo lamentável, difícil de suportar. Jamais foram a Cristo para serem libertados.

Ambos os estágios foram descritos nesta passagem. Os versículos 23 e 24 descrevem o que éramos sob a lei, e os versículos 25 a 29, o que somos em Cristo.

1. O Que Éramos Sob a Lei (versículos 23, 24)

Resumindo, estávamos na servidão. O apóstolo usa duas pitorescas analogias nos versículos 23 e 24, nas quais a lei é comparada, primeiro a uma prisão, na qual estávamos presos, e, então, a um tutor, cuja disciplina é cruel e severa.

a. A prisão (versículo 23)

Mas, antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei, e nela encerrados... Vamos examinar os dois verbos. A palavra grega traduzida para “estávamos sob a tutela da lei” (*phroureō*) significa “proteger com guardas militares” (Grimm-Thayer). Quando aplicada a uma cidade, era usada tanto no sentido de manter o inimigo fora como de guardar os habitantes dentro dela, para não fugirem ou desertarem. Foi usada no Novo Testamento referindo-se à tentativa de manter Paulo em Damasco: “Em Damasco, o governador preposto do rei Aretas, *montou guarda* na cidade dos damascenos (presumivelmente colocando sentinelas), para me prender”, Paulo escreveu (2 Co 11:32). E Lucas descreve como os judeus “dia e noite *guardavam* também as portas para o matarem” (At 9:24). Assim, confinado à cidade, o único jeito de escapar foi através do indigno procedimento de ser contrabandeado de noite através de uma janela no muro, sendo baixado ao chão em um cesto. O mesmo verbo é usado metaforicamente acerca da paz e do poder de Deus (Fp 4:7; 1 Pe 1:5), e aqui aplica-se à lei. Significa “manter em custódia” (Arndt-Gingrich). O verbo “encerrar” (*sungeleiō*) é parecido e significa “impedir” ou “engaiolar” (Liddell e Scott). Seu único uso literal no Novo Testamento aparece na narrativa de Lucas acerca da pesca milagrosa, quando “*apanharam* grande quantidade de peixes” (Lc 5:6).

Assim, os dois verbos enfatizam que a lei e os mandamentos de Deus nos mantinham na prisão, confinados, para que não pudéssemos escapar. A tradução da BLH é a seguinte: “A Lei nos guardou como prisioneiros”.

b. O tutor (versículo 24)

Esta é a segunda descrição metafórica da lei feita por Paulo. A palavra grega é *paidagōgos* e significa literalmente um “tutor, isto é, um guia e guardião de crianças” (Grimm-Thayer). O tutor era geralmente um escravo cuja obrigação era “conduzir a criança ou jovem à escola e de volta dela, e supervisionar a sua conduta de um modo geral” (Arndt-Gingrich). O *paidagōgos* não era o professor da criança, e, sim, aquele que a disciplinava. Era geralmente severo a ponto de ser cruel, e apresentado comumente nos desenhos antigos com uma vara ou bengala na mão. J. B. Phillips pensa que o equivalente moderno é “governanta severa”. Paulo usa a palavra novamente em 1 Coríntios 4:15, dizendo: “Porque ainda que tivésseis milhares de *preceptores* em Cristo, não teríeis, contudo, muitos pais.” Em outras palavras, “há muita gente para discipliná-los, mas eu sou o único que os amo”. Mais adiante no mesmo capítulo, ele pergunta: “Irei a vós outros com vara (isto é, como um *paidagōgos*), ou com amor e espírito de mansidão (isto é, como um pai)?” (1 Co 4:21).

O que significam estas duas analogias? Em que sentido a lei é um carcereiro e um tutor ou disciplinador de crianças? A lei expressa a vontade de Deus para o seu povo, dizendo-nos o que fazer e o que não fazer, e nos adverte das penalidades da desobediência. Considerando que todos nós desobedecemos, caímos sob a sua justa condenação. Todos nós estamos “sob o pecado” (versículo 22) e, portanto, estamos todos “sob a tutela da lei” (versículo 23). Por natureza e prática estamos “debaixo de maldição” (versículo 10), que é “a maldição da lei” (versículo 13). Nada que façamos pode nos livrar de sua cruel tirania. Como um carcereiro ela nos lançou na prisão; como um *paidagōgos* ela nos repreende e castiga pelas nossas más ações.

Graças a Deus, porém, que nunca pretendeu que essa opressão fosse permanente. Ele deu a lei na sua graça a fim de tornar a promessa mais desejável. Assim, às duas descrições de nossa escravidão Paulo acrescenta aqui uma referência de tempo: “Mas, *antes que viesse a fé*, estávamos sob a tutela da lei, e nela encerrados, para *essa fé* que de futuro haveria de revelar-se” (versículo 23). Além disso, “a lei nos serviu de aio *para nos conduzir a Cristo*, a fim de que fôssemos justificados por *fé*” (versículo 24). São duas formas de dizer a mesma coisa, porque “fé” e “Cristo” andam juntos. Os dois versículos nos dizem que a obra opressora da lei foi temporária e tinha a intenção especial, não de ferir mas de abençoar. Seu propósito era nos prender até que Cristo nos libertasse, ou colocar-nos sob tutores até que Cristo nos fizesse seus filhos.

Apenas Cristo pode nos libertar da prisão em que a maldição da lei nos colocou, pois ele foi feito maldição em nosso lugar. Apenas Cristo pode nos libertar da severa disciplina da lei, porque ele nos fez filhos que obedecem por amor ao seu Pai e não somos mais crianças malcriadas que precisam de tutores para puni-las.

2. O Que Somos em Cristo (versículos 25-29)

Versículo 25: *Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio.* A frase adversativa de Paulo, “mas...”, enfatiza que o que somos é totalmente diferente do que éramos. Não estamos mais “debaixo da lei”, no sentido de estarmos condenados e prisioneiros dela. Agora estamos “em Cristo” (versículo 26), unidos a ele pela fé, e fomos por isso aceitos por Deus por amor a Cristo, apesar de nossa deploável transgressão.

Os quatro últimos versículos de Gálatas 3 estão plenos de Jesus Cristo. O versículo 26 diz: “Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé *em Cristo Jesus*.” Versículo 27: “porque todos quantos fostes batizados *em Cristo, de Cristo vos revestistes*.” A BLH traduz: vocês “se vestiram com a pessoa do próprio Cristo”. A referência talvez seja à *toga virilis*, que um menino vestia quando entrava na maioridade como sinal de que era adulto. O versículo 28b: “porque todos vós sois um *em Cristo Jesus*.” Versículo 29: “E se sois *de Cristo* (isto é, “já que vocês pertencem a Cristo”, BLH), também sois descendentes de Abraão.” Portanto, isso é o que é o cristão. Ele está “em Cristo”, foi “batizado em Cristo”, foi “de Cristo revestido” e “pertence a Cristo”.

Agora Paulo desvenda três resultados dessa união com Cristo.

a. *Em Cristo somos filhos de Deus* (versículos 26, 27)

Deus não é mais nosso juiz, que através da lei nos condenou e nos aprisionou. Nem é mais nosso tutor, que através da lei nos restringe e castiga. Já não o tememos pensando no castigo que merecemos; nós o amamos com devoção filial profunda. Não somos prisioneiros à espera da execução final de nossa sentença, nem filhos menores sob a disciplina de um tutor, mas filhos de Deus e herdeiros de seu glorioso reino, desfrutando o status e os privilégios de filhos adultos (este é o único sentido em que o Novo Testamento permite usar o termo moderno que diz que a humanidade já chegou à “idade adulta”).

Esta filiação de Deus é “em Cristo”; não é de nós mesmos. A doutrina de Deus como um pai universal não foi ensinada por Cristo nem

pelos seus apóstolos. Deus é realmente o Criador universal, dando existência a todas as coisas, e o Rei universal, governando e mantendo tudo o que ele fez. Mas ele é o Pai apenas de nosso Senhor Jesus Cristo e daqueles a quem ele adota em sua família através de Cristo. Se quisermos ser filhos de Deus, então temos de estar “mediante a fé em Cristo Jesus” (versículo 26), que é uma tradução melhor do que “pela fé em Cristo Jesus”. É por meio da fé que estamos em Cristo e é estando em Cristo que somos filhos de Deus.

Nosso batismo exemplifica visivelmente essa união com Cristo. Versículo 27: *porque todos quantos fostes batizados em Cristo, de Cristo vos revestistes*. Possivelmente isso não quer dizer que o ato do batismo por si mesmo liga uma pessoa a Cristo, ou que a simples administração da água torna-a filha de Deus. Temos de dar crédito a Paulo quanto a uma teologia consistente. Toda esta epístola foi dedicada ao tema da justificação pela fé e não pela circuncisão. É inconcebível que agora Paulo substitua a circuncisão pelo batismo e ensine que estamos em Cristo pelo batismo! O apóstolo explicitamente torna a *fé* o meio de nossa união com Cristo. Ele menciona a fé cinco vezes neste parágrafo, mas o batismo apenas uma vez. A fé garante a união; o batismo é a sua representação externa e visível. Assim, em Cristo, pela fé interior (versículo 26) e pelo batismo exterior (versículo 27), somos todos filhos de Deus.

b. Em Cristo somos todos um (versículo 28)

Literalmente, “todos vocês são um só por estarem unidos com Cristo Jesus” (BLH). Em Cristo não apenas pertencemos a Deus (como seus filhos), mas também uns aos outros (como irmãos e irmãs). E pertencemo-nos uns aos outros de tal maneira que já não damos mais importância àquelas coisas que normalmente nos diferenciam, isto é, raça, categoria e sexo.

Primeiro, *não há distinção de raça*. “Não pode haver judeu nem grego” (versículo 28). Deus chamou Abraão e seus descendentes (a raça judia) a fim de confiar-lhes sua especial auto-revelação. Mas, quando Cristo veio, cumpriu-se a promessa divina de que na semente de Abraão todas as famílias da terra seriam abençoadas. Isso inclui todas as nações de todas as raças, cor e línguas. Somos iguais: iguais em nossa necessidade de salvação, iguais em nossa incapacidade de ganhá-la ou merecê-la, e iguais no fato de que Deus no-la oferece livremente em Cristo. Tendo-a recebido, nossa igualdade se transforma em comunhão, a fraternidade que só Cristo pode criar.

Segundo, *não há distinção de categoria*. “Nem escravo nem liber-

to.” Quase todas as sociedades na história do mundo desenvolveram seu sistema de classes ou castas. As circunstâncias de nascimento, riqueza, privilégio e educação dividiram os homens e as mulheres. Mas em Cristo o esnobismo é coisa proibida e a diferença de classes torna-se inútil.

Terceiro, *não há distinção de sexo*. “Nem homem nem mulher.” Esta notável afirmativa de igualdade dos sexos foi feita séculos atrás. As mulheres eram quase sempre desprezadas no mundo antigo, até mesmo no Judaísmo, e não raras vezes exploradas e maltratadas. Mas aqui se diz que em Cristo o homem e a mulher são iguais – e quem disse foi Paulo, que muitas pessoas supõem por ignorância ter sido um anti-feminista.

É preciso acrescentar uma palavra de cautela. Essa grande declaração do versículo 28 não significa que as diferenças raciais, sociais e sexuais foram de todo apagadas. Os cristãos não são literalmente “daltonicos”, a ponto de não perceberem se a pele de uma pessoa é negra, morena, amarela ou branca. Nem tampouco são inconscientes dos antecedentes culturais e educacionais das pessoas. Também não ignoram o sexo de uma pessoa, tratando as mulheres como se fossem homens ou os homens como se fossem mulheres. É claro que cada pessoa pertence a uma determinada raça e nação, foi criada em uma determinada cultura, e é homem ou mulher. Quando dizemos que Cristo aboliu essas diferenças, não queremos dizer que elas não existem, mas que não importam. Continuam existindo mas já não criam barreiras à comunhão. Reconhecemo-nos com iguais, irmãos e irmãs em Cristo. Pela graça de Deus, resistimos à tentação de desprezar uns aos outros, pois sabemos que somos “todos... um só” por estarmos “unidos com Cristo Jesus” (BLH).

c. Em Cristo somos semente de Abraão (versículo 20)

E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão, e herdeiros segundo a promessa. Vimos que em Cristo pertencemos a Deus e uns aos outros. Em Cristo também pertencemos a Abraão. Assumimos o nosso lugar na nobre sucessão histórica da fé, cujos notáveis representantes encontram-se relacionados em Hebreus 11. Já não nos sentimos mais perdidos e desgarrados, sem nenhum significado na história, ou como pedacinhos de destroços sem valor à deriva sobre as ondas do tempo. Pelo contrário, encontramos o nosso lugar no desenrolar do propósito divino. Somos a descendência espiritual de nosso pai Abraão, que viveu e morreu há 4.000 anos, pois em Cristo nos tornamos herdeiros da promessa que Deus lhe fez.

Esses, então, são os resultados de estar “em Cristo”; e eles têm uma relevância poderosa para nós nos dias de hoje, pois a nossa geração está ocupada, desenvolvendo uma filosofia de falta de sentido. Hoje em dia está na moda acreditar (ou dizer que acreditamos) que a vida não tem sentido nem propósito algum. Muitas pessoas admitem que não têm motivos para viver. Achrom que não pertencem a nada, ou, se pertencem, é ao grupo conhecido como “os descompromissados”. Classificam-se como “forasteiros”, “desajustados”. Não têm âncora, nem segurança, nem lar. Na linguagem bíblica, estão “perdidos”.

Para essas pessoas há a promessa de que em Cristo nós nos encontramos. Os descompromissados assumem compromissos. Encontram o seu lugar na eternidade (relacionados em primeiro lugar e principalmente com Deus, como seus filhos e filhas), na sociedade (relacionados uns com os outros como irmãos e irmãs na mesma família) e na história (relacionados à sucessão do povo de Deus através dos séculos). É um compromisso tridimensional que assumimos quando estamos em Cristo: na altura, na largura e no comprimento. É um compromisso em “altura” através da reconciliação com Deus que, embora os teólogos radicais repudiem este conceito e devamos ser cuidadosos na sua interpretação, é um Deus “acima” de nós, transcendente ao universo que ele criou. Depois, é um compromisso em “largura”, considerando que em Cristo estamos unidos a todos os outros crentes do mundo inteiro. Terceiro, é um compromisso em “comprimento”, pois nos ligamos à longa, longa linha de crentes através de todos os tempos.

Assim a conversão, embora seja sobrenatural em sua origem, é natural em seus efeitos. Ela não rompe com a natureza, mas completa-a, pois me coloca no lugar ao qual eu pertencço. Ela me relaciona com Deus, com o homem e com a história. Ela me capacita a responder a mais básica de todas as perguntas humanas: “Quem sou eu?” e a dizer: “Em Cristo eu sou um filho de Deus. Em Cristo estou unido a todo o povo remido de Deus, no passado, no presente e no futuro. Em Cristo eu descubro a minha identidade. Em Cristo sei onde ponho os meus pés. Em Cristo eu volto para casa.”

Conclusão

O apóstolo pintou um contraste vívido entre aqueles que estão “sob a lei” e aqueles que estão “em Cristo”; e todas as pessoas pertencem a uma categoria ou à outra. Se estamos “sob a lei”, a nossa religião é uma servidão. Não tendo conhecimento do perdão, continuamos ainda sob custódia, como prisioneiros ou filhos sob tutela. É triste ficar na prisão ou no berçário quando poderíamos ser adultos e livres. Mas,

se estamos “em Cristo”, somos libertos. A nossa religião se caracteriza pela “promessa” e não pela “lei”. Sabemos que estamos relacionados com Deus, com todos os outros filhos de Deus no espaço, no tempo e na eternidade.

Não podemos ir a Cristo para sermos justificados se não formos primeiro a Moisés para sermos condenados. Mas, depois de irmos a Moisés, e tendo reconhecido o nosso pecado, a nossa culpa e a nossa condenação, não devemos ficar lá. Devemos permitir que Moisés nos leve a Cristo.

Gálatas 4:1-11

Antes escravos, mas agora filhos

Digo, pois, que durante o tempo em que o herdeiro é menor, em nada difere de escravo, posto que é ele senhor de tudo. ²Mas está sob tutores e curadores até ao tempo predeterminado pelo pai. ³Assim também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo; ⁴vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, ⁵para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. ⁶E, porque vós sois filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai. ⁷De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus.

⁸Outrora, porém, não conhecendo a Deus, servíeis a deuses que por natureza não o são; ⁹mas agora que conheceis a Deus, ou antes sendo conhecidos por Deus, como estais voltando outra vez aos rudimentos fracos e pobres, aos quais de novo quereis ainda escravizar-vos?

¹⁰Guardais dias, e meses, e tempos, e anos. ¹¹Receio de vós tenha eu trabalhado em vão para convosco.

Vimos em Gálatas 3 o apóstolo Paulo contemplando 2.000 anos de história do Antigo Testamento. De modo particular ele mostrou a relação que existe entre as três grandes figuras da história bíblica: Abraão, Moisés e Jesus Cristo. Explicou como Deus deu a Abraão a promessa de abençoar todas as famílias da terra através de sua descendência; e, depois, como ele deu a Moisés uma lei que, longe de anular a promessa, na verdade tornou-a mais necessária e mais urgente. E vimos como a promessa foi cumprida em Cristo, de maneira que todo aquele que a lei leva a Cristo herda a promessa que Deus fez a Abraão.

Agora, em Gálatas 4:1-11, Paulo repassa a mesma história novamente, fazendo um contraste entre a condição do homem sob a lei (versículos 1-3) e a sua condição em Cristo (versículos 4-7), e fundamentando nesse contraste um veemente apelo quanto à vida cristã (versículos 8-11). Sua seqüência de idéias poderia ser assim resumida: “Antes éramos escravos. Agora somos filhos. Como, então, podemos retornar à antiga escravidão?”

1. A Condição do Homem Sob a Lei (vs. 1-3)

Sob a lei, diz Paulo, os homens eram como um herdeiro durante a sua infância ou minoridade. Vamos imaginar um rapaz que é o herdeiro de uma grande propriedade. Um dia tudo será dele. Na verdade, já é seu por promessa, mas não ainda em experiência, pois ele ainda é uma criança. Durante a sua minoridade, embora seja por direito o dono de toda a propriedade, ele “é tratado como empregado” (BLH). “Está sob tutores e curadores”, que agem como “superintendentes de sua pessoa e propriedade”.¹ Eles lhe dão ordens, orientam-no e o disciplinam. Está sob restrições. Não tem liberdade. Sendo ele o herdeiro é, de fato, o senhor; mas, enquanto ainda é criança, não está em melhores condições do que um escravo. Além disso, vai permanecer nessa servidão “até ao tempo predeterminado pelo pai” (versículo 2).

“Assim também nós”, continua Paulo (versículo 3). Já no tempo do Antigo Testamento, antes de Cristo vir e quando estávamos debaixo da lei, éramos herdeiros, herdeiros da promessa que Deus fez a Abraão. Mas ainda não havíamos herdado a promessa. Éramos como crianças durante os anos da minoridade; nossa infância foi uma espécie de escravidão.

Que escravidão foi essa? Sabemos, naturalmente, que foi a escravidão da lei, pois a lei foi o nosso “aio” (3:24) e precisamos ser dela “resgatados” (4:5). Mas aqui a lei parece estar igualada com “os rudimentos do mundo” (versículo 3). E, no versículo 9, esses “rudimentos” são chamados de “fracos e pobres”: “fracos” porque a lei não tem força para nos remir, e “pobres” porque não têm riqueza com que nos abençoar.

O que são esses “rudimentos do mundo”? A palavra grega é *stoiceia*, “elementos”. Falando de maneira ampla, a palavra “elementos” tem dois significados. Primeiro, pode ser usada no sentido de coisas “elementares”, as letras do alfabeto, o ABC que aprendemos na escola. Neste sentido ela aparece em Hebreus 5:12. Se é o que Paulo quis dizer aqui, então ele está comparando o período do Antigo Testamento à educação rudimentar do povo de Deus, que foi completada mais tarde, quando Cristo veio.

A segunda interpretação que se pode dar à palavra “rudimentos” é, como diz a *Bíblia na Linguagem de Hoje*, os “poderes espirituais que dominam o mundo”. No mundo antigo, eles eram geralmente associados com os elementos físicos (terra, fogo, ar e água) ou com os corpos celestes (o sol, a lua e as estrelas), que controlavam os festivais

1. Lightfoot, pág. 166.

periódicos comemorados na terra. Isto se encaixa com o versículo 8, onde lemos que antes éramos sujeitos “a deuses que por natureza não o são”, isto é, demônios ou maus espíritos.

Mas como a servidão da lei pode ser chamada de servidão a maus espíritos? Será que Paulo está dando a entender que a lei foi um plano maligno de Satanás? Claro que não. Ele já nos disse que a lei foi dada a Moisés por Deus e não por Satanás, e foi dada através de anjos (3:19), bons espíritos, não maus. O que Paulo quer dizer é que o diabo tomou essa coisa boa (a lei) e a distorceu para os seus próprios propósitos malignos, a fim de escravizar homens e mulheres. Exatamente como o guardião da criança pode maltratá-la durante a sua minoridade, e até mesmo tiranizá-la de uma forma que seus pais jamais pretendiam, o diabo explorou a boa lei de Deus a fim de tiranizar pessoas da maneira que Deus jamais intentou. Deus pretendia que a lei revelasse o pecado e levasse os homens a Cristo; Satanás usou-a para revelar o pecado e levar os homens ao desespero. Deus pretendia que a lei fosse um passo intermediário na nossa justificação; Satanás usa-a como passo final para a nossa condenação. Deus pretendia que a lei fosse um degrau para a liberdade; Satanás usa-a como um beco sem saída, enganando os simplórios e levando-os a crer que não há escape da sua terrível escravidão.

2. A Ação de Deus Através de Cristo (versículos 4-7)

Versículo 4: vindo, porém, a plenitude do tempo... A escravidão do homem sob a lei continuou por cerca de 1.300 anos. Foi uma minoridade longa e árdua. Mas, finalmente, chegou o período da plenitude (cf. Mc 1:15), a data estabelecida pelo Pai para as “crianças” poderem desfrutar a maioridade, ficando livres dos seus guardiões e herdando assim a promessa.

Por que o período da vinda de Cristo é chamado de “a plenitude do tempo”? São diversos os fatores que contribuíram para isso. Por exemplo, foi o período em que Roma conquistou e subjugou o mundo conhecido, quando as estradas romanas foram abertas a fim de facilitar as viagens e quando as legiões romanas as guardavam. Também foi o período em que a língua grega e a sua cultura deram uma certa coesão à sociedade. Ao mesmo tempo, os antigos deuses mitológicos da Grécia e de Roma começaram a perder a influência sobre o povo comum, de modo que nos corações e mentes em toda parte brotou a fome de uma religião que fosse real e que satisfizesse. Além disso, foi o período em que a lei de Moisés acabou a sua obra de preparar as pessoas para a vinda de Cristo, mantendo-as sob tutela e na prisão, de modo que elas ansiavam ardentemente pela liberdade com a qual Cristo as libertaria.

Quando chegou essa plenitude do tempo, Deus fez duas coisas.

Primeiro, Deus enviou o seu Filho. Versículos 4, 5: *Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos.* Observe que o propósito de Deus foi duplo: “resgatar” e “adotar”; e não simplesmente resgatar da escravidão, mas transformar os escravos em filhos.¹ Não somos informados aqui de como a redenção foi alcançada, mas sabemos, lendo Gálatas 1:4, que foi pela morte de Cristo e, em 3:13, que através dessa morte ele se fez “maldição em nosso lugar”. O que se enfatiza nestes versículos é que aquele que Deus enviou para realizar a nossa redenção era perfeitamente qualificado para isso. Era o Filho de Deus. Também nasceu de uma mãe humana; portanto era humano além de divino, o único Deus-homem. E nasceu “debaixo da lei”, isto é, de uma mãe judia, na nação judia, sujeito à lei judaica. Durante toda a sua vida ele se submeteu a todas as exigências da lei. Conseguiu vencer onde todos os outros, antes e depois dele, fracassaram: ele cumpriu perfeitamente a justiça da lei. Portanto a divindade, a humanidade e a justiça de Cristo qualificaram-no de maneira especial para ser o redentor do mundo. Se ele não fosse homem, não poderia ter remido os homens. Se não fosse justo, não poderia ter remido os injustos. E, se não fosse o Filho de Deus, não poderia ter remido as pessoas para Deus, tornando-as filhas de Deus.

Segundo, Deus enviou o seu Espírito. Versículo 6: *E, porque vós sois filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai.* Os verbos gregos traduzidos por “enviou” (versículos 4 e 6) são a mesma palavra e estão no mesmo tempo (*exapesteilen*). Houve, portanto, um duplo envio da parte de Deus Pai. Observe a referência à Trindade: primeiro, Deus enviou o seu Filho ao mundo; segundo, ele enviou o seu Espírito aos nossos corações; e, entrando em nossos corações, o Espírito imediatamente começou a clamar: “Aba, Pai!” ou, como diz a passagem paralela de Romanos 8:15,16, quando “clamamos: Aba, Pai!” é “o próprio Espírito (que) testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.” “Aba” é um diminutivo aramaico de “Pai”. É a palavra que o próprio Jesus usou numa íntima oração a Deus. J. B. Phillips a traduz assim: “Pai, meu Pai”. O propósito de Deus, portanto, não foi apenas garantir a nossa filiação

1. “A metáfora vem do expediente legal greco-romano (mas não judeu) pelo qual um rico homem sem filhos poderia receber na sua família um jovem escravo, o qual, assim, por um grande golpe da sorte, deixava de ser escravo e se tornava filho e herdeiro” (Hunter, pág. 33).

através do seu Filho, mas dar-nos a certeza dela através do seu Espírito. Ele enviou o seu Filho para que tivéssemos o *status* da filiação, e enviou o seu Espírito para que tivéssemos uma *experiência* dela. Isso vem através da intimidade carinhosa e confidencial de nosso acesso a Deus em oração, na qual descobrimo-nos assumindo a atitude e usando a linguagem, não de escravos, mas de filhos.

Assim, a presença do Espírito Santo que habita em nós, dando testemunho de nossa filiação e inspirando nossas orações, é privilégio precioso de todos os filhos de Deus. E, porque nós somos filhos, Deus enviou o Espírito do seu Filho aos nossos corações (versículo 6). Não há necessidade de outra qualificação. Não é preciso recitar alguma fórmula, buscar alguma experiência ou preencher alguma condição extra. Paulo nos diz claramente que *se* nós somos filhos de Deus, e *porque* somos filhos de Deus, Deus enviou o seu Espírito aos nossos corações. E o caminho que ele nos garante para a nossa filiação não é através de algum dom ou sinal espetacular, mas pelo calmo testemunho interior do Espírito quando oramos.

Versículo 7: *De sorte que* (Paulo conclui este estágio do seu argumento) *já não és escravo, porém, filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus.* E essa mudança de status é *por Deus*. O que somos como cristãos, como filhos e herdeiros de Deus, não é por nossos próprios méritos, nem através de nosso próprio esforço, mas “por Deus”, através de sua iniciativa de graça, que primeiro enviou o seu Filho para morrer por nós e, então, enviou o seu Espírito para viver em nós.

3. O Apelo do Apóstolo (vs. 8-11)

Novamente Paulo contrasta o que éramos antes com o que nos tornamos agora. Mas desta vez o contraste recebe tintas novas, em termos de nosso conhecimento de Deus. Versículo 8: *Outrora... não conhecendo a Deus.* Versículo 9: *mas agora que conheceis a Deus, ou antes (uma vez que a iniciativa foi de Deus) sendo conhecidos por Deus.* Nossa escravidão era aos espíritos do mal, devida à nossa ignorância de Deus. Nossa filiação consiste no conhecimento de Deus, sabendo quem ele é e sendo conhecidos por ele, na intimidade de uma comunhão pessoal com Deus a qual Jesus chamou de “vida eterna” (Jo 17:3).

Agora vem o apelo do apóstolo. O seu argumento é este: “Se vocês eram escravos e agora são filhos, se não conheciam a Deus mas agora vieram a conhecê-lo e são conhecidos dele, como podem retornar à antiga escravidão? Como podem deixar-se escravizar pelos espíritos muito elementares dos quais Jesus Cristo os resgatou?” Versículo 10: *Guardais dias, e meses, e tempos, e anos.* Em outras palavras, a religião

degenerou em um formalismo exterior. Já não é mais a livre e alegre comunhão de filhos com o Pai; tornou-se uma enfadonha rotina de regras e regulamentos. E Paulo acrescenta com tristeza: *Receio de vós tenha eu trabalhado em vão para convosco* (versículo 11). Ele teme que todo o tempo que gastou e o trabalho que teve com eles tenha sido desperdiçado. Em vez de crescer na liberdade com a qual Cristo os libertou, eles deslizaram de volta à antiga escravidão.

Oh, que loucura, a desses gálatas! Certamente podemos entender a linguagem do filho pródigo, que foi a seu pai e disse: “Já não sou mais digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus servos” (ou “escravos”). Mas como pode alguém ser tão tolo a ponto de dizer: “Tu me fizeste teu filho; mas eu prefiro ser um escravo”? Uma coisa é dizer “eu não mereço”; mas é completamente diferente dizer “eu não quero; prefiro a escravidão à condição de filho”. Mas era essa a loucura dos gálatas, influenciados pelos seus falsos mestres.

Conclusão

Podemos aprender nesta passagem o que é a vida cristã e como vivê-la.

a. O que é a vida cristã

A vida cristã é a vida de filhos e filhas, e não a vida de escravos. É liberdade, não escravidão. Naturalmente somos escravos de Deus, de Cristo, e de ninguém mais.¹ Pertencemos a Deus, a Cristo, a ninguém mais, e gostamos de servir àqueles a quem pertencemos. Mas esse tipo de serviço é livre. A vida cristã não é uma escravidão à lei, como se a nossa salvação estivesse numa balança e dependesse de nossa obediência meticulosa e servil à letra da lei. Na realidade a nossa salvação repousa na obra consumada de Cristo, no fato de ter ele assumido o nosso pecado, fazendo-se na sua morte, maldição em nosso lugar, através da fé.

Mas são tantas as pessoas religiosas que se encontram na escravidão de sua religião! São como John Wesley depois de sua formatura em Oxford, no Clube da Santidade. Ele era filho de um ministro da igreja e já era ministro também. Era ortodoxo em sua crença, religioso na prática, correto na conduta e cheio de boas obras. Ele e seus amigos visitavam os presos nas cadeias e nos asilos de Oxford. Compadeciam-se das crianças dos cortiços da cidade, providenciando-lhes alimento, roupa e educação. Guardavam o sábado e o domingo também. iam à igreja e participavam da comunhão. Davam esmolas, es-

1. Veja, p. ex., Rm 6:22; 1 Co 7:22, 23; 2 Co 4:5.

tudavam as Escrituras, jejuavam e oravam. Mas estavam presos nos grilhões de sua própria religião, pois confiavam em si mesmos, na sua retidão, em vez de confiar em Jesus Cristo, e este crucificado. Alguns anos mais tarde, John Wesley (em suas próprias palavras) veio a “confiar em Cristo, em Cristo somente para a salvação”, e recebeu uma certeza interior de que os seus pecados tinham sido lavados. Mais tarde, recordando a sua experiência antes da conversão, ele escreveu: “Eu tinha naquele tempo a fé de um *servo*, mas não a de um filho.”² O Cristianismo é uma religião de filhos, não de escravos.

b. Como viver a vida cristã

Para viver a vida cristã é preciso lembrar quem e o que nós somos. A essência da mensagem de Paulo nesta passagem é a seguinte: “Antes éramos escravos. Agora somos filhos. Então, como podem vocês retornar à antiga escravidão?” Sua pergunta é uma súplica indignada e cheia de assombro. Não é impossível retornar à vida antiga; os gálatas o fizeram de fato. Mas é absurdo fazê-lo. É uma negação fundamental do que nos tornamos, do que Deus fez de nós se estamos em Cristo.

Nós podemos evitar a loucura dos gálatas dando atenção às palavras de Paulo. Que a Palavra de Deus continue nos dizendo quem e o que nós somos, se é que somos cristãos. Temos de continuar nos lembrando do que temos e somos em Cristo. Um dos grandes propósitos da leitura diária da Bíblia, da meditação e da oração é exatamente este: orientar-nos corretamente, lembrando quem e o que nós somos. Temos de dizer a nós mesmos: “Antes eu era escravo, mas Deus me fez seu filho e colocou o Espírito do seu Filho em meu coração. Como posso retornar à antiga escravidão?” E ainda também mais: “Antes eu não conhecia Deus, mas agora eu o conheço e sou conhecido dele. Como posso voltar à antiga ignorância?”

Pela graça de Deus devemos tomar a decisão de lembrar o que éramos antes e nunca retornar àquilo; de lembrar o que Deus fez de nós e conformar nossas vidas com isso.

Tomemos o exemplo de John Newton. Ele era filho único e perdeu a mãe quando tinha sete anos de idade. Na tenra idade de onze anos foi para o mar, e mais tarde se envolveu, nas palavras de um dos seus biógrafos, “nas indizíveis atrocidades do comércio de escravos africanos”. Mergulhou nas profundezas do pecado e da degradação humana. Ao completar vinte e três anos, a 10 de março de 1748, quando

1. Nota acrescentada mais tarde, nas anotações de 29 de fevereiro de 1738.

o seu navio estava em perigo iminente de ir a pique numa terrível tempestade, ele clamou pela misericórdia de Deus e a encontrou. Converteu-se realmente e jamais se esqueceu de como Deus tivera misericórdia dele, que antes era um blasfemador. Ele tentava diligentemente lembrar-se do que fora anteriormente e do que Deus fizera por ele. A fim de imprimir isto em sua memória ele escreveu em letras bem visíveis as palavras de Deuteronômio 15:15: "Lembrar-te-ás de que foste servo (um escravo) na terra do Egito, e de que o Senhor teu Deus te remiu" e as afixou acima da lareira, na parede do seu escritório.

Se nos lembrássemos dessas duas coisas (o que éramos antes e o que somos agora) teríamos dentro de nós um desejo cada vez maior de viver de acordo, de ser o que somos, isto é, filhos de Deus libertados por Cristo.

Gálatas 4:12-20

O relacionamento entre Paulo e os gálatas

Sede qual eu sou; pois também eu sou como vós. Irmãos, assim vos suplico. Em nada me ofendestes;¹³ e vós sabeis que vos preguei o evangelho a primeira vez, por causa de uma enfermidade física.¹⁴ E, posto que a minha enfermidade na carne vos foi uma tentação, contudo não me revelastes desprezo nem desgosto; antes me recebestes como anjo de Deus, como o próprio Cristo Jesus.¹⁵ Que é feito, pois, da vossa exultação? Pois vos dou testemunho de que, se possível fora, teríeis arrancado os vossos próprios olhos para mos dar.¹⁶ Tornei-me, porventura, vosso inimigo, por vos dizer a verdade?¹⁷ Os que vos obsequiam não o fazem sinceramente, mas querem afastar-vos de mim, para que o vosso zelo seja em favor deles.¹⁸ É bom ser sempre zeloso, pelo bem, e não apenas quando estou presente convosco,¹⁹ meus filhos, por quem de novo sofro as dores de parto, até ser Cristo formado em vós;²⁰ pudera eu estar presente agora convosco, e falar-vos em outro tom de voz; porque me vejo perplexo a vosso respeito.

Se em nosso estudo até agora temos pensado em Paulo simplesmente como um mestre repleto de sólidos poderes intelectuais, todo cabeça e sem coração, este parágrafo vai corrigir a nossa primeira impressão, pois agora ele apela aos gálatas com profundo sentimento e uma ternura imensa. Primeiro ele os chama de “irmãos”, no versículo 12; depois, no final do parágrafo, no versículo 19, de “meus filhos”, uma designação da qual o apóstolo João gostava muito. Ele chega a comparar-se com a mãe deles, que está sofrendo “dores de parto” até que Cristo seja formado neles. Em Gálatas 1-3 vimos Paulo, o apóstolo, o teólogo, o defensor da fé; mas agora vemos Paulo, o homem, o pastor, o apaixonado amante das almas.

1. O Apelo de Paulo (v. 12)

Vamos começar com as palavras simples do versículo 12: “Sede qual eu sou; pois também eu sou como vós.” Na sentença em grego há apenas um verbo – o primeiro. Poderíamos literalmente traduzir assim: “Sede qual eu, pois eu como vós.” Ou então: “Sede como eu, pois eu como vós.” O que Paulo quis dizer com isso?

a. *Sede como eu*

No contexto, depois de sua agonizante queixa de que os gálatas estavam voltando à antiga escravidão da qual Cristo os havia resgatado, este apelo só pode significar uma coisa. Paulo desejava que eles se tornassem iguais a ele na sua vida e fé cristã, que fossem libertados da influência maligna dos falsos mestres e que compartilhassem suas convicções acerca da verdade como esta se encontra em Jesus, acerca da liberdade com a qual Cristo nos libertou. Queria que se tornassem como ele na sua liberdade cristã. Ele expressou um sentimento semelhante ao rei Agripa quando este disse: “Por pouco me persuades a me fazer cristão!” Paulo respondeu: “Assim Deus permitisse que, por pouco ou por muito, não apenas tu, ó rei, porém todos os que hoje me ouvem se tornassem tais qual eu sou, exceto estas cadeias” (Atos 26:28,29). Em outras palavras, Paulo disse ao rei: “Eu não quero que tu te tornes prisioneiro como eu; mas quero que tornes cristão como eu.” Todos os cristãos deveriam poder dizer alguma coisa parecida, especialmente aos incrédulos, isto é, que estamos tão satisfeitos com Jesus Cristo, com a sua liberdade, sua alegria e sua salvação, que gostaríamos que outras pessoas se tornassem como nós.

b. *Pois eu... como vós*

À luz dos versículos que vêm a seguir, parece que o verbo a ser suprido deve estar no passado, isto é: “Sede qual eu sou, pois também eu *me tornei* como vós.” A referência é provavelmente às suas visitas a eles. Quando Paulo os visitou na Galácia, ele não manteve distância, nem assumiu ares de dignidade, mas foi igual a eles. Colocou-se no seu lugar e identificou-se com eles. Embora fosse judeu, tornou-se um gentio igual a eles. Isso está de acordo com o princípio exposto em 1 Coríntios 9:20-22: “Procedi, para com os judeus, como judeu, a fim de ganhar os judeus;... Aos sem lei, como se eu mesmo o fosse... para ganhar os que vivem fora do regime da lei. Fiz-me fraco para com os fracos, com o fim de ganhar os fracos. Fiz-me tudo para com todos, com o fim de, por todos os modos, salvar alguns.”

Engastado aqui encontra-se um princípio de importância de longo alcance para os ministros, missionários e outros obreiros cristãos. É que, quando buscamos ganhar outras pessoas para Cristo, nossa intenção é fazê-las iguais a nós, enquanto o meio para chegar a esse fim é fazer-se igual a elas. Para que elas se tornem iguais a nós em nossa convicção e experiência cristã, temos de primeiramente nos tornar iguais a elas em compaixão cristã. Devemos poder dizer com o apóstolo Pau-

lo: “Eu me tornei como vós; agora, sede como eu.”

Este sucinto apelo introduz o restante do parágrafo, no qual Paulo escreve acerca da atitude dos gálatas para com ele (versículos 13-16) e da sua própria atitude para com eles (versículos 17-20). É uma passagem muito iluminadora, não apenas porque dá um vislumbre de Paulo como pastor e evangelista, mas também porque nos ensina acerca do relacionamento correto que deve existir hoje entre o ministro e a congregação, entre o povo e o seu pastor. Em cada seção Paulo esboça um contraste. Primeiro (versículos 13-16), ele contrasta a atitude dos gálatas para com ele no passado, quando os visitou, com a atitude que eles têm agora, quando ele lhes escreve. Segundo (versículos 17-20), contrasta a sua atitude para com eles com a atitude adotada por eles para com os falsos mestres.

2. A Atitude dos Gálatas para com Paulo (vs. 12b-16)

Versículo 12b: *Em nada me ofendestes*. Paulo não tem queixas quanto ao tratamento que lhe dispensaram antes. Pelo contrário, o comportamento deles então fora exemplar.

O que havia acontecido quando ele visitara a Galácia? Ele lhes lembra, no versículo 13, que lhes pregara o evangelho “por causa de uma enfermidade física” ou “por causa de uma doença” (BJ). Não sabemos ao certo a que ele se referia. Lucas nada diz em Atos acerca de alguma enfermidade que tenha sido a causa da visita de Paulo às cidades da Galácia. Mas, presumivelmente, se não foi uma crise de alguma condição crônica, ele teria apanhado uma infecção a caminho da Galácia, a qual fê-lo deter-se ali. Provavelmente esta enfermidade, seja qual for, é o mesmo “espinho” de 2 Coríntios 12:7, que também era “na carne” (isto é, no seu corpo) e uma *astheneia*, uma fraqueza ou enfermidade física. Algumas pessoas acham que Paulo apanhou malária nos pântanos infestados de mosquitos do litoral da Panfília, na ocasião em que João Marcos perdeu a coragem e voltou para casa (Atos 13:13). Nesse caso, é natural que tivesse se dirigido para o norte, subindo para o revigorante planalto montanhoso da Galácia. Mas, quando chegou à Galácia, estava tomado por uma grande febre. Seja qual for a doença, tinha evidentemente sintomas desagradáveis e repugnantes, que parece que o desfiguraram de alguma forma. Além disso, se lermos o versículo 15 no seu contexto, parece que a enfermidade lhe afetou a visão, de modo que, se fosse possível, os gálatas teriam arrancado os próprios olhos para dá-los a ele. E, realmente, temos outra evidência no Novo Testamento que dá a entender que Paulo devia sofrer de alguma forma de oftalmia.¹

1. P. ex., Atos 23:1-5; Gl 6:11.

Tudo isso, a fraqueza e o desfiguramento de Paulo, foi uma grande prova para os gálatas. O versículo 14 está certo quando diz “*vos foi uma tentação*” e não “*nos foi*”. Isto é, “o meu estado de saúde (fosse) uma dura prova para vocês” (BLH). Os gálatas foram tentados a desprezar e rejeitar Paulo, a tratá-lo com o que o Bispo Lightfoot chama de “indiferença desdenhosa” e até mesmo com “visível aversão”.¹ “Mas” diz Paulo, “*vocês não me desprezaram nem me rejeitaram*, embora o meu estado de saúde fosse uma dura prova para vocês” (BLH). Em vez de rejeitá-lo, eles o receberam. Na verdade, prossegue ele, *antes me recebestes como anjo de Deus, como o próprio Cristo* (versículo 14).

Esta é uma expressão extraordinária. É outra indicação clara de que Paulo tinha consciência de sua autoridade apostólica. Ele não vê qualquer incongruência em ser recebido pelos gálatas, como se fosse um dos anjos de Deus, ou como se fosse Cristo Jesus, o Filho de Deus. Ele não repreende os gálatas por essa exagerada deferência para com ele, como o fez quando a multidão tentou adorá-lo, em Listra, uma das cidades da Galácia (Atos 14:8-18). Nessa ocasião, depois que Paulo curou um homem aleijado de nascimento, a multidão pagã gritou: “Os deuses, em forma de homens, baixaram até nós!” O sacerdote e o povo tentaram sacrificar touros a Paulo e Barnabé, mas estes os repreenderam e impediram a manifestação. Aqui, entretanto, Paulo não repreende os gálatas por recebê-lo como se fosse um anjo de Deus ou o Cristo de Deus. Embora pessoalmente soubesse que era apenas um pecador igual a eles, na verdade “o principal dos pecadores” (1 Tm 1:15), oficialmente era um apóstolo de Jesus Cristo, investido da autoridade de Cristo e enviado em uma missão por Cristo. Portanto eles tinham razão em recebê-lo “como anjo de Deus”, já que era um dos mensageiros de Deus, e “como o próprio Cristo Jesus”, uma vez que viera a eles com a autoridade de Cristo e com a mensagem de Cristo. Os apóstolos de Cristo eram Seus delegados pessoais. Quanto a estes dizia-se naquele tempo que “o enviado por uma pessoa é a própria pessoa”. O próprio Cristo já previra isso quando, ao enviar os apóstolos, lhes dissera: “Quem vos recebe, a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou” (Mt 10:40). Assim, ao receber Paulo, os gálatas certamente receberam-no como a Cristo, pois reconheceram nele um apóstolo ou delegado de Cristo.

Mas isso fora algum tempo antes. Agora a situação havia mudado. Versículo 15: *Que é feito, pois, da vossa exultação?* Eles haviam fica-

1. Lightfoot, pág. 175.

do tão felizes e orgulhosos em ter Paulo entre eles naqueles dias. Versículo 16: *Tornei-me, porventura, vosso inimigo, por vos dizer a verdade?* Acontecera uma completa inversão. Aquele que antes haviam recebido como anjo de Deus, como o Filho de Deus, consideravam agora seu inimigo! Por quê? Simplesmente porque ele andara lhes dizendo algumas verdades diretas e dolorosas, repreendendo-os, advertindo-os, insistindo com eles por haverem abandonado o evangelho da graça e retornado à escravidão.

Temos aqui uma importante lição. Quando os gálatas reconheceram a autoridade apostólica de Paulo, eles o trataram como um anjo de Deus, como Cristo Jesus. Mas, quando não gostaram de sua mensagem, tornaram-se inimigos dele. Como foram volúveis e tolos! A autoridade de um apóstolo não acaba quando ele começa a ensinar verdades que não são populares. Não podemos ser seletivos na leitura da doutrina apostólica do Novo Testamento. Não podemos, quando gostamos do que um apóstolo ensina, tratá-lo como um anjo, e quando não gostamos da sua mensagem, odiá-lo e rejeitá-lo como um inimigo. Não, os apóstolos de Jesus Cristo têm autoridade em tudo o que ensinam, quer gostemos, quer não.

3. A Atitude de Paulo para com os Gálatas (vs. 17-20)

Agora Paulo traça um contraste entre a atitude dos falsos mestres para com os gálatas e a sua própria atitude para com eles.

Primeiro vamos examinar a atitude dos falsos mestres. Versículo 17: *Os que vos obsequiam.* Não temos muita certeza do que Paulo quer dizer, pois esse verbo tem sido traduzido de diferentes maneiras em diferentes versões. Mas parece que ele está acusando os falsos mestres de adularem os gálatas hipocritamente. A fim de ganhá-los para o seu evangelho pervertido, os falsos mestres os bajulavam e os enchiam de atenções. Então Paulo acrescenta (versículo 18): *É bom ser sempre zeloso, pelo bem.* Mas os falsos mestres não eram sinceros em sua devoção aos gálatas. Sua verdadeira motivação era afastá-los de Paulo (versículo 17), isto é, afastá-los de Cristo e da liberdade que há em Cristo; e o faziam a fim de que os gálatas se interessassem por eles. Quando o Cristianismo é considerado como liberdade em Cristo (e é o que é), os cristãos não ficam em subserviência para com os seus mestres humanos, porque sua ambição é alcançar a maturidade em Cristo. Mas quando o Cristianismo transforma-se em servidão a regras e regulamentos, suas vítimas ficam inevitavelmente sujeitas, amarradas aos seus mestres, como na Idade Média.

A atitude de Paulo para com os gálatas era totalmente diferente

da atitude dos falsos mestres. No versículo 19 ele os chama de “meus filhos” e se compara à mãe deles. Mas isso não seria amarrá-los? Não. A metáfora não exemplifica a dependência deles, mas o trabalho de Paulo em favor deles. Versículo 19: *Meus filhos, por quem de novo sofro as dores de parto, até ser Cristo formado em vós*. Ele não se satisfaz em que Cristo *habite* neles; ele anseia ver Cristo *formado* neles, vê-los transformados à imagem de Cristo, “até que Cristo lhes ocupe totalmente o ser” (NTV). Na verdade, em ardente desejo e oração ele agoniza por eles até o fim, comparando o seu sofrimento às dores do parto. Ele estivera em trabalho de parto por eles já anteriormente, quando da conversão dos gálatas, quando eles nasceram de novo; agora o afastamento deles provocava outro parto. Mais uma vez, ele estava em trabalho de parto. Na primeira vez houvera um aborto; desta vez ele anseia que Cristo seja verdadeiramente formado neles. O *Lexicon* de Arndt-Gingrich cita exemplos de uso médico deste verbo para “a formação de um embrião”. A figura é um tanto confusa, mas, como diz acertadamente o Dr. Alan Cole, Paulo “não está nos dando uma lição de embriologia”.¹ Antes, está expressando o seu profundo e sacrificial amor pelos gálatas, seu anseio por eles (versículo 20), sua difícil situação. Ele deseja poder visitá-los e mudar a sua atitude “da severidade para a doçura”.²

A diferença entre Paulo e os falsos mestres deveria agora estar bem clara. Os falsos mestres estavam querendo *eles mesmos* dominar os gálatas; Paulo deseja que *Cristo* fosse formado neles. Eles eram egoístas quanto ao seu próprio prestígio e posição; Paulo estava preparado para se sacrificar por eles, para sofrer até que Cristo fosse formado neles.

Conclusão

“Um dos pontos altos das epístolas de Paulo”, escreveu John Brown, “é que elas incorporam uma orientação perfeita para o ministério cristão.”³ Particularmente nesse parágrafo, podemos aprender acerca do relacionamento recíproco que deve existir entre o povo e o seu pastor, entre o ministro e a congregação. Naturalmente o pastor cristão não é um apóstolo de Jesus Cristo. Ele não tem a autoridade nem a inspiração de um apóstolo. Ele não pode legislar como se fosse um apóstolo. Não obstante, o ministro cristão é chamado para ensinar ao povo a fé apostólica do Novo Testamento. E, se o ministro for fiel a essa comissão, a atitude do povo para com ele refletirá a sua atitude para com os apóstolos de Cristo e, conseqüentemente, para com o próprio Cristo Jesus.

1. Cole, pág. 128.

2. Lightfoot, pág. 179.

3. Brown, pág. 220.

a. A atitude do povo para com o pastor

O que deve determinar a atitude da congregação para com o seu ministro? Para começar, não deve ser sua aparência física. O ministro pode ser feio, como nos diz a tradição que o apóstolo Paulo era, ou ter boa aparência. Pode ser fisicamente sadio ou pode ser fraco, como Paulo quando visitou a Galácia. Pode ter uma personalidade agradável, ou ter poucos atrativos. Pode ser altamene dotado, ou ser simplesmente um homem fiel, sem nenhum brilho fora do comum. Mas as pessoas não deveriam vacilar na sua atitude para com ele por causa de sua aparência. Nem deveriam bajulá-lo por achá-lo atraente, ou desprezá-lo e rejeitá-lo porque não é atraente. Os gálatas resistiram à tentação de deixar que a sua atitude para com Paulo fosse influenciada pela aparência pessoal dele. O mesmo deveriam fazer as congregações de hoje.

A seguir, a atitude das pessoas para com o ministro não deveria ser determinada pelos caprichos teológicos de cada um. Paulo transformou-se num "inimigo" para os gálatas simplesmente porque eles não gostaram das verdades diretas que lhes disse. Uma congregação deveria ter o cuidado de não avaliar o ministro de acordo com suas próprias doutrinas subjetivas.

Pelo contrário, a atitude de uma congregação para com o seu pastor deveria ser determinada pela lealdade dele à mensagem apostólica. Já vimos que nenhum ministro, por mais elevada que seja a sua posição na igreja visível, é apóstolo de Jesus Cristo. Não obstante, se ele for fiel na pregação do que os apóstolos ensinaram, uma congregação piedosa vai humildemente receber a sua mensagem e submeter-se a ela. Não vai se ofender com ela, nem rejeitá-la. Antes, vai recebê-la bem, até mesmo com a deferência que dariam a um anjo de Deus ou ao próprio Cristo Jesus, porque reconhece que a mensagem do ministro não é mensagem dele, mas sim de Jesus Cristo.

Na igreja de hoje há pouquíssima deferência para com a palavra apostólica. Frequentemente, o que mais interessa a uma congregação contemporânea é a técnica do pregador, seus gestos, sua voz, a duração de sua pregação, se fala de maneira audível, se é inteligível e se todos concordam com ele. E frequentemente, quando o sermão acaba, gostam de criticá-lo e arrasar com ele.

Certamente as pessoas têm motivos para criticar se o pregador é infiel ao seu dever, se não tenta pregar de acordo com a Bíblia, ou se ele mesmo não se sujeita à palavra apostólica. Mas quando o ministro expõe as Escrituras, a Palavra de Deus, a reação acertada da congregação deveria ser de receber a mensagem, e não de criticá-la, não por

causa da autoridade do ministro, mas por causa da autoridade de Cristo, cuja mensagem ele transmite. Muitas congregações cristãs de hoje poderiam estar mais alertas, mais humildes e mais famintas para ouvir a exposição da Palavra de Deus.

b. A atitude do pastor para com o povo

Calvino escreveu: “Se os ministros quiserem agir de maneira acertada, que trabalhem a fim de formar Cristo, não eles próprios, nos seus corações.”¹ O ministro cristão deveria parecer-se com Paulo, e não com os judaizantes. Deveria preocupar-se com o progresso espiritual do seu povo e não dar importância ao seu próprio prestígio. Ele não deveria explorar a sua congregação para vantagem própria, e, sim, procurar servi-la. Não deveria usá-la para o seu próprio prazer, mas sim estar pronto a sofrer por causa dela. Ansioso para que Cristo seja formado em sua congregação, deveria estar pronto a agonizar, a sofrer as dores do parto. Como John Brown comenta: “Quando tais pastores abundam, a igreja deve florescer”.”

Observe, finalmente, as referências a Cristo nos versículos 14 e 19. Versículo 14: *...antes me recebestes... como o próprio Cristo Jesus*. Versículo 19: *...de novo sofro as dores de parto, até ser Cristo formado em vós*. O que deveria importar ao povo não é a aparência do pastor, mas se *Cristo* está falando através deste. E o que deveria importar ao pastor não é a boa vontade das pessoas, mas se *Cristo* está sendo formado nelas. A igreja precisa de gente que, ouvindo o pastor, ouça a mensagem de Cristo, e de pastores que, trabalhando entre as pessoas, busquem a imagem de Cristo. Apenas quando o pastor e a congregação mantiverem assim os olhos em Cristo, só então o seu relacionamento mútuo vai se manter sadio, proveitoso e agradável ao Deus Todo-poderoso.

1. Citado por Brown, pág. 226, nota 2.

Gálatas 4:21-31

Isaque e Ismael

Dizei-me vós, os que quereis estar sob a lei; acaso não ouvis a lei? ²²*Pois está escrito que Abraão teve dois filhos, um da mulher escrava, e outro da livre.* ²³*Mas o da escrava nasceu segundo a carne, o da livre, mediante a promessa.* ²⁴*Estas cousas são alegóricas; porque estas mulheres são duas alianças; uma, na verdade, se refere ao monte Sinai, que gera para escravidão; esta é Hagar.* ²⁵*Ora, Hagar é o monte Sinai na Arábia, e corresponde à Jerusalém atual que está em escravidão com seus filhos.* ²⁶*Mas a Jerusalém lá de cima é livre, a qual é a nossa mãe;* ²⁷*porque está escrito: Alegra-te, ó estéril, que não dás à luz, exulta e clama, tu que não estás de parto; porque são mais numerosos os filhos da abandonada, que os da que tem marido.* ²⁸*Vós, porém, irmãos, sois filhos da promessa, como Isaque.* ²⁹*Como, porém, outrora, o que nascera segundo a carne perseguia ao que nasceu segundo o Espírito, assim também agora.* ³⁰*Contudo, que diz a Escritura? Lança fora a escrava e a seu filho, porque de modo algum o filho da escrava será herdeiro com o filho da livre.* ³¹*E assim, irmãos, somos filhos não da escrava, e, sim, da livre.*

Muitas pessoas consideram esta passagem como a mais difícil da Epístola aos Gálatas. De um lado, pressupõe um conhecimento do Antigo Testamento que poucas pessoas possuem nos dias de hoje; temos aí referências a Abraão, Sara, Hagar, Ismael, Isaque, Monte Sinai e Jerusalém. De outro lado, o argumento de Paulo é um tanto técnico; seria o tipo de argumento familiar nas escolas dos rabinos judeus. É alegórico, embora não seja arbitrário.

Apesar disso, a mensagem desses versículos é atual e especialmente relevante às pessoas religiosas. De acordo com o versículo 21, dirige-se àqueles *que querem estar sob a lei*. Existem muitas pessoas assim nos dias de hoje. Não são, naturalmente, os judeus ou os judaizantes aos quais Paulo escreveu, mas pessoas cuja religião é legalista, que imaginam que o caminho a Deus é através da observância de certas regras. São até cristãos professos que transformam o evangelho em lei. Eles supõem que o seu relacionamento com Deus depende de uma obediên-

cia restrita a regulamentos, tradições e cerimônias. Estão escravizados por eles.

A essas pessoas Paulo diz: ...*vós, os que quereis estar sob a lei; acaso não ouvis a lei?* (versículo 21). Com esses judaizantes ele usa um *argumentum ad hominem*. Isto é, vai ao encontro deles e os refuta em seu próprio terreno. Ele denuncia a incoerência, a falta de lógica de sua posição. “Vocês querem estar sob a lei?”, pergunta. “Então obedecem à lei! Pois a própria lei, da qual vocês querem ser servos, será o juiz e os condenará.”

São três os estágios no argumento desse parágrafo. O primeiro é histórico, o segundo é alegórico e o terceiro, pessoal. Nos versículos históricos (22,23) Paulo lembra a seus leitores que Abraão teve dois filhos: Ismael, filho de uma escrava, e Isaque, filho de uma mulher livre. Nos versículos alegóricos (24-27) ele argumenta que esses dois filhos e suas mães representam duas religiões: uma religião de servidão, que é o Judaísmo, e uma religião de liberdade, que é o Cristianismo. Nos versículos pessoais (28-31) ele aplica a sua alegoria a nós. Se somos cristãos, não somos como Ismael (escravos), mas como Isaque (livres). Finalmente, ele nos mostra o que devemos esperar se nos parecermos com Isaque.

Primeiro Estágio: Os Antecedentes Históricos (vs. 22, 23)

Versículo 22: *Pois está escrito que Abraão teve dois filhos*. Um dos motivos de maior orgulho dos judeus era serem descendentes de Abraão, o pai e fundador de sua raça. Depois de séculos de confusão após a queda do homem, foi a Abraão que finalmente Deus se revelou de maneira clara. Ele prometeu dar a Abraão a terra de Canaã e uma descendência tão numerosa quanto as estrelas do céu e a areia das praias. Por causa desta aliança divina com Abraão e seus descendentes, os judeus se consideravam seguros – eterna e inviolavelmente seguros.

Por isso João Batista teve de dizer aos seus contemporâneos judeus: “E não comeceis a dizer entre vós mesmos: Temos por pai a Abraão; porque eu vos afirmo que destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão” (Mt 3:9). Semelhantemente, quando Jesus disse aos judeus que, se permanecessem na palavra dele, seriam verdadeiramente seus discípulos e conheceriam a verdade que os libertaria, eles responderam: “Somos descendentes de Abraão e jamais fomos escravos de alguém; como dizes tu: Sereis livres?” Jesus lhes respondeu: “Se sois filhos de Abraão” (isto é, tanto espiritual como fisicamente), “praticai as obras de Abraão.” Eles disseram: “...temos um pai que é Deus.” Jesus respondeu-lhes: “Se Deus fosse de fato vosso pai, certamente me haviéis de amar... Vós sois do diabo, que é vosso pai” (Jo 8:31-44).

O apóstolo Paulo desenvolve aqui o que João Batista deu a entender e o que Jesus ensinou explicitamente. Os verdadeiros descendentes de Abraão não são físicos, mas espirituais. Os verdadeiros filhos de Abraão não são aqueles que têm uma impecável genealogia judia, mas aqueles que crêem no que Abraão creu e obedecem como Abraão obedeceu. Este é o argumento de Gálatas 3, isto é, que a bênção prometida de Abraão não é dos judeus como tais, os descendentes de Abraão segundo a carne, mas dos crentes, quer judeus, quer gentios (cf. Gl 3:14). Além disso, “se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão, e herdeiros da promessa” (Gl 3:29; cf. Rm 4:16). Não podemos declarar que somos descendentes de Abraão se não pertencemos a Cristo.

Esta dupla descendência de Abraão, a falsa e a verdadeira (sendo a falsa a literal e física, e a verdadeira, a figurativa e espiritual), Paulo apresenta ilustrada nos dois filhos de Abraão, Ismael e Isaque. Ambos tinham Abraão como pai, mas havia duas importantes diferenças entre eles.

A primeira diferença é que eles nasceram de mães diferentes. Versículo 22: *Abraão teve dois filhos, um da mulher escrava, e outro da livre*. Hagar, a mãe de Ismael, era mulher escrava, serva de Abraão. Sara, a mãe de Isaque, era mulher livre, esposa de Abraão. E cada um dos meninos saiu à mãe. Ismael nasceu na escravidão, mas Isaque nasceu livre.

A segunda diferença é que eles nasceram de diferentes maneiras. Não, naturalmente, que o processo biológico da concepção e nascimento fosse diferente, mas que diferentes circunstâncias deram lugar ao seu nascimento. Versículo 23: *o da escrava nasceu segundo a carne*, (ou “de modo natural”, BLH) *o da livre, mediante a promessa*. Isaque não nasceu segundo a natureza, mas, antes, contra a natureza. Seu pai tinha cem anos de idade e sua mãe, que fora estéril, tinha mais de noventa. Hebreus 11:11 diz o seguinte: “Pela fé, também, a própria Sara recebeu poder para ser mãe, não obstante o avançado da sua idade, pois teve por fiel aquele que lhe havia feito a promessa.” Observe a palavra “promessa”. Ismael nasceu segundo a natureza, mas Isaque contra a natureza, sobrenaturalmente, por meio de uma promessa excepcional de Deus.

Essas duas diferenças entre os filhos de Abraão, Ismael tendo nascido escravo segundo a natureza, enquanto Isaque nasceu livre segundo a promessa, Paulo considera como “alegóricas”. Todos são escravos por natureza, até que no cumprimento da promessa de Deus sejam libertados. Portanto, todos são ismaéis ou isaques, quer sejam escravos por natureza, quer livres pela graça de Deus.

Segundo Estágio: O Argumento Alegórico (vs. 24-27)

Embora sejam eventos históricos, as circunstâncias de nascimento de Ismael e de Isaque também apresentam uma profunda verdade espiritual. O versículo 24 diz: “estas mulheres são duas alianças”.

É impossível entender a Bíblia sem entender as duas alianças. Afinal, nossa Bíblia está dividida no meio, em dois Testamentos, o Antigo e o Novo, apresentando as duas “Alianças”, a Antiga e a Nova. Uma aliança é um acordo solene entre Deus e os homens, através do qual ele os transforma em seu povo e promete ser o seu Deus. Deus estabeleceu a antiga aliança através de Moisés e a nova através de Cristo, cujo sangue a ratificou. A antiga aliança (mosaica) fundamentava-se na lei; mas a nova aliança (cristã), figurada em Abraão e profetizada por Jeremias, fundamenta-se em promessas. Na lei Deus colocou responsabilidades sobre as pessoas e disse: “Farás... não farás...”; mas, na promessa, Deus assume ele próprio a responsabilidade, dizendo: “Eu farei...”.

Nessa passagem, além de se mencionar duas alianças, temos também duas Jerusaléns. Jerusalém era a capital que Deus escolheu para a terra que deu ao seu povo. Portanto, era natural que a palavra “Jerusalém” representasse para o povo de Deus exatamente o mesmo que “Moscou” para o povo russo, “Tóquio” para os japoneses, “Washington” para os americanos, “Londres” para os ingleses e “Brasília” para os brasileiros.

Mas quem era o povo de Deus? O povo de Deus sob a antiga aliança eram os judeus; mas o seu povo sob a nova aliança são os cristãos, os crentes. Ambas são “Jerusalém”, mas o povo de Deus da antiga aliança, os judeus, é a “Jerusalém atual”, a cidade terrena, enquanto que o povo de Deus da nova aliança, a igreja cristã, é a “Jerusalém lá de cima”, a celestial. Assim, as duas mulheres, Hagar e Sara, as mães dos filhos de Abraão, representam as duas alianças, a antiga e a nova, e as duas Jerusaléns, a terrena e a celestial.

Antes de considerar em maiores detalhes o que o apóstolo escreveu acerca dessas duas mulheres, seria útil ler a versão dos versículos 24 a 27 na *Bíblia na Linguagem de Hoje*: “Isto serve como símbolo: as duas mulheres representam os dois acordos. Um é o monte Sinai e está representado por Agar. Os que são desse acordo nascem escravos. Pois Agar representa o monte Sinai, na Arábia, e Agar é o símbolo da Jerusalém atual, que é escrava com todo o seu povo. Mas a Jerusalém celestial é livre e ela é a nossa mãe. Porque as Escrituras Sagradas dizem: Você, mulher que nunca teve filhos, fique alegre! Você que nunca sen-

tiu dores de parto, grite de alegria! Porque a mulher abandonada terá mais filhos do que a que mora com o marido.”

Consideremos Hagar em primeiro lugar. Como a mãe que deu à luz filhos para a escravidão, ela representa a aliança do monte Sinai, a lei mosaica. Isto está claro, Paulo acrescenta em um parêntese, pois “Hagar é o monte Sinai na Arábia”, e os árabes são conhecidos como “filhos de Hagar”. Fica ainda mais claro a partir do fato de os filhos da lei serem escravos, exatamente como os filhos de Hagar. Portanto Hagar representa a aliança da lei. Ela também “corresponde à Jerusalém atual que está em escravidão com seus filhos” (versículo 25).

Mas Sara era diferente. Versículo 26: “Mas a Jerusalém lá de cima é livre, a qual é nossa mãe.” Isto é, se Hagar, a mãe de Ismael, a mulher escrava, representa a Jerusalém terrena ou o Judaísmo, então Sara, a mãe de Isaque, sendo mulher livre, representa a Jerusalém celestial ou a igreja cristã. E Paulo acrescenta: “a qual é nossa mãe”. Na qualidade de cristãos, somos cidadãos da “Jerusalém lá de cima”. Estamos ligados a Deus por uma nova aliança, e essa cidadania não é escravidão, mas liberdade.

Paulo prossegue (no versículo 27) citando Isaías 54:1. Sua referência às duas mulheres, uma estéril e outra com filhos, não é a Hagar e Sara, mas aos judeus. O profeta está se dirigindo aos exilados no cativeiro da Babilônia. Ele compara sua condição no exílio, sob o juízo divino, à de uma mulher estéril finalmente abandonada por seu marido, e o seu estado futuro depois da restauração à de uma mãe fértil com mais filhos do que as outras. Em outras palavras, Deus promete que, depois do retorno, o seu povo será mais numeroso do que antes. Essa promessa recebeu um cumprimento literal, ainda que parcial, na restauração dos judeus na terra prometida. Mas o seu cumprimento espiritual, verdadeiro, diz Paulo, está no crescimento da igreja cristã, uma vez que o povo cristão constitui a descendência de Abraão.

Isto é, portanto, uma alegoria. Abraão teve dois filhos, Ismael e Isaque, nascidos de duas mães, Hagar e Sara, que representam duas alianças e duas Jerusaléns. Hagar, a escrava, representa a antiga aliança, e o seu filho Ismael simboliza a igreja da Jerusalém terrena. Sara, a mulher livre, simboliza a igreja da Jerusalém celestial. Embora superficialmente semelhantes, porque ambos foram filhos de Abraão, os dois meninos eram fundamentalmente diferentes. Da mesma forma, Paulo argumenta, não basta reivindicar a Abraão por nosso pai. O importante é considerar quem é nossa mãe. Se é Hagar, somos como Ismael; mas se é Sara, somos como Isaque.

Terceiro Estágio: A Aplicação Pessoal (vs. 28-31)

Versículo 20: *Vós, porém, irmãos, sois filhos da promessa, como Isaque.* Se somos cristãos, somos como Isaque, e não como Ismael. Nossa descendência de Abraão é espiritual, e não física. Somos seus filhos, não por natureza, mas sobrenaturalmente.

O resultado é o seguinte: se somos como Isaque, devemos esperar que nos tratem como Isaque foi tratado. O tratamento que Isaque recebeu do seu meio-irmão Ismael é o tratamento que os descendentes de Isaque receberão dos descendentes de Ismael. E o tratamento que Isaque recebeu de seu pai Abraão é o tratamento que devemos esperar de Deus.

a. Devemos esperar perseguição

Versículo 29: *Como, porém, outrora, o que nascera segundo a carne perseguia ao que nasceu segundo o Espírito, assim também agora.* Na cerimônia em que Isaque foi desmamado, quando tinha provavelmente três anos de idade e Ismael era um jovem de dezessete, Ismael ridicularizou o seu meio-irmãozinho Isaque. Não sabemos os detalhes do que aconteceu, porque a atitude de Ismael é descrita apenas por um verbo hebraico, que provavelmente significa ser “ridicularizado” ou “zombado” (Gn 21:9). Mas está claro que Isaque foi objeto de desprezo e escárnio da parte de Ismael.

Nós devemos esperar o mesmo. A perseguição da verdadeira igreja, dos crentes cristãos cuja descendência espiritual vem de Abraão, nem sempre vem do mundo, isto é, de estranhos sem nenhuma relação conosco, mas de nossos meio-irmãos, a gente religiosa, a igreja nominal. Sempre tem sido assim. O Senhor Jesus foi cruelmente perseguido, rejeitado, zombado e condenado por sua própria nação. Os oponentes mais impetuosos do apóstolo Paulo, que o perseguiram e lutaram contra ele, foram os membros da igreja oficial, os judeus. A estrutura monolítica do papado medieval perseguiu todas as minorias protestantes com crueldade e ferocidade ininterrupta. E os maiores inimigos da fé evangélica atualmente não são os incrédulos, que ao ouvir o evangelho geralmente o aceitam, mas a igreja, o sistema, a hierarquia. Isaque sempre foi zombado e perseguido por Ismael.

b. Receberemos a herança

Versículo 30: *Contudo, que diz a Escritura? Lança fora a escrava e a seu filho, porque de modo algum o filho da escrava será herdeiro com o filho da livre.* Embora Isaque tivesse que suportar a zombaria

de seu meio-irmão Ismael, foi Isaque que se tornou herdeiro de seu pai Abraão e que recebeu a herança. Num certo estágio Abraão desejou que Ismael fosse o herdeiro: “Oxalá viva Ismael diante de ti”, ele clamou a Deus. E Deus respondeu: “A minha aliança... estabeleci-la-ei com Isaque” (Gn 17:18-21). E, assim, Sara pediu a Abraão que lançasse fora a escrava e o seu filho, e Deus disse a Abraão que atendessem ao pedido de Sara, pois, embora fosse criar também uma nação do filho da mulher escrava (isto é, de Ismael, o pai dos árabes), acrescentou que “por Isaque será chamada a tua descendência” (Gn 21:10-13).

Assim, os verdadeiros herdeiros da promessa de Deus a Abraão não são os seus filhos por descendência física, os judeus, mas os seus filhos por descendência espiritual, os crentes cristãos, judeus e gentios. E, considerando que é “a Escritura” que diz: “Lança fora a escrava e seu filho”, vemos a própria lei rejeitando a lei. Estes versículos das Escrituras, que os judeus interpretavam como Deus rejeitando os gentios, Paulo inverte ousadamente e aplica-os à exclusão dos judeus incrédulos da herança. J. B. Lightfoot comenta: “O apóstolo deu assim o toque fúnebre para o Judaísmo”.¹

Esse, então, é o duplo destino dos “isaques”: a dor da perseguição, de um lado, e o privilégio da herança, do outro. Somos desprezados e rejeitados pelos homens; mas somos filhos de Deus, e “se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo” (Rm 8:17). Este é o paradoxo da experiência cristã. Como Paulo expôs em 2 Coríntios 6:8-10, nós somos “por honra e por desonra, por infâmia e por boa fama... entristecidos, mas sempre alegres; pobres, mas enriquecendo a muitos; nada tendo, mas possuindo tudo”.

Conclusão

Essa passagem nos ensina a glória deslumbrante de sermos crentes cristãos. Envolve, entre outras coisas, dois grandes privilégios.

Primeiro, *herdarmos as promessas do Antigo Testamento*. O verdadeiro cumprimento das promessas do Antigo Testamento não é literal, mas espiritual. Elas se cumprem atualmente, não na nação judia, como ensinam alguns dispensacionalistas, nem no povo britânico ou anglo-saxão, como os israelitas britânicos ensinam, mas em Cristo e no povo de Cristo que crê. Nós, os cristãos, somos a semente de Abraão, que herdou a bênção prometida aos seus descendentes (3:29). Como Isaque, somos “filhos da promessa” (versículo 28) e “filhos... da livre” (versículo 31). Somos cidadãos da verdadeira Jerusalém, “a Je-

1. Lightfoot, pág. 184.

rusalém lá de cima" (versículo 26; cf. Hb 12:22; Ap 3:12; 21:2). Nós somos "o Israel de Deus" (Gl 6:16) e "a circuncisão" (Fp 3:3). Por isso é que somos perseguidos. Mas todas as promessas de Deus ao seu povo no Antigo Testamento são nossas se estivermos em Cristo.

Em segundo lugar, *experimentamos a graça de Deus*, sua iniciativa de nos salvar pela graça. Vimos que os dois filhos de Abraão e suas duas mães representam as duas alianças, a antiga e a nova, e as duas Jerusaléns, a terrena e a celestial. Vimos também que enquanto as categorias da antiga aliança são a natureza, a lei e a servidão, as categorias da nova são a promessa, o Espírito e a liberdade. Qual é a diferença fundamental entre elas? É a seguinte: a religião de Ismael é uma religião da *natureza*, do que *as pessoas* podem fazer por si mesmas, sem qualquer intervenção especial de Deus. Mas a religião de Isaque é uma religião da *graça*, do que *Deus* fez e faz, uma religião de iniciativa divina, pois Isaque nasceu de maneira sobrenatural através de uma promessa divina. E é isso que o Cristianismo é, não uma religião "natural", mas uma religião "sobrenatural". Os ismaéis deste mundo confiam em si mesmos, acham que são justos; os isaques confiam apenas em Deus através de Jesus Cristo. Os ismaéis encontram-se na servidão porque é a isso que a autoconfiança conduz; os isaques desfrutam a liberdade, porque é através da fé em Cristo que as pessoas são libertadas.

Assim, devemos procurar ser iguais a Isaque, não a Ismael. Devemos colocar a nossa confiança em Deus através de Jesus Cristo, pois apenas em Cristo podemos herdar as promessas, receber a graça e desfrutar a liberdade de Deus.

Gálatas 5:1-12

A religião falsa e a verdadeira

Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão.

²*Eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará.* ³*De novo testifico a todo homem que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei.* ⁴*De Cristo vos desligastes vós que procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes.* ⁵*Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé.* ⁶*Porque em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão, tem valor algum, mas a fé que atua pelo amor.* ⁷*Vós corréis bem; quem vos impediu de continuardes a obedecer à verdade?* ⁸*Esta persuasão não vem daquele que vos chama.* ⁹*Um pouco de fermento leveda toda a massa.* ¹⁰*Confio de vós, no Senhor, que não alimentareis nenhum outro sentimento; mas aquele que vos perturba, seja ele quem for, sofrerá a condenação.* ¹¹*Eu, porém, irmãos, se ainda prego a circuncisão, por que continuo sendo perseguido? Logo está desfeito o escândalo da cruz.* ¹²*Oxalá até se mutilassem os que vos incitam à rebeldia.*

A Epístola aos Gálatas é essencialmente polêmica, uma epístola na qual Paulo mergulha de cabeça na controvérsia por causa da introdução de doutrinas erradas nas igrejas da Galácia.

Estes versículos no início de Gálatas 5 estão de acordo com o teor de toda a epístola. É um parágrafo de contrastes no qual o apóstolo contrapõe duas opiniões ou dois pontos de vista – para dizer a verdade, duas religiões, uma falsa e outra verdadeira. Ele esboça o contraste duas vezes; primeiro (versículos 1-6) do ponto de vista daqueles que praticam as duas religiões e, depois (versículos 7-12), do ponto de vista daqueles que as pregam.

1. Crentes, Verdadeiros e Falsos (vs. 1-6)

Os melhores manuscritos dividem o versículo 1 em duas sentenças separadas, de modo que não constitui uma ordem simples (como na ERC: “Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou”) mas, antes, uma afirmação (*Para a liberdade foi que Cristo nos libertou*),

seguida de uma ordem baseada na afirmação (*Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão*).

a. A afirmação

Como diz a *Bíblia na Linguagem de Hoje*, “Cristo nos libertou para que sejamos de fato livres”. Nossa condição anterior é apresentada como escravidão, Jesus Cristo como um libertador, a conversão como um ato de emancipação e a vida cristã como uma vida de liberdade. Essa liberdade, como toda a Epístola e este contexto tornam claro, não é em primeiro lugar uma libertação do pecado, mas, antes, da lei. O que Cristo fez ao nos libertar, de acordo com a ênfase de Paulo nesta passagem, não foi tanto libertar a nossa *vontade* da servidão do pecado, mas libertar a nossa *consciência* da culpa do pecado. A liberdade cristã que ele descreve é a liberdade de consciência, liberdade da tirania da lei, da luta terrível para guardar a lei com a intenção de ganhar o favor de Deus. É a liberdade da aceitação divina e do acesso a Deus através de Cristo.

b. A ordem

Considerando que “Cristo nos libertou”, e isto “para a liberdade”, devemos “permanecer firmes” nela e não “nos submeter de novo a jugo da escravidão”. Em outras palavras, devemos desfrutar a gloriosa liberdade de consciência que Cristo comprou para nós através do seu perdão. Não devemos cair na idéia de que temos de ganhar a nossa aceitação junto a Deus através da obediência. O quadro parece ser o de um boi arcado sob um pesado jugo.¹ Uma vez libertado desse jugo esmagador, ele tem a capacidade de erguer-se novamente (cf. Lv 26:13).

O mesmo acontece na vida cristã. Uma vez estivemos sob o jugo da lei, subjugados por exigências às quais não tínhamos capacidade de atender, como também por sua terrível condenação por causa de nossa desobediência. Mas Cristo atendeu às exigências da lei em nosso lugar. Ele morreu pela nossa desobediência, assumindo assim a condenação em nosso lugar. Ele “nos resgatou da maldição da lei” (3:13). E agora removeu o jugo de nossos ombros e nos libertou para que pudéssemos ficar de cabeça erguida. Como, pois, podemos imaginar nos colocar sob a lei novamente, submetendo-nos ao seu jugo cruel?

Partindo do tema geral chegamos ao ponto em questão, que é o da circuncisão (versículos 2-4). Os falsos mestres das igrejas da Galácia, como já vimos, estavam dizendo que os cristãos convertidos tinham

1. Segundo Arndt-Gingrich, o verbo “não submeter” está na voz passiva e significa “estar sobrecarregado com”.

de ser circuncidados. Isso pode parecer um assunto muito trivial. Afinal a circuncisão é uma insignificante operação cirúrgica no corpo. Por que Paulo faz tanto barulho e se preocupa tanto com isso? Por causa de suas implicações doutrinárias. Conforme os falsos mestres estavam insistindo, a circuncisão não era uma operação física, nem um rito cerimonial, mas um símbolo teológico. Representava um tipo especial de religião, isto é, a salvação através das boas obras em obediência à lei. O lema dos falsos mestres era: “Se não vos circuncirdes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvo” (cf. Atos 15:1,5). Estavam assim declarando que a fé em Cristo era insuficiente para a salvação. A circuncisão e a obediência à lei deviam ser acrescentadas. Era o mesmo que dizer que Moisés devia ter permissão de concluir o que Cristo havia começado.

Veja nestes versículos como Paulo descreve a posição deles. Eles são aqueles que “se deixam circuncidar” (versículos 2 e 3), e que são, portanto, “obrigados a guardar toda a lei” (versículo 3), uma vez que é isso que a circuncisão os obriga a fazer; e buscam “justificar-se na lei” (versículo 4).

O que lhes diz Paulo? Ele não faz rodeios. Pelo contrário, faz uma solena afirmação, começando com *Eu, Paulo, vos digo* (versículo 2). Em três sentenças ele os adverte dos sérios resultados da circuncisão: *Cristo de nada vos aproveitará* (versículo 2), *de Cristo vos desligastes e da graça decaístes* (versículo 4). Mais simplesmente, acrescentar a circuncisão é perder Cristo; procurar ser justificado pela lei é cair da graça. Não se pode andar pelos dois caminhos. É impossível aceitar a Cristo, reconhecendo que não podemos nos salvar sozinhos, e, então, aceitar a circuncisão, declarando através disso que o podemos. É preciso escolher entre uma religião da lei e uma religião da graça, entre Cristo e a circuncisão. Não podemos acrescentar a circuncisão (ou qualquer outra coisa, seja o que for) a Cristo como coisa necessária à salvação, pois Cristo é suficiente em si mesmo. Se acrescentarmos alguma coisa a Cristo, perdemos a ele. A salvação está em Cristo somente, pela graça somente, através da fé somente.

Nos versículos 5 e 6 o pronome muda de “vós” para “nós”. Antes Paulo estava falando aos seus leitores, advertindo-os do perigo de cair da graça. Mas agora ele inclui a si mesmo ao descrever os verdadeiros crentes, os crentes evangélicos, que permanecem no evangelho da graça: *Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé. Porque em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão, tem valor algum, mas a fé que atua pelo amor* (versículos 5,6). A ênfase destes versículos está na fé, sobre a qual ele faz duas declarações.

Primeiro, “aguardamos a esperança” (versículo 5). O que nós aguardamos é chamado de “a esperança... da fé”, a expectativa do futuro que a nossa justificação produz, isto é, passar a eternidade com Cristo no céu. Nós aguardamos essa futura salvação. Não *trabalhamos* por ela; *aguardamo-la* pela fé. Não lutamos ansiosamente a fim de garanti-la, nem imaginamos que temos de obtê-la através de boas obras. A glorificação final no céu é um dom tão livre quanto a nossa justificação inicial. Assim, pela fé, confiando apenas em Cristo crucificado, esperamos por ela.

Segundo, “em Cristo Jesus” o que importa é “a fé” (versículo 6). Novamente Paulo nega os falsos ensinamentos. Quando uma pessoa está em Cristo nada mais é necessário. Nem a circuncisão nem a incircuncisão podem melhorar nossa posição diante de Deus. Tudo de que necessitamos a fim de sermos aceitos por Deus é estar em Cristo, e nós estamos em Cristo pela fé.

Uma palavra de advertência se faz necessária neste ponto. Será que esta ênfase sobre a fé em Cristo significa que podemos viver e agir como bem nos agrada? Será a vida cristã tão completamente uma vida de fé que as boas obras e a obediência à lei simplesmente não têm importância? Não. Paulo toma muito cuidado para evitar o dar tal impressão. Observe as frases que eu omiti até agora. Versículo 5: “Porque nós, *pelo Espírito*, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé.” É o mesmo que dizer que a vida cristã não é apenas uma vida de fé; é uma vida no Espírito, e o Espírito Santo que habita em nós produz as boas obras do amor, conforme o apóstolo prossegue explicando (versículos 22, 23). Versículos 6: “a fé *que atua pelo amor*”. Não que as obras do amor sejam acrescentadas à fé como um fundamento posterior e subsidiário de nossa aceitação com Deus, mas que a fé que salva é uma fé que opera, uma fé que resulta em amor.

2. Mestres, Falsos e Verdadeiros (vs. 7-12)

Nos versículos 1 a 6 o contraste foi traçado entre os pronomes “vós” e “nós”: vós, os falsos crentes que desejam acrescentar a circuncisão à fé, e nós, os verdadeiros crentes, que nos satisfazemos só com Cristo e só com a fé. Agora o contraste é entre “ele”, o falso mestre “que vos perturba” (versículo 10b), e “eu”, o apóstolo Paulo, que estou lhes ensinando a verdade de Deus.

Versículo 7: *Vós corréis bem; quem vos impediu de continuardes a obedecer à verdade?* Paulo gostava de comparar a vida cristã a uma corrida na pista. Observe que “correr bem” na corrida cristã não é simplesmente crer na verdade (como se o Cristianismo fosse apenas jus-

tiça moral), mas também “obedecer à verdade”, aplicando a fé ao comportamento. Só aquele que obedece à verdade é um cristão integrado. O que ele crê e como ele se comporta é uma coisa só. Seu credo se expressa na sua conduta; sua conduta deriva do seu credo.

Os gálatas haviam iniciado a corrida cristã, e no princípio corriam bem. Criam na verdade que Cristo os libertara, e lhe obedeciam, desfrutando a liberdade que Cristo lhes dera. Mas alguém os atrapalhou; um obstáculo fora jogado na pista a fim de desviá-los do caminho. Falsos mestres deturpavam a verdade na qual eles haviam crido no princípio. Em consequência disso abandonaram a Cristo e caíram da graça.

Paulo traça todo o curso da falsa doutrina: sua origem, seu efeito e o seu fim.

a. Sua origem

Versículo 8: *Esta persuasão não vem daquele que vos chama.* Os falsos mestres persuadiram os gálatas a abandonar a verdade do evangelho; mas esta obra de persuasão não vinha do Deus que os havia chamado, pois Deus os chamara em graça (Gl 1:6), enquanto que os falsos mestres estavam propagando uma doutrina de méritos. Este é o primeiro argumento de Paulo: a mensagem dos falsos mestres era incoerente com a vocação dos gálatas.

b. Seu efeito

Já vimos que a heresia “impediu” os gálatas (versículo 7); e mais tarde Paulo vai dizer que ela os “perturbou” (versículo 10) e os “incitou” (versículo 12). Mas agora (versículo 9) ele usa um provérbio conhecido: *Um pouco de fermento leveda toda a massa.* Isto é, o erro dos falsos mestres estava se espalhando pela comunidade cristã de tal forma que quase toda a igreja estava sendo contaminada. Paulo usa o mesmo provérbio em 1 Coríntios 5:6, onde ele o aplica ao pecado na comunidade cristã, e aqui à falsa doutrina. Uma das coisas mais sérias acerca do mal e do erro é que ambos se espalham.

Assim, devido à causa e ao efeito da falsa doutrina, porque ela não vinha de Deus e porque a sua influência estava se espalhando, Paulo estava determinado a resistir-lhe.

c. Seu fim

Versículo 10: *Confio de vós, no Senhor, que não alimentareis nenhum outro sentimento; mas aquele que vos perturba, seja ele quem for, sofrerá a condenação.* Paulo está completamente certo de que o erro não irá triunfar, mas que os gálatas vão considerar melhor e que o falso

mestre, por mais importante que seja, vai cair sob a condenação de Deus. Na verdade, tão preocupado estava Paulo acerca dos prejuízos que os falsos mestres estavam provocando, que ele até expressa o desejo de que “se mutilassem” (versículo 12) ou “se castrassem (BLH)”, como os sacerdotes de Cibele, a deusa pagã da Ásia Menor. Aos nossos ouvidos seu sentimento parece grosseiro e malicioso. Mas podemos ter a certeza de que não era a expressão de um espírito descontrolado, nem de sede de vingança, mas do seu profundo amor pelo povo de Deus e o evangelho de Deus. Eu me atrevo a dizer que, se nós nos preocupássemos com a igreja de Deus e com a Palavra de Deus como Paulo se preocupava, nós também desejaríamos que os falsos mestres deixassem de existir.

Com o versículo 11 (*Eu, porém...*) Paulo os deixa de lado (os falsos mestres que estavam atrapalhando os gálatas) e volta-se para si mesmo (seu verdadeiro mestre, enviado de Deus). Parece que esses mestres tiveram até a coragem de declarar que Paulo era defensor de suas idéias. Estavam espalhando rumores de que Paulo também pregava e advogava a circuncisão. O apóstolo o nega categoricamente, e prossegue apresentando evidências da falsidade das reivindicações deles. Versículo 11: *Eu, porém, irmãos, se ainda prego a circuncisão, por que continuo sendo perseguido? Logo (isto é, se eu estou pregando a circuncisão) está desfeito o escândalo da cruz.*

Assim Paulo se coloca em completo contraste com os falsos mestres. Eles pregavam a circuncisão; ele pregava a Cristo e a cruz. Pregam a circuncisão é dizer aos pecadores que eles podem se salvar através de suas próprias boas obras; pregar a Cristo crucificado é dizer-lhes que eles não podem se salvar e que só Cristo pode salvá-los por meio da cruz. A mensagem da circuncisão é totalmente inofensiva e popular porque é lisonjeira; a mensagem de Cristo crucificado, entretanto, é ofensiva ao orgulho humano, impopular porque não é lisonjeira. Portanto, pregar a circuncisão é fugir da perseguição; pregar a Cristo crucificado é buscá-la. As pessoas detestam ouvir que só podem ser salvas ao pé da cruz, e se opõem ao pregador que lhes diz isso.

Considerando que Paulo estava sendo perseguido, ele argumenta que não estava pregando a circuncisão. Pelo contrário, estava pregando a Cristo crucificado, e a pedra de tropeço da cruz não fora removida. Os falsos mestres é que estavam pressionando os gálatas para que fossem circuncidados a fim de fugirem à perseguição da cruz de Cristo (veja Gl 6:12).

A perseguição ou oposição é uma característica de cada pregador cristão verdadeiro. Conforme vimos em Gálatas 4:29, os isaques deste mundo são sempre perseguidos pelos ismaéis. Os profetas do Antigo

Testamento, homens como Amós, Jeremias, Ezequiel e Daniel, como também os apóstolos do Novo Testamento, descobriram essa verdade. E, através dos séculos da igreja cristã, inclusive até o presente, os pregadores cristãos que se recusam a distorcer ou diluir o evangelho da graça têm de sofrer pela sua falta de fé. As boas novas de Cristo crucificado continuam sendo um “escândalo” (do grego, *skandalon*, pedra de tropeço), deploravelmente ofensivas ao nosso orgulho, pois dizem que somos pecadores, rebeldes, sujeitos à ira e à condenação de Deus, que nada podemos fazer para garantir a nossa salvação, e que apenas por meio de Cristo crucificado podemos ser salvos. Quem pregar esse evangelho encontra o ridículo e a oposição. Só quem prega “a circuncisão”, os méritos e a suficiência do ser humano é que escapa à perseguição e ganha popularidade.

Conclusão

O nosso século é um século de tolerância. As pessoas gostam de aproveitar o melhor de ambos os mundos e detestam ter que escolher. Comumente se diz que não faz diferença o que as pessoas crêem, contanto que sejam sinceras, e que é falta de sabedoria esclarecer demais a questão ou focalizá-la com demasiada severidade.

Mas a religião do Novo Testamento é muito diferente desta perspectiva mental. O Cristianismo não nos permite ficar sentados em cima do muro, ou viver em confusão mental; ele insiste conosco para que sejamos definidos e decisivos, e que escolhamos especificamente entre Cristo e a circuncisão. A “circuncisão” representa uma religião de realizações *humanas*, aquilo que se pode realizar através das próprias boas obras; “Cristo” representa uma religião de realizações *divinas*, o que Deus fez através da obra consumada de Cristo. A “circuncisão” significa a lei, as obras e a servidão; “Cristo” significa a graça, a fé e a liberdade. Todo mundo tem que escolher. Coisa impossível é o que os gálatas estavam tentando, isto é, acrescentar a circuncisão a Cristo e ficar com os dois. Isto não! A “circuncisão” e “Cristo” são mutuamente exclusivos.

Além disso, esta escolha tem de ser feita por todos, tanto o povo quanto os ministros da igreja, por aqueles que praticam e pelos que propagam a religião. Ou o povo “recebe” a Cristo ou recebe a circuncisão (versículo 2); ou os ministros “pregam” a Cristo ou pregam a circuncisão (versículo 11). Em princípio, não há uma terceira alternativa.

E por trás de nossa escolha esconde-se a nossa motivação. Quando nos inclinamos a agradar a nós mesmos e aos outros escolhemos a circuncisão. Diante da cruz temos de nos humilhar.

Gálatas 5:13-15

A natureza da liberdade cristã

Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne; sede, antes, servos uns dos outros, pelo amor. ¹⁴Porque toda a lei se cumpre em um só preceito, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. ¹⁵Se vós, porém, vos mordeis e devorais uns aos outros, vede que não sejais mutuamente destruídos.

“Liberdade” é uma palavra que anda na boca de todo mundo nos dias de hoje. Há diferentes formas de liberdade, e muitas e diferentes pessoas a advogam e solicitam. Temos o nacionalista africano que obteve “Uhuru” para o seu país: liberdade do governo colonial. Temos o economista que crê no comércio livre, na suspensão das tarifas. Temos o capitalista que não gosta do controle central porque impede o livre empreendimento, e temos o comunista que reivindica a libertação do proletariado da exploração capitalista. Temos as quatro famosas liberdades pela primeira vez enunciadas pelo Presidente Roosevelt, em 1941, quando ele falou de “liberdade de falar em qualquer parte, liberdade de prestar culto em qualquer lugar, liberdade de miséria por toda parte, e liberdade do medo em qualquer lugar”.

Que tipo de liberdade é a liberdade cristã? Em primeiro lugar, conforme já vimos no capítulo anterior, é uma liberdade de consciência. De acordo com o evangelho cristão, nenhum homem é verdadeiramente livre até que Jesus Cristo o liberte do seu sentimento de culpa. E Paulo diz aos gálatas que eles foram “chamados” para essa liberdade. Isso também se aplica a nós. Nossa vida cristã não começa com a decisão de seguir a Cristo, mas com o chamamento de Deus para fazê-lo. Em sua graça, ele tomou a iniciativa enquanto ainda nos encontrávamos em nossa rebeldia e pecado. Nesse estado nós não tínhamos desejo de abandonar o pecado para abraçar a Cristo, nem tínhamos a capacidade de fazê-lo. Mas ele veio até nós e nos chamou para a liberdade.

Paulo sabia disso de experiência própria, pois Deus o “chamou pela sua graça” (1:15). Os gálatas o sabiam também de sua própria experiência, pois Paulo queixa-se de que eles estavam desertando muito rapidamente daquele que os “chamou na graça de Cristo” (1:6). Os cris-

tãos de hoje também o sabem. Se somos cristãos, não é por nossos próprios méritos, mas pela vocação graciosa de Deus.

“Chamados à liberdade!” Este é o significado de ser cristão, e é trágico que o homem comum não saiba disso. A imagem popular do cristianismo de hoje não é liberdade alguma, mas, sim, uma servidão cruel e limitante. Mas cristianismo não é escravidão; é um chamamento da graça para a liberdade. Também não é privilégio excepcional de uns poucos crentes, mas, antes, a herança comum de todos os cristãos, sem distinção. Por isso é que Paulo acrescenta “irmãos”. Cada irmão cristão e cada irmã cristã foi chamado por Deus, e foi chamado para a liberdade.

Quais são as implicações da liberdade cristã? Será que inclui liberdade de todo o tipo de restrição e repressão? Será que a liberdade cristã é uma outra palavra para anarquia? O próprio Paulo foi acusado de ensinar isso, e foi uma zombaria comum que os seus detratores usaram. Assim, tendo afirmado que fomos chamados para a liberdade, ele imediatamente explica o que é a liberdade para a qual fomos chamados, a fim de esclarecer falsas interpretações e protegê-la de abuso irresponsável. Resumindo, é liberdade da terrível servidão de buscar o merecimento do favor de Deus; não é liberdade de todo o controle.

1. A Liberdade Cristã Não É Liberdade para Satisfazer a Carne (v. 13)

Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne. “A carne”, na linguagem do apóstolo Paulo, não é aquilo que reveste nosso esqueleto, mas a nossa natureza humana caída, que nós herdamos de nossos pais e que eles herdaram dos seus, e que foi distorcida pelo egocentrismo e, portanto, inclina-se ao pecado. Não devemos usar a nossa liberdade cristã para satisfazer e dar “ocasião” a essa “carne”. A palavra grega aqui traduzida por “ocasião” (*aphormè*) era usada no contexto militar referindo-se a um lugar do qual se lança uma ofensiva, ou uma base de operações. Portanto significa um lugar vantajoso, e assim uma oportunidade ou pretexto. Assim, a nossa liberdade em Cristo não deve ser usada como um pretexto para a auto-indulgência.

A liberdade cristã é liberdade *do* pecado, não liberdade *para* pecar. É uma liberdade irrestrita para aproximar-se de Deus como seus filhos, não uma liberdade irrestrita para chafurdar em nosso egoísmo. A *Bíblia na Linguagem de Hoje* diz: “Porém vocês, irmãos, foram chamados para serem livres. Mas não deixem que essa liberdade se torne uma desculpa para se deixarem dominar pelos desejos humanos.” Na verdade, essa “liberdade”, uma licenciosidade desenfreada, não é liber-

dade alguma; é outra forma mais terrível de servidão, uma escravidão aos desejos de nossa natureza caída. Jesus disse aos judeus: “Todo o que comete pecado é escravo do pecado” (Jo 8:34). E Paulo nos descreve em nossa condição antes da conversão como sendo “escravos de toda a sorte de paixões e prazeres” (Tt 3:3).

Em nossa sociedade de hoje temos muitos escravos desse tipo. Proclamam em altas vozes a sua liberdade. Falam de amor livre e vida livre. Mas, na realidade, são escravos de seus próprios apetites, aos quais deram rédea solta simplesmente porque não conseguem controlá-los.

A liberdade cristã é muito diferente. Longe de serem livres para satisfazer a carne, os cristãos “crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências” (versículo 24). Isto é, repudiamos totalmente as reivindicações de nossa natureza inferior para nos governar. Em uma imagem viva que Paulo empresta de Jesus, ele diz que nós a “crucificamos”, que a pregamos na cruz. Agora procuramos viver no Espírito, recebendo a promessa de que, se o fizermos, jamais satisfaremos a concupiscência da carne (versículo 16). Pelo contrário, o Espírito Santo vai produzir o seu fruto em nossas vidas, culminando com o domínio próprio (versículo 23). Vamos considerar esses versículos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

2. Liberdade Cristã Não É Liberdade para Explorar Meu Próximo (vs. 13b, 15)

O versículo 13 termina assim: *sede, antes, servos uns dos outros, pelo amor*. A liberdade cristã não é liberdade para fazer a minha vontade sem respeitar o bem-estar do meu próximo, nem tampouco fazer a minha vontade para satisfazer a minha carne. É liberdade para me aproximar de Deus sem medo, não liberdade para explorar o meu próximo sem amor.

Na verdade, longe de ter liberdade para ignorar, negligenciar ou abusar do nosso próximo, recebemos ordem para amá-lo e, através do amor, servi-lo. Não podemos usá-lo como se fosse uma *coisa* para nos servir; temos de respeitá-lo como *pessoa* e nos dedicar a servi-lo. Através do amor temos de nos tornar “escravos” (a palavra grega é *douleute*) uns dos outros, “não um senhor com uma porção de escravos, mas sendo cada um um pobre escravo com uma porção de senhores”,¹ sacrificando o nosso bem pelo bem dos outros, e não o bem deles pelo nosso. A liberdade cristã é serviço, não egoísmo.

É um paradoxo notável, pois, de um determinado ponto de vista,

1. Neill, pág. 60.

a liberdade cristã é uma forma de escravidão: não escravidão para com a nossa carne, mas para com o nosso próximo. Somos livres em nosso relacionamento com Deus, mas escravos em nosso relacionamento com os outros.

Esse é o significado do amor. Se nos amamos uns aos outros, servimo-nos uns aos outros; e, se nos servimos uns aos outros, não nos “mordemos” nem nos “devoramos” uns aos outros (versículo 15) com palavras ou atos maliciosos. Morder e devorar são atos destrutivos, “uma conduta mais apropriada a animais selvagens do que a irmãos em Cristo”,¹ ao passo que o amor é construtivo: ele serve. E Paulo prossegue mais adiante (versículo 22) descrevendo alguns dos sinais do amor, a saber, “longanimidade”, “benignidade”, “bondade” e “fidelidade”. O amor é paciente para com aqueles que nos irritam e provocam. O amor tem bons pensamentos e atitudes boas. O amor é leal, digno de confiança, fidedigno, confiável. Além disso, se nos amamos uns aos outros, “levamos as cargas uns dos outros” (6:2), pois o amor nunca é cobiçoso nem ganancioso. É sempre expansivo, nunca possessivo. Na verdade, amar uma pessoa não é possuí-la para mim, mas servi-la para ela mesma.

3. A Liberdade Cristã Não É Liberdade para Ignorar a Lei (v. 14)

Porque toda a lei se cumpre em um só preceito, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Devemos prestar muita atenção ao que o apóstolo escreve aqui. Ele não diz, como alguns dos “novos moralistas”, que se nos amamos uns aos outros podemos impunemente *transgredir* a lei no interesse do amor; pelo contrário, diz que se nos amamos uns aos outros devemos *cumprir* a lei, pois a lei se resume toda neste mandamento: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo.”

Qual é o relacionamento do cristão com a lei? A chamada “nova moralidade” insiste nessa pergunta com certa urgência. É realmente verdade que Paulo nos diz que, se somos cristãos, fomos libertados da lei; não estamos mais debaixo da lei e não devemos nos submeter novamente ao “jugo da escravidão”, que é a lei (versículo 1). Mas devemos nos esforçar para captar o significado dessas expressões. Essa liberdade cristã que nos libertou da lei, a qual ele enfatiza, trata do nosso relacionamento com Deus. Significa que a nossa aceitação não depende de nossa obediência às exigências da lei, mas da fé em Jesus Cristo, que assumiu a maldição da lei quando morreu. Certamente não significa que estamos livres para ignorar a lei ou desobedecê-la.

1. Cole, pág. 157.

Pelo contrário, embora não possamos ser aceitos por guardar a lei, depois que somos aceitos continuamos guardando a lei por causa do amor que temos a Deus, que nos aceitou e nos deu o seu Espírito para nos capacitar a guardá-la. Na terminologia do Novo Testamento, embora a nossa justificação não dependa da lei mas de Cristo crucificado, a nossa santificação consiste no cumprimento da lei. Cf. Romanos 8:3,4.

Além disso, se nos amamos uns aos outros como também a Deus, acabamos obedecendo à sua lei, pois toda a lei de Deus (pelo menos a segunda tábua da lei, que trata de nossos deveres para com o nosso próximo) se cumpre neste único ponto: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”; e o homicídio, o adultério, o roubo, a cobiça e o falso testemunho são todas infrações dessa lei do amor. Paulo diz a mesma coisa em 6:2: “Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo.”

Conclusão

Este parágrafo fala de maneira relevante sobre a situação contemporânea do mundo e da igreja, especialmente no que se refere à moderna “nova moralidade” e à moderna rejeição da autoridade. Diz respeito ao relacionamento entre a liberdade, a licenciosidade, a lei e o amor.

Logo no começo ele nos diz que somos “chamados à liberdade”, liberdade essa que é paz com Deus, purificação de nossa consciência culpada através da fé em Cristo crucificado, a inefável alegria do perdão, da aceitação, o acesso à filiação, a experiência da misericórdia sem méritos.

Prossegue descrevendo como essa liberdade dos sistemas de méritos se expressa em nosso dever para conosco, para com o próximo e para com Deus. Não é liberdade para satisfazer a carne, mas para controlar a carne; não é liberdade para explorar o próximo, mas para servi-lo; não é liberdade para ignorar a lei, mas para cumpri-la. Todos os que foram realmente libertados por Jesus Cristo expressam sua liberdade dessas três maneiras: primeiro no domínio próprio, depois no amor e no serviço ao próximo e, em terceiro lugar, na obediência à lei do seu Deus.

Essa é a liberdade com a qual “Cristo nos libertou” (versículo 1) e para a qual fomos “chamados” (versículo 13). Devemos permanecer firmes nela, sem recair na escravidão, de um lado, ou na licenciosidade, de outro.

Gálatas 5:16-25

A carne e o Espírito

Digo, porém: Andai no Espírito, e jamais satisfareis à concupiscência da carne. ¹⁷Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que porventura seja do vosso querer. ¹⁸Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais sob a lei. ¹⁹Ora, as obras da carne são conhecidas, e são: prostituição, impureza, lascívia, ²⁰idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, ²¹invejas, bebedices, gluttonarias, e cousas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos declaro, como já outrora vos preveni, que não herdarão o reino de Deus os que tais cousas praticam. ²²Mas o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, ²³mansidão, domínio próprio. Contra estas cousas não há lei. ²⁴E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências.

²⁵Se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito.

A grande ênfase da segunda metade da Epístola aos Gálatas é que em Cristo a vida é liberdade. Estávamos sob servidão da maldição ou condenação da lei, mas Cristo nos libertou dela. Éramos escravos do pecado, mas agora somos filhos de Deus.

Mas cada vez que Paulo escreve sobre a liberdade ele acrescenta a advertência de que ela pode ser muito facilmente perdida. Há os que deslizam da liberdade para a escravidão (5:1); outros transformam sua liberdade em licenciosidade (5:13). Este foi o tema de Paulo nos últimos dois parágrafos que já consideramos. Particularmente nos versículos 13 a 15 ele enfatizou que a verdadeira liberdade cristã se expressa no autocontrole, no serviço cheio de amor prestado ao nosso próximo e na obediência à lei de Deus. A questão agora é: como essas coisas são possíveis? E a resposta é: pelo Espírito Santo. Só ele pode nos manter verdadeiramente livres.

Esta seção na qual Paulo desenvolve esse tema está simplesmente cheia do Espírito Santo. Ele é mencionado sete vezes. É apresentado como o nosso santificador, é o único que pode se opor à nossa carne e subjugar-la (versículos 16, 17), capacitar-nos a cumprir a lei para ser-

mos libertados do seu sombrio domínio (versículo 18) e produzir o fruto da justiça em nossas vidas (versículos 22, 23). Assim, o desfrutar a liberdade cristã depende do Espírito Santo. Na verdade, é Cristo que nos liberta. Mas sem a obra contínua, orientadora e santificadora do Espírito Santo, a nossa liberdade tende a degenerar em licenciosidade.

O tema deste parágrafo pode ser dividido em duas partes, intituladas “o fato do conflito cristão” e “o caminho da vitória cristã”.

1. O Fato do Conflito Cristão (vs. 16-23)

Os combatentes no conflito cristão são chamados de “a carne” e “o Espírito”. Versículos 16 e 17: *Andai no Espírito, e jamais satisfareis à concupiscência da carne. Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne...* Com “carne” Paulo quer dizer o que somos por natureza e hereditariedade, nossa condição caída, o que a *Bíblia na Linguagem de Hoje* chama de “os desejos da natureza humana”. Com “Espírito” ele parece referir-se ao próprio Espírito Santo, que nos renova e regenera, primeiro dando-nos uma nova natureza e, então, permanecendo em nós. Mais simplesmente, poderíamos dizer que “a carne” representa o que somos por nascimento natural, e “o Espírito” o que nos tornamos pelo novo nascimento, o nascimento do Espírito. E estes dois, a carne e o Espírito, vivem em ferrenha oposição.

Alguns mestres sustentam que o cristão não tem conflito interior, ou qualquer guerra civil dentro de si, pois, segundo eles, a sua carne foi erradicada e sua velha natureza está morta. Esta passagem contradiz tal ponto de vista. Os cristãos, na expressão vívida de Lutero, não são feitos de “pau e pedra”, isto é, não são pessoas que “nunca se emocionam com nada, nunca sentem qualquer desejo ou anseio da carne”.¹ É verdade que, à medida que aprendemos a andar no Espírito, a carne fica cada vez mais subjugada. Mas a carne e o Espírito permanecem, e o conflito entre eles é feroz e incessante. Na verdade, podemos até dizer que este é um conflito especificamente cristão. Não negamos que exista uma coisa chamada conflito moral nas pessoas que não são cristãs; no entanto, ele é mais feroz nos cristãos porque eles possuem duas naturezas, a carne e o Espírito, que vivem em um antagonismo irreconciliável.

Consideremos agora o tipo de comportamento através do qual se expressam as duas naturezas.

1. Lutero, pág. 508.

a. *As obras da carne* (vs. 18-21)

As obras da carne, diz Paulo, *são conhecidas*. São óbvias a todos. A carne propriamente dita, a nossa velha natureza, é secreta e invisível; mas as suas obras, as palavras e os atos pelos quais se manifesta, são públicos e evidentes. E quais são?

Antes de examinarmos a lista das “obras da carne”, convém dizer algo mais sobre a expressão “a concupiscência da carne” (versículo 16). Infelizmente essa expressão veio a ter em português uma conotação que o seu equivalente grego não tem. Atualmente, “concupiscência” significa “desejo sexual descontrolado” e “carne” significa “corpo”, de modo que “a concupiscência da carne” e “os pecados da carne” são (na linguagem comum) aqueles atos relacionados com os nossos apetites físicos. Mas o que Paulo quis dizer é muito mais do que isso. Para ele “a concupiscência da carne” é todo desejo pecaminoso de nossa natureza caída. Isto fica bem explícito no seu feio catálogo de “obras da carne”.

Não que a lista seja exaustiva, pois ele a conclui dizendo “e cousas semelhantes” (versículo 21). Mas o que ele inclui abrange pelo menos quatro áreas: sexo, religião, sociedade e alimentação.

Primeiro, a área do sexo: *prostituição, impureza, lascívia* (versículo 19). A palavra “prostituição” geralmente é traduzida por “fornicação”, dando a entender uma relação sexual entre pessoas que não são casadas; mas pode referir-se a qualquer tipo de comportamento sexual ilegal. Talvez “impureza” pudesse ser traduzida por “comportamento anormal”¹ e “lascívia” por “indecência”, uma alusão a “um público e atrevido desprezo pelo decoro”.² Essas três palavras são suficientes para mostrar que todas as ofensas sexuais, sejam elas públicas ou particulares, “naturais” ou “anormais”, entre pessoas casadas ou solteiras, devem ser classificadas como obras da carne.

Em segundo lugar temos a área da religião: *idolatria, feitiçarias* (versículo 20). É importante perceber que a idolatria é tão obra da carne quanto a imoralidade, e que assim as obras da carne incluem ofensas contra Deus além das ofensas contra o próximo ou contra nós mesmos. Se “idolatria” é o impudente culto prestado a outros deuses, “feitiçaria” é “o intercâmbio secreto com os poderes do mal”.³

Terceiro, a área social. Paulo nos dá agora oito exemplos de colapso de relacionamentos pessoais, que a *Bíblia na Linguagem de Hoje* traduz por “inimizades, brigas, ciúmeiras, acessos de raiva, ambição egoísta (ou “acessos de cólera” e “rivalidades”⁴), desunião, paixão partidária, invejas” (versículos 20, 21).

1. Cole, pág. 161. 2. Lightfoot, pág. 210. 3. Lightfoot, pág. 211. 4. Cole, págs. 161, 163.

Quarto, a área da alimentação: *bebedices, glotonarias* (ou, segundo a BLH, “farras”, versículo 21).

A esta lista de obras da carne no campo do sexo, da religião, da sociedade e da alimentação, Paulo acrescenta uma solene advertência: *como já outrora vos preveni* (quando esteve com eles na Galácia), *que não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam* (o verbo *prassontes* refere-se a uma prática habitual e não a um acontecimento isolado, versículo 21). Considerando que o reino de Deus é um reino de piedade, retidão e autocontrole, aqueles que satisfazem a carne serão excluídos dele, pois tais obras dão evidência de que não estão em Cristo. E, se não estão em Cristo, não são descendência de Abraão, não são “herdeiros segundo a promessa” (3:29). Quanto a outras referências à nossa herança em Cristo, esperadas ou perdidas, veja Gálatas 4:7,30.

b. O fruto do Espírito (vs. 22, 23)

Temos aqui um aglomerado de nove graças cristãs que parecem descrever a atitude do cristão para com Deus, outras pessoas e ele mesmo.

Amor, alegria, paz. Esta é uma tríade de virtudes cristãs universais. Mas parece que se referem principalmente a nossa atitude para com Deus, pois o primeiro amor do cristão é o seu amor a Deus, sua principal alegria é a sua alegria em Deus e a sua paz mais profunda é a sua paz com Deus.

A seguir, temos *longanimidade, benignidade, bondade*. São virtudes sociais, principalmente voltadas para os outros e não para Deus. “Longanimidade” é paciência para com aqueles que nos irritam ou perseguem. “Benignidade” é uma questão de disposição, e “bondade” refere-se a palavras e atos.

A terceira tríade é *fidelidade, mansidão, domínio próprio*. “Fidelidade” parece descrever a certeza de se poder confiar em uma pessoa cristã. “Mansidão” é aquela atitude de humildade que Cristo tem (Mt 11:29; 2 Co 10:1). E ambas são aspectos do “autocontrole” ou “domínio próprio”, que encerra a lista.

Assim, podemos dizer que “amor, alegria, paz” vão principalmente na direção de Deus; “longanimidade, benignidade, bondade”, na direção do homem; e “fidelidade, mansidão, domínio próprio”, para consigo mesmo. E todos eles são “o fruto do Espírito”, o produto natural que aparece na vida dos cristãos dirigidos pelo Espírito. Por isso Paulo acrescenta novamente: *Contra estas cousas não há lei* (versículo 23), pois a função da lei é controlar, restringir, impedir, e aqui não há necessidade de limitações.

Tendo examinado separadamente “as obras da carne” e “fruto do Espírito”, torna-se mais claro do que nunca para nós que “a carne” e “o Espírito” estão em conflito ativo um contra o outro. Eles nos empurram para direções opostas. Existe entre os dois “uma rivalidade interminável e mortal”.¹ E o resultado desse conflito é: “para que não façais o que porventura seja do vosso querer” (final do versículo 17). O paralelo entre esta pequena frase e a segunda parte de Romanos 7 é, no meu parecer, íntimo demais para ser accidental. Cada cristão renovado pode dizer: “No tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus” (Rm 7:22). Isto é, “eu a amo e desejo cumpri-la. Minha nova natureza tem fome de Deus, de santidade e de bondade. Eu quero ser bom e fazer o bem.” Esta é a linguagem de cada crente regenerado. “Mas”, ele deve acrescentar, “por mim mesmo, ainda que tenha esses desejos renovados, não consigo fazer o que quero. Por que não? Por causa do pecado que habita em mim.” Ou, como o apóstolo o expressa aqui em Gálatas 5, “por causa dos fortes desejos da carne que anseiam contra o Espírito”.

É este é o conflito cristão: ameaçador, doloroso e incessante. Além disso, é um conflito no qual *por si mesmo* o cristão simplesmente não consegue ser vitorioso. Ele se vê obrigado a dizer: “O querer o bem está em mim; não, porém, o efetuar-lo” (Rm 7:18); ou, falando como se fosse para si mesmo: “Você não consegue fazer as coisas que deveria” (Gl 5:17).

“E isso é tudo?”, algum leitor perplexo estará perguntando. “A trágica confissão de que eu não consigo fazer o que deveria é a última palavra sobre o conflito moral interior do cristão? Isso é tudo o que o Cristianismo oferece: uma experiência de contínua derrota?” Na verdade, não. Se ficassemos abandonados a nós mesmos, não conseguiríamos fazer o que devemos; pelo contrário, sucumbiríamos aos desejos de nossa velha natureza. Mas, se “andamos pelo Espírito” (versículo 16), *então* não satisfazemos os desejos da carne. Ainda os experimentamos, mas não os satisfazemos. Pelo contrário, produzimos o fruto do Espírito.

2. O Caminho da Vitória Cristã (vs. 24, 25)

O que devemos fazer para controlar a concupiscência da carne e produzir o fruto do Espírito? Em síntese, a resposta é a seguinte: devemos manter a devida atitude cristã. Nas palavras do próprio apóstolo, devemos “crucificar” a carne e “andar no Espírito”.

1. Lightfoot, pág. 209.

a. *Devemos crucificar a carne*

A frase ocorre no versículo 24: *E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências*. Este versículo é freqüentemente mal interpretado. Observe que a “crucificação” da carne descrita aqui não é uma coisa feita *a* nós mas *por* nós. Nós é que “crucificamos a carne”. Talvez eu deva explicar melhor a interpretação popular, dizendo que Gálatas 5:24 não nos ensina a mesma verdade que Gálatas 2:20 ou Romanos 6:6. Nesses versículos somos instruídos que, através de uma união pela fé com Cristo, “fomos crucificados com ele”. Mas aqui somos nós que agimos. Nós “crucificamos” a nossa velha natureza. Agora não se trata de “morrer”, o que já experimentamos através de nossa união com Cristo; é, antes, um deliberado “matar”.

O que significa isso? Paulo toma emprestada a imagem da crucificação do próprio Cristo, naturalmente, que disse: “Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8:34). “Tomar a cruz” era a vívida imagem que nosso Senhor usava para falar de renúncia. Todo discípulo de Cristo deve comportar-se como um criminoso condenado e carregar a sua cruz até o lugar da execução. Agora Paulo dá à metáfora a sua conclusão lógica. Além de tomar a nossa cruz e caminhar com ela, devemos verificar se a execução realmente aconteceu. Temos de realmente tomar a carne, nosso eu voluntarioso e volúvel, e (falando por metáfora) pregá-lo na cruz. Essa é a pitoresca descrição que Paulo faz do arrependimento, do voltar nossas costas à antiga vida de egoísmo e pecado, repudiando-a final e totalmente.

O fato de ser a “crucificação” o destino da carne é muito significativo. Sempre é perigoso argumentar com analogias; mas eu creio que estes pontos, longe de serem imaginários, fazem parte da idéia da crucificação e não podem ser separados dela.

Primeiro, a rejeição que o cristão faz de sua velha natureza tem de ser *impiedosa*. A crucificação no mundo greco-romano não era uma forma agradável de execução, nem era administrada a pessoas simpáticas e finas; era reservada para os piores criminosos, razão por que era considerada uma coisa vergonhosa Jesus Cristo ter sido crucificado. Se, portanto, nós temos de “crucificar” a nossa carne, está claro que a carne não é algo respeitável que deva ser tratado com cortesia e deferência, mas uma coisa tão maligna que nada mais merece a não ser crucificação.

Segundo, a nossa rejeição da velha natureza será *dolorosa*. A cru-

cificação era uma forma de execução “acompanhada de intensas dores” (Grimm-Thayer). E quem de nós não conhece o profundo sofrimento de um conflito íntimo quando os “prazeres transitórios do pecado” (Hb 11:25) são renunciados?

Terceiro, a rejeição de nossa velha natureza tem de ser *decisiva*. A morte pela crucificação, embora fosse lenta, era uma morte certa. Os criminosos que eram pregados na cruz não sobreviviam. John Brown apresenta-nos o significado desse fato: “A crucificação... produzia morte não súbita mas gradual.. Os verdadeiros cristãos... não conseguem destruí-la (isto é, a carne) completamente enquanto se encontram aqui embaixo; mas eles a fixaram na cruz, e estão determinados a mantê-la ali até que expire.”¹ Quando um criminoso era pregado na cruz ficava ali até morrer. Os soldados ficavam no cenário da execução para guardar a vítima. Seu dever era evitar que alguém retirasse a pessoa da cruz, pelo menos não antes de morrer. “E os que são de Cristo Jesus”, diz Paulo, “crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências.” O verbo grego está no tempo aoristo, indicando que isso é algo que nós fizemos decisivamente no momento da conversão. Quando vamos a Jesus Cristo, arrependemo-nos. “Crucificamos” tudo o que sabemos que está errado. Tomamos a nossa velha natureza egocêntrica, com todas as suas paixões e desejos pecaminosos, e a pregamos na cruz. E esse nosso arrependimento foi decisivo, tão decisivo quanto uma crucificação. Então, Paulo diz, se crucificamos a carne, devemos abandoná-la ali para morrer. Devemos renovar diariamente essa atitude de rejeição impiedosa e intransigente para com o pecado. Na linguagem de Jesus, como Lucas a registra, cada cristão deve “*dia a dia* tomar a sua cruz” (Lc 9:23).

Este ensinamento bíblico tem sido tão amplamente negligenciado que agora precisa ser reforçado. O primeiro grande segredo da santidade jaz no grau e na determinação de nosso arrependimento. Se pecados insistentes persistentemente nos perseguem, ou é porque não nos arrependemos verdadeiramente, ou porque, tendo nos arrependido, não permanecemos em nosso arrependimento. É como se, tendo pregado a nossa velha natureza na cruz, continuássemos ansiosamente retornando à cena da sua execução. Começamos a acariciá-la, a mimá-la, a ansiar por sua libertação, até mesmo tentamos retirá-la novamente da cruz. Precisamos aprender a deixá-la lá. Quando algum pensamento invejoso, arrogante, malicioso ou impuro invade nossa mente, devemos chutá-lo imediatamente. É fatal se começamos a examiná-lo con-

1. Brown, pág. 309.

siderando se vamos ou não aceitá-lo. Nós já declaramos guerra contra ele; não vamos fazer negociações. Resolvemos a questão para sempre; não vamos reconsiderá-la. Crucificamos a carne; não vamos jamais arrancar os pregos.

b. Devemos andar no Espírito

Examinemos agora a atitude que devemos adotar para com o Espírito Santo. Isto foi descrito de duas maneiras. Primeiro, devemos ser *guiados pelo Espírito* (versículo 18). Segundo, devemos *andar no* (ou pelo) *Espírito* (versículos 16 e 25). Em ambas as expressões no texto grego, “o Espírito” vem em primeiro lugar como ênfase, foi usado um dativo simples (sem a preposição “em” ou “por”) e o verbo está no presente contínuo. Ao mesmo tempo há uma diferença clara entre “ser guiado pelo Espírito” e “andar pelo Espírito”, pois aquela expressão está na voz passiva e esta, na ativa. É o Espírito quem guia, mas quem anda somos nós.

Primeiro, então, os cristãos são descritos como sendo “guiados pelo Espírito”. O verbo se usa para com o fazendeiro que pastoreia o gado, para com o pastor que conduz as ovelhas, para com os soldados que acompanham um prisioneiro ao tribunal ou à prisão, e para com o vento que impele um navio. É usado metaforicamente referindo-se tanto aos bons quanto aos maus espíritos, ao poder maligno de Satanás que desvia as pessoas (por exemplo, 1 Co 12:2; Ef 2:2) e ao Espírito Santo guardando Cristo durante as suas tentações no deserto (Lc 4:1,2) e conduzindo os filhos de Deus atualmente (Rm 8:14). Como nosso “líder” o Espírito Santo toma a iniciativa. Ele afirma seus desejos contra os da carne (versículo 17) e forma em nós desejos santos e celestiais. Ele nos pressiona com gentileza, e nós temos de nos submeter à sua orientação e controle.

E é dele essa voz gentil que ouvimos,
 Branda como a brisa do entardecer,
 Que controla cada falta, que acalma cada temor,
 E fala do céu.

Pois cada virtude que possuímos,
 E cada vitória que alcançamos,
 E cada pensamento de santidade,
 É dele somente.

É um grande erro, no entanto, pensar que todo o nosso dever se resume em uma submissão passiva ao controle do Espírito, como se tudo o que tivéssemos a fazer fosse submeter-nos à sua liderança. Pelo

contrário, nós temos de “andar”, de maneira ativa e propositada, no caminho direito. E o Espírito Santo é o caminho pelo qual andamos, como também o guia que nos mostra o caminho.

Isto se torna claro quando comparamos cuidadosamente os versículos 16 e 25. Em português os dois versículos contêm o verbo “andar”, mas as palavras gregas são diferentes. O verbo no versículo 16 é a palavra comum usada para andar, mas no versículo 25 (*stoicheō*) refere-se literalmente a pessoas que estão sendo “colocadas na fila”. Por isso significa “andar na linha” ou “estar alinhando com”. É usada para com os crentes que, partilhando da fé de Abraão, “andam nas pisadas” de Abraão, ou seguem o seu exemplo (Rm 4:12). Semelhantemente, descreve os cristãos que “andam de acordo com” a posição que já alcançaram (Fp 3:16), ou as exigências da lei (At 21:24), ou a verdade do evangelho (Gl 6:16). Em cada caso há uma regra, um padrão ou um princípio que está sendo seguido. Em Gálatas 5:25 esta “regra” ou “linha” é o próprio Espírito Santo e a sua vontade. Assim, “andar no Espírito” é andar deliberadamente ao longo do caminho ou de acordo com a linha que o Espírito Santo estabelece. O Espírito nos “guia”; mas nós temos de “andar no” Espírito ou de acordo com as suas regras.

Portanto, assim como devemos “crucificar a carne”, repudiando o que sabemos ser errado, também devemos “andar no Espírito”, dispondo-nos a seguir o que sabemos que é certo. Rejeitamos um caminho para andar no outro. Abandonamos o que é mau a fim de nos ocuparmos do que é bom. E se é importante que sejamos cruéis no abandono das coisas da carne, também é de importância vital sermos disciplinados quando abraçamos as coisas do Espírito. As Escrituras dizem que devemos “cogitar nas coisas do Espírito”, “buscar as coisas lá do alto”, “pensar nas cousas lá do alto”, “pensar nessas coisas” (isto é, tudo o que é respeitável, justo, puro, amável, de boa fama).¹

Isso será percebido em todo o nosso modo de viver, no lazer que buscamos, nos livros que lemos e nas amizades que fazemos. Acima de tudo, no que os autores mais antigos chamavam de “um diligente uso dos meios da graça”, isto é, na prática disciplinada da oração e da meditação nas Escrituras, na comunhão com os crentes, que nos leva ao amor e às boas obras, na guarda do dia do Senhor como dia do Senhor, e na frequência aos cultos públicos e à ceia do Senhor. Em tudo isso ocupamo-nos de coisas espirituais. Não basta submeter-nos passivamente ao controle do Espírito; também temos de andar ativamente no caminho do Espírito. Só assim aparecerá o fruto do Espírito.

1. Rm 8:5,6; Cl 3:1,2; Fp 4:8.

Conclusão

Vimos que as obras da carne são muitas e más; que o fruto do Espírito é agradável e desejável; que a carne e o Espírito estão em contínuo conflito entre si, de modo que por nós mesmos não conseguimos fazer o que desejamos; e que o nosso dever é crucificar a carne, rejeitar seus caminhos malignos e andar no Espírito, adotando os seus bons modos.

Essa vitória está ao alcance de todo cristão, pois todo cristão “crucificou a carne” (versículo 24) e todo cristão “vive no Espírito” (versículo 25). Nossa tarefa é reservar um tempo todos os dias para pensar nessas verdades, e viver de acordo com elas. Se crucificamos a carne (e é o que fizemos), então devemos deixá-la bem pregada na cruz, onde ela merece ficar; não devemos brincar com os pregos. E, se vivemos no Espírito (e é o que fazemos), então devemos andar no Espírito. Portanto, quando o tentador chegar com insinuações malignas, devemos atacá-lo selvagememente, dizendo: “Eu pertenço a Cristo. Eu crucifiquei a carne. Está totalmente fora de questão até mesmo sonhar em fazê-la descer da cruz.” E novamente: “Eu pertenço a Cristo. O Espírito habita em mim. Portanto vou pensar nas coisas do Espírito e andar no Espírito, de acordo com as suas regras e linha, dia a dia.”

Gálatas 5:26 – 6:5

Reciprocidade no relacionamento cristão

Não nos deixemos possuir de vanglória, provocando uns aos outros, tendo inveja uns dos outros.

¹*Irmãos, se alguém for surpreendido nalguma falta, vós, que sois espirituais, corrigi-o, com o espírito de brandura; e guarda-te para que não sejas também tentado.* ²*Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo.* ³*Porque se alguém julga ser alguma coisa, não sendo nada, a si mesmo se engana.* ⁴*Mas prove cada um o seu labor, e então terá motivo de gloriar-se unicamente em si, e não em outro.* ⁵*Porque cada um levará o seu próprio fardo.*

Em Gálatas 5:16-25 o apóstolo Paulo descreveu o conflito cristão entre a carne e o Espírito, e o caminho da vitória por meio da crucificação da carne e do andar no Espírito.

Gálatas 5:26 – 6:5 descreve um dos resultados práticos dessa vitória. Trata de nossos relacionamentos pessoais, especialmente com companheiros crentes na congregação. Isso está claro nas exortações dos versículos 25 e 26. Versículo 25: *Se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito.* Versículo 26: *Não nos deixemos possuir de vanglória, provocando uns aos outros, tendo inveja uns dos outros.* Efésios 5:18ss é semelhante, onde a ordem “enchei-vos do Espírito” inclui “falando entre vós” e “sujeitando-vos uns aos outros”. As duas passagens mostram que a primeira e grande evidência do nosso andar no Espírito ou do ser cheio do Espírito não é uma experiência mística particular de nossa propriedade particular, mas o nosso relacionamento prático de amor com as outras pessoas. E se o primeiro fruto do Espírito é o amor, isso se torna apenas lógico.

Mas é fácil falar acerca do “amor” em termos abstratos e generalizados; mais difícil é agir de maneira concreta, em situações particulares em que realmene demonstramos o nosso amor uns pelos outros. É disso que Paulo trata agora. Ele nos diz como devemos ou não nos comportar em relação aos outros quando andamos no Espírito.

1. Como os Cristãos Não Devem Tratar os Outros (v. 26)

Não nos deixemos possuir de vanglória (ou “presunção”), provocan-

do uns aos outros, tendo inveja uns dos outros. Este é um versículo muito instrutivo porque mostra que a nossa conduta para com os outros é determinada pela opinião que temos de nós mesmos. Quando somos “presunçosos” provocamos os outros e os invejamos. Esta palavra (o adjetivo grego *kenodoxos*) fala de uma pessoa cuja opinião de si mesma é vazia, vã ou falsa. Ela acalenta uma ilusão acerca de si mesma ou é simplesmente convencida. Agora, quando somos convencidos, nosso relacionamento com os outros fica sujeito a ser envenenado. Na verdade, quando os relacionamentos com os outros se deterioram, o convencimento é quase sempre a causa básica. Segundo Paulo, quando somos convencidos inclinamo-nos a fazer uma de duas coisas: ou “provocamos” os outros ou os “invejamos”.

Primeiro, provocamos. Esse verbo grego (*prokaleō*) é raro no Novo Testamento. Significa “desafiar alguém para uma competição”. Implica em dizer que temos tanta certeza de nossa superioridade que desejamos demonstrá-la. Por isso desafiamos as pessoas a contestá-la para que tenhamos uma oportunidade de prová-la. Segundo, invejamos os outros, seus dons e realizações.

O que o apóstolo diz aqui está inteiramente de acordo com a nossa experiência. De um modo geral, nós adotamos uma dessas duas atitudes para com os outros. Somos motivados por sentimentos de inferioridade ou de superioridade. Se nos consideramos superiores às outras pessoas, nós as desafiamos, pois desejamos que conheçam e sintam a nossa superioridade. Se, por outro lado, nós as consideramos superiores a nós, ficamos com inveja. Nos dois casos a nossa atitude é por causa de “vanglória” ou “convencimento”; temos uma opinião tão cheia de fantasias a nosso respeito que não suportamos os rivais.

Muito diferente é aquele amor que é fruto do Espírito, que os cristãos apresentam quando andam no Espírito. Essas pessoas não são presunçosas, ou, então, procuram continuamente subjugar tal atitude pelo Espírito. Não pensam sobre si mesmas mais do que deveriam pensar; pensam com moderação (Rm 12:3). O Espírito Santo abriu seus olhos para ver o seu próprio pecado e também a importância e o valor das outras pessoas aos olhos de Deus. Pessoas que têm esse tipo de amor consideram as outras “mais importantes” e procuram oportunidades para servi-las.¹

1. Fp 2:3: “Nada façais por partidarismo, ou vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo.” Esta não pode ser uma ordem para que se considere a todos, inclusive os piores pecadores, como moralmente “superiores” (uma vez que a humildade não é cega nem perversa), mas, antes, para considerá-los como “mais importantes” e, portanto, dignos de serem servidos.

Resumindo, então, o verdadeiro relacionamento cristão é governado, não pela rivalidade, mas pelo serviço. A atitude correta para com as outras pessoas não é “eu sou melhor do que você e vou prová-lo”, nem “você é melhor do que eu e eu não gosto disso”, mas “você é uma pessoa importante, com direitos próprios (porque Deus fez você à própria imagem dele e Cristo morreu por você) e eu tenho a alegria e o privilégio de servi-lo.”

2. Como os Cristãos Devem Tratar os Outros (vs. 2-5)

O princípio geral encontra-se em Gálatas 6:2: *Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo.*

Observe a suposição que jaz por trás dessa ordem, isto é, que todos nós temos cargas e que Deus não pretende que as carreguemos sozinhos. Há pessoas que tentam. Acham que é um sinal de fortaleza não aborrecer os outros com os seus fardos. Tal fortaleza certamente é corajosa. Mas é estoicismo mais que cristianismo. Outros nos dizem que em Salmos 55:2 somos instruídos: “Confia os teus cuidados ao Senhor, e ele te susterá”, e que o Senhor Jesus convidou os sobrecarregados a irem a ele, prometendo-lhes descanso (Mt 11:28). Portanto, argumentam, temos um divino carregador de fardos que é totalmente suficiente, e é um sinal de fraqueza pedir alguma ajuda humana. Isso também é um engano deplorável. É verdade que Jesus Cristo é suficiente para levar o fardo de nosso pecado e culpa; ele o assumiu em seu próprio corpo quando morreu na cruz. Mas isso não acontece com os nossos outros fardos: nossas preocupações, tentações, dúvidas e tristezas. Certamente, também podemos lançar *esses* fardos sobre o Senhor. Podemos lançar sobre ele *todos* os nossos cuidados, pois ele cuida de nós (1 Pe 5:7). Mas, lembre-se, uma das maneiras pela qual ele assume *esses* fardos nossos é através das amizades humanas.

Um exemplo notável deste princípio nos é dado na carreira do apóstolo Paulo. Num estágio de sua vida ele sentiu-se terrivelmente sobrecarregado. Ele estava preocupado até a morte com a igreja de Corinto, e particularmente com a reação dos coríntios para com uma carta um tanto severa que ele lhes escrevera. Ele não encontrava descanso, tão grande era a sua expectativa. “Em tudo fomos atribulados”, ele escreveu, “lutas por fora, temores por dentro.” Então ele prosseguiu dizendo: “Porém, Deus que conforta os abatidos, nos consolou com a chegada de Tito” (2 Co 7:5,6). O consolo de Deus não lhe foi dado por meio de sua oração particular enquanto esperava no Senhor, mas através da companhia de um amigo e através das boas notícias que este lhe trouxe.

A amizade humana, através da qual levamos os fardos uns dos outros, faz parte do propósito de Deus para o seu povo. Assim, não deveríamos guardar nossos fardos para nós mesmos, mas, antes, procurar um amigo cristão que possa nos ajudar a carregá-los.

Através desses fardos que ajudamos a carregar “cumprimos a lei de Cristo” (versículo 2). Por causa da interessante ligação nesta sentença entre as “cargas” e a “lei”, é possível que Paulo esteja lançando um olhar para os judaizantes. Certamente algumas das exigências da lei são chamadas de “fardos” no Novo Testamento (por exemplo, Lc 11:46; At 15:10,28), e os judaizantes procuravam acumular os fardos dos gálatas exigindo que guardassem a lei para serem aceitos por Deus. Por isso talvez Paulo esteja se referindo a eles, realmente, dizendo que em vez de impor a lei como um fardo sobre os outros, eles deveriam antes carregar os fardos uns dos outros e cumprir assim a lei de Cristo.

A “lei de Cristo” é amar aos outros como ele nos ama; este foi o novo mandamento que ele deu (Jo 13:34; 15:12). Assim, tal como Paulo já havia declarado em Gálatas 5:14, amar o próximo é cumprir a lei. É impressionante que “amar ao próximo”, “levar os fardos uns dos outros” e “cumprir a lei” sejam três expressões equivalentes. Isso indica que amar os outros como Cristo nos amou não vai nos levar a algum ato heróico e espetacular de sacrifício, mas ao ministério muito mais prático e nada espetacular de carregar fardos. Se vemos uma mulher, uma criança ou uma pessoa idosa carregando uma mala pesada, não nos oferecemos para carregá-la? Assim, quando vemos uma pessoa com um pesado fardo em seu coração ou mente, devemos nos dispor a andar com ela e participar do seu fardo. Semelhantemente, devemos ser suficientemente humildes para deixar que outros compartilhem dos nossos fardos.

Carregar os fardos dos outros é um grande ministério. É uma coisa que cada cristão deveria e poderia fazer. É uma consequência natural do andar no Espírito. É cumprir a lei de Cristo. “Portanto”, escreveu Martinho Lutero, “os cristãos devem ter ombros fortes e ossos potentes”,¹ bastante resistentes para carregar fardos pesados.

O apóstolo continua no versículo 3: *Porque se alguém julga ser alguma coisa, não sendo nada, a si mesmo se engana.* A implicação parece ser que, se não carregarmos os fardos uns dos outros, acharemos que somos superiores. Não queremos nos rebaixar dessa forma; seria abaixo de nossa dignidade. Novamente parece, como em Gálatas 5:26, que a nossa conduta para com os *outros* é governada pela opinião que

1. Lutero, pág. 540.

fazemos de *nós mesmos*. Assim como provocamos e invejamos os outros por causa de nosso convencimento, da mesma forma, quando pensamos que somos “alguma coisa”, não queremos carregar seus fardos.

Mas pensar assim é enganar-se a si mesmo. Como já vimos antes, o convencimento é “vanglória”, é ter uma falsa opinião acerca de nós mesmos. A verdade é que não somos “alguma coisa”; somos “nada”. Será um exagero? Não quando o Espírito Santo abre os nossos olhos para que nos vejamos como somos, rebeldes para com Deus, que nos fez à sua imagem, nada merecendo da sua mão além da destruição. Quando entendemos isso e nos lembramos disso, não ficamos nos comparando com os outros favoravelmente, nem nos recusamos a servi-los ou a carregar os seus fardos.

Além disso, se somos cristãos, remidos por Deus através de Jesus Cristo, não vamos nos comparar uns com os outros. Essas comparações são odiosas e perigosas, como o apóstolo diz a seguir. Versículos 4 e 5: *Mas prove cada um seu labor, e então terá motivo de gloriar-se unicamente em si, e não em outro. Porque cada um levará o seu próprio fardo*. Em outras palavras, em vez de ficar analisando o nosso próximo e nos comparando com ele, devemos testar nosso próprio “labor”, pois temos de carregar nosso próprio “fardo”. Isto é, somos responsáveis diante de Deus pelo nosso trabalho, e um dia teremos de prestar contas a ele.

Não há contradição aqui entre o versículo 2, “Levai as cargas uns dos outros”, e o versículo 5, “cada um levará o seu próprio fardo”. A palavra grega para carga é diferente: *baros* (versículo 2) significa um peso ou fardo pesado, e *phortion* (versículo 5) é “um termo comum para pacote”.¹ Assim, devemos carregar os “fardos” que são pesados demais para uma pessoa carregar sozinha. Há, porém, um fardo que não podemos partilhar, (e na verdade nem é necessário, pois é um pacote bastante leve para qualquer um carregar), e este é a nossa responsabilidade diante de Deus no dia do juízo. Naquele dia você não poderá carregar o meu pacote, nem eu poderei carregar o seu. “Cada um levará o seu próprio fardo.”

3. Um Exemplo de Fardos Compartilhados (v. 1)

No versículo 1 o apóstolo Paulo dá aos seus leitores um exemplo especial de fardo compartilhado: *Irmãos, se alguém for surpreendido na alguma falta, vós, que sois espirituais corrigi-o, com o espírito de brandura; e guarda-te para que não sejas também tentado*. “Surpreender”

1. Lightfoot, pág. 217.

alguém no ato de pecar não é uma ocorrência incomum. O exemplo mais conhecido no Novo Testamento é o da mulher que os fariseus levaram a Jesus, dizendo ter sido “apanhada em flagrante adultério” (Jo 8:4). Mas nós temos muitas outras experiências, talvez menos sensacionais, quando uma pessoa é surpreendida ou apanhada em pecado. O apóstolo dá instruções para uma situação dessas. Em primeiro lugar ele nos diz o que devemos fazer; depois, quem deve fazê-lo e, em terceiro lugar, como isso deve ser feito.

a. O que fazer

Se alguém for surpreendido na alguma falta... corrija-o... O verbo é educativo. *Katartizō* significa “pôr em ordem” e assim “restaurar à condição anterior” (Arndt-Gingrich). Era usado no grego secular como um termo médico, referindo-se a encanar um osso fraturado ou deslocado. Em Marcos 1:19 foi aplicado aos apóstolos que estavam “remendando” suas redes (embora Arndt-Gingrich sugira uma interpretação mais ampla, isto é, que após a pescaria da noite, eles estavam “examinando” suas redes, “limpando-as, remendando-as e dobrando-as juntos”).

Observe como a orientação de Paulo é positiva. Se apanhamos alguém fazendo alguma coisa errada, não devemos permanecer inertes, sob o pretexto de que não é da nossa conta e não queremos nos envolver. Nem devemos desprezá-lo ou condená-lo em nossos corações e, se ele sofrer as conseqüências, não devemos dizer “bem feito” ou “colheu o que plantou”. Nem devemos contar ao pastor ou fazer fofocas com os nossos amigos da congregação. Não: devemos “corrigi-lo”; temos a obrigação de trazê-lo ao bom caminho”. Lutero aplica assim o mandamento: “Vá até ele, estenda-lhe a mão, levante-o novamente, console-o com palavras brandas e abrace-o com braços de mãe”.¹

Embora não haja aqui informações precisas sobre como devemos restaurar nosso irmão caído, Jesus nos dá instruções mais detalhadas em Mateus 18:15-17. Devemos ir até ele e apontar a sua falta, cara a cara e em particular. Jesus também tornou o nosso objetivo positivo e construtivo. Ele disse que devemos procurar “ganhá-lo”, assim como Paulo diz aqui que devemos “restaurá-lo”.

b. Quem deve fazê-lo

Vós, que sois espirituais, corrija-o. Alguns comentaristas acham que Paulo aqui está sendo sarcástico. Eles imaginam que tenha havido na

1. Lutero, pág. 538.

Galácia um grupo de pessoas superespirituais, que se intitulavam “partido espiritual”. Mas não temos evidência alguma de que tal partido existisse, assim como não há qualquer necessidade de ver sarcasmo nas palavras de Paulo. Ele está se referindo a cristãos “amadurecidos” ou “espirituais”, que mais tarde ele descreve melhor em 1 Coríntios 5:16-25. Todos os cristãos são habitados pelo Espírito, mas os cristãos “espirituais” também são “guiados pelo Espírito” e “andam no Espírito”, de modo que “o fruto do Espírito” aparece em suas vidas. Na verdade, esse ministério de amor e restauração de um irmão que errou é exatamente o tipo de coisa que devemos fazer quando andamos no Espírito. Só um cristão “espiritual” deve tentar restaurá-lo.

Contudo, não devemos nos apegar a isso como desculpa para fugir a uma tarefa desagradável. Não podemos dizer: “Isso me exclui; eu não sou espiritual”. O versículo 1 certamente é uma admissão de que nem todos os cristãos são de fato “espirituais”, embora todos os cristãos devessem sê-lo, e como tais ter a responsabilidade de restaurar o irmão pecador.

c. Como se deve fazer

Vós, que sois espirituais, corrigi-o, com o espírito de brandura; e guarda-te para que não sejas também tentado. A mesma palavra grega “brandura” (*praotēs*) aparece em 5:23 como parte do fruto do Espírito, pois a “mansidão”, escreve o Bispo Lightfoot, “é uma característica da verdadeira espiritualidade”.¹ Um dos motivos por que apenas os cristãos espirituais devem se envolver no ministério da restauração é que apenas os espirituais são mansos. Paulo acrescenta, então, que devemos tomar cuidado para também não sermos tentados. Isso dá a idéia do que a mansidão nasce de um sentimento de nossa própria fraqueza e inclinação para pecar. J. B. Phillips parafraseia o versículo da seguinte maneira: “sem qualquer complexo de superioridade, para vos salvaguardar contra possíveis tentações”.

Vimos, então, que quando um irmão cristão comete um pecado deve ser restaurado, e que os crentes amadurecidos, espirituais, devem exercer esse delicado ministério com brandura e humildade. Triste é reconhecer que na igreja contemporânea esse mandamento explícito do apóstolo é mais conhecido pelas violações do que pelo cumprimento. Mas, se andássemos no Espírito, amariamos mais aos outros; e, se nos amássemos mais, carregariamos os fardos uns dos outros; e, se o fizéssemos, não fugiríamos da obrigação de restaurar um irmão que caiu em

1. Lightfoot, pág. 216.

pecado, Além disso, se obedecêssemos a essa instrução apostólica como deveríamos, muita fofoca desagradável seria evitada, muita apostasia perigosa seria impedida, o bem da igreja seria promovido e o nome de Cristo, glorificado.

Conclusão

Retornamos ao ponto de partida. Aqueles que andam no Espírito são levados a relacionamentos harmoniosos uns com os outros. Na verdade, essa expressão de reciprocidade é que dá coesão ao parágrafo que acabamos de estudar. Não devemos nos “provocar uns aos outros” nem “invejar uns aos outros” (5:26), mas, antes, devemos “levar as cargas uns dos outros” (6:2). E essa ativa “participação mútua” cristã é uma expressão inevitável da fraternidade cristã. Não é por acaso que Paulo se dirige aos seus leitores chamando-os de “irmãos” (versículo 1). No grego, a primeira e a última palavra de Gálatas 6, antes do “amém” final, é “irmãos”. O Bispo Lightfoot cita Bengel, um antigo comentarista latino: “Toda uma argumentação se esconde sob essa única palavra”.¹

Exatamente como o apóstolo argumenta sobre a nossa liberdade cristã a partir do fato de que somos “filhos” de Deus, ele reivindica uma conduta cristã responsável baseado no fato de sermos “irmãos”. Esse parágrafo é a resposta do Novo Testamento à pergunta irresponsável de Caim: “Acaso sou eu tutor do meu irmão?” (Gn 4:9). Se alguém é meu irmão, então eu sou o seu tutor. Devo cuidar dele com amor e preocupar-me com o seu bem-estar. Não devo declarar minha autoridade imaginária sobre ele, nem “provocá-lo”, nem me ressentir de sua superioridade, nem “invejá-lo”. Devo amá-lo e servi-lo. Se ele tiver um fardo pesado, devo ajudá-lo a carregar esse fardo. Se ele cair em pecado, devo restaurá-lo, fazendo-o com mansidão. O andar no Espírito Santo nos conduzirá a esse tipo de vida cristã prática, cuidado fraternal e serviço; e é assim que se cumpre a lei de Cristo.

1. Lightfoot, pág. 215.

Gálatas 6:6-10

Semeando e colhendo

Mas aquele que está sendo instruído na palavra faça participante de todas as cousas boas aquele que o instrui. ⁷Não vos enganeis; de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará. ⁸Porque o que semeia para a sua própria carne, da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito, do Espírito colherá vida eterna. ⁹E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos. ¹⁰Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé.

O apóstolo Paulo está chegando ao final de sua carta. Seus temas principais já foram apresentados. Tudo o que resta são algumas advertências finais. À primeira vista, essas instruções e exortações parecem estar muito frouxamente ligadas entre si, quase totalmente desconexas. Um exame mais detalhado, no entanto, revelará o elo de ligação. É o grande princípio da semeadura e da colheita, apresentado de forma epigramática no versículo 7: *Aquilo que o homem semear, isso também ceifará*. Este é um princípio de ordem e coerência que se acha inscrito em toda vida, material e moral.

A agricultura, por exemplo. Depois do dilúvio, Deus prometeu a Noé que, enquanto houvesse terra, haveria “sementeira e ceifa”, isto é, a semeadura e a colheita não teriam fim (Gn 8:22). Se um lavrador deseja ter colheita, deve semear a semente no seu campo; caso contrário, não haverá colheita. Além disso, o tipo de colheita que ele vai obter é determinado de antemão pelo tipo de semente que ele semeia. Isso acontece com a natureza, a qualidade e a quantidade. Se ele semear cevada, vai colher cevada; se semear trigo, colherá trigo. Semelhantemente, uma boa semente produz uma boa colheita, e uma semente ruim produz uma colheita ruim. Além disso, se ele semeia com abundância, pode esperar uma colheita abundante; mas se semeia parcamente, também vai colher parcamente (cf. 2 Co 9:6). Reunindo tudo, podemos dizer que se um lavrador deseja uma safra abundante de uma determinada semente, então, além de semear a semente adequada, esta deve ser boa e tem de ser semeada com abundância. Só assim ele pode esperar uma boa colheita.

Exatamente o mesmo princípio opera na esfera moral e na espiritual. *Aquilo que o homem semear, isso também ceifar*. Quem decide como será a colheita, não são os que colhem, mas os semeadores. Se um homem é fiel e consciencioso em sua semeadura, então pode confiantemente aguardar uma boa colheita. Se ele “semeia ventos”, como costumamos dizer, só pode “colher tempestades”! Por outro lado, “os que lavram a iniquidade e semeiam o mal, isso mesmo eles segam” (Jó 4:8). Ou, como Oséias advertiu os seus contemporâneos (8:7), “porque semeiam ventos, segarão tormentas” (referindo-se ao juízo divino).

Este princípio é uma lei divina imutável. A fim de enfatizá-lo, o apóstolo o prefacia com uma ordem (“Não vos enganeis”) e uma declaração (“de Deus não se zomba”).

A possibilidade de se enganar é mencionada diversas vezes no Novo Testamento. Jesus disse que o diabo é um mentiroso e o pai da mentira, e advertiu os seus discípulos contra a possibilidade de serem enganados.¹ João nos adverte, na sua segunda epístola, que “muitos enganadores têm saído pelo mundo fora”.² Paulo nos roga, em sua carta aos Efésios: “Ninguém vos engane com palavras vãs.”³ Já em Gálatas ele pergunta aos seus leitores: “Quem vos fascinou?” (3:1) e fala da pessoa que “a si mesma se engana” (6:3).

Muitos se enganam acerca desta inexorável lei da semeadura e da colheita. Semeiam impensadamente, indiferentemente, cegos ao fato de que as sementes que estão lançando inevitavelmente produzirão uma colheita correspondente. Ou, então, semeiam semente de um tipo e aguardam uma colheita de outro tipo. Imaginam que de alguma forma vão se safar. Mas isso é impossível. Então Paulo acrescenta: *de Deus não se zomba*. A palavra grega aqui (*muktêrizō*) é chocante. Deriva de uma palavra que significa nariz e quer literalmente dizer “torcer o nariz para” alguém e, portanto, “zombar” ou “tratar com desprezo”. A partir daí pode significar “brincar” ou “passar a perna” (Arndt-Gingrich). O que o apóstolo diz aqui é que os homens podem enganar a si mesmos, mas não podem enganar a Deus. Embora pensem que podem escapar desta lei da semeadura e colheita, eles não podem. Podem até continuar semeando suas sementes e fechando os olhos às consequências, mas um dia o próprio Deus vai fazer a colheita.

Do princípio passamos para a aplicação. Há três esferas da experiência cristã nas quais Paulo vê o princípio operando.

1. Jo 8:44; Mc 13:5,6,22. 2. 2 Jo 7. Cf. 1 Jo 2:18-27; 4:1-6

3. Ef 5:6. Cf. 1 Co 6:9; 2 Ts 2:3.

1. Ministério Cristão (v. 6)

Mas aquele que está sendo instruído na palavra faça participante de todas as coisas boas aquele que o instrui. A palavra grega para “aquele que está sendo instruído na palavra” é *ho katêchoumenos*, o catecúmeno, alguém que “está aprendendo o Evangelho” (BLH). É assim que Lucas descreve Teófilo no prefácio do seu Evangelho (1:4).

Quer a instrução dada seja em particular, ou numa aula de catequese, na qual os convertidos são preparados para o batismo, ou a toda uma congregação pelo seu pastor, o princípio é o mesmo: aquele que está sendo instruído na palavra deve ajudar a sustentar o seu mestre. Assim um ministro pode esperar ser sustentado pela congregação. Ele semeia a boa semente da Palavra de Deus e colhe o sustento.

Há pessoas que acham isso embaraçoso. Mas o princípio bíblico é enfatizado muitas vezes. O Senhor Jesus disse aos setenta que enviou: “Digno é o trabalhador do seu salário” (Lc 10:7). E Paulo aplica explicitamente a metáfora da semeadura e da colheita para ensinar a mesma verdade: “Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito recolhermos de vós bens materiais?” (I Co 9:11).

Se o princípio for devidamente aplicado, mantém-se por si só. Apesar disso, devemos considerar seus dois possíveis abusos.

a. Abuso por parte do ministro

Lutero viu, no seu tempo, o perigo de obedecer a esta injunção apostólica com excessiva facilidade, pois a Igreja Católica Romana era muito rica devido ao dinheiro do povo, e “por causa dessa excessiva liberalidade dos homens, a avareza do clero aumentou”.¹ Semelhantemente, hoje, embora de poucos ministros se possa dizer que são excessivamente bem pagos, a imagem popular do ministro cristão (pelo menos no mundo ocidental) parece ser que o seu emprego é confortável e seguro. Na linguagem moderna, ele fez “um bom negócio”. E há uma certa verdade nisso. Alguns ministros cristãos são tentados pela preguiça, e alguns sucumbem à tentação. Na Inglaterra os ministros são classificados como “autônomos”. Ninguém exatamente supervisiona o seu trabalho. Por isso acontece frequentemente eles se tornarem indolentes. É compreensível, portanto, que Paulo, embora declarasse a ordem do Senhor “aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho” (I Co 9:14), tenha renunciado o seu próprio direito pregando o evangelho de graça e ganhando o seu sustento como fabricante de tendas. Quem sabe maior número de ministros devesse tentar fazer o mesmo

1. Lutero, pág. 547.

hoje, a fim de corrigir a impressão de que os ministros entram para o ministério “apenas pelo que podem tirar dele”. Mas o princípio bíblico é claro, que o ministro deve ficar livre do trabalho secular para se dedicar ao estudo e ao ministério da Palavra e para cuidar do rebanho que lhe foi confiado. Como disse Lutero: “É impossível que um homem trabalhe dia e noite para ganhar o seu sustento e, ao mesmo tempo, se dedique ao estudo das sagradas letras, como exige o ofício do pregador”.¹

Haverá algum jeito de proteger-se desse abuso? Vejamos o que é dito em 1 Timóteo 5:17: “Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino. Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o grão. E ainda: O trabalhador é digno de seu salário.” Não é uma coisa particularmente lisonjeira, talvez, comparar o pregador a um boi que pisa o grão! Mas ele também é chamado de “trabalhador”, ou operário. A palavra grega é forte e indica aquele que “labuta” na Palavra com todas as suas forças e meios, procurando entendê-la e aplicá-la. Talvez a pregação esteja em declínio na igreja de hoje porque nós fugimos do trabalho duro que ela envolve. Mas se o ministro se entrega ao ministério com a energia de um trabalhador, semeando a boa semente nas mentes e nos corações da congregação, então ele pode esperar a sua subsistência material.

b. Abuso por parte da congregação

Se o princípio de a congregação pagar o ministro pode incentivá-lo a se tornar preguiçoso e negligente, da mesma forma a congregação pode se sentir tentada a controlar o ministro. Algumas congregações exercem uma positiva tirania sobre o seu pastor e quase o chantageiam a pregar o que querem ouvir. Ele é pago para isso, dizem; portanto deve dançar de acordo com a música. E, se o ministro tem esposa e família para sustentar, sente-se tentado a ceder. Naturalmente ele não deve ceder a tais pressões, mas a congregação também não deve colocá-lo em tal situação. Se o ministro semeia com fidelidade a boa semente da Palavra de Deus, por mais desagradável que a congregação possa achá-lo, ele tem o direito de receber o seu sustento. A congregação não tem autoridade de reduzir o seu salário só porque ele se recusa a reduzir suas palavras.

O relacionamento certo entre mestre e discípulo, ou entre ministro e congregação, é o de *koinōnia*, “comunhão” ou “sociedade”. Por isso

1. Lutero, pág. 552.

Paulo descreve: “Mas aquele que está sendo instruído na palavra faça participante (*koinōneitō*) de todas as coisas boas aquele que o instrui.” Ele partilha as coisas espirituais com seus discípulos, e estes partilham as coisas materiais com ele. O Bispo Stephen Neill comenta: “Isso não deve ser considerado um *pagamento*. A palavra ‘partilhar’ é uma excelente palavra cristã que é usada para a nossa *comunhão* no Espírito Santo”.¹

2. Santidade Cristã (v. 8)

Porque o que semeia para a sua própria carne, da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito, do Espírito colherá vida eterna. Esta é uma outra esfera na qual opera o princípio da “semeadura e colheita”. Paulo passa do particular para o geral, dos ministros cristãos e o seu sustento para o povo cristão e o seu comportamento moral. Ele retorna ao tema da carne e do Espírito, o qual examinou em certa extensão em Gálatas 5:16-25. Ali, em Gálatas 5, a vida cristã é comparada a um campo de batalha, e a carne e o Espírito são dois combatentes em guerra um contra o outro. Mas aqui, em Gálatas 6, a vida cristã é comparada a uma propriedade rural, e a carne e o Espírito são dois campos em que nós semeamos. Além disso, a nossa colheita depende de *onde* e o *quê* nós semeamos.

É um princípio de santidade vitalmente importante e muito negligenciado. Não somos vítimas indefesas de nossa natureza, temperamento e ambiente. Pelo contrário, o que nos tornamos depende principalmente de como nos comportamos; nosso caráter é formado pela nossa conduta. De acordo com Gálatas 5, o dever do cristão é “andar no Espírito”; de acordo com Gálatas 6, é “semeiar para o Espírito”. Assim o Espírito Santo é comparado ao caminho pelo qual andamos (Gl 5) e ao campo no qual semeamos (Gl 6). Como podemos esperar colher o *fruto* do Espírito se não semeamos no *campo* do Espírito? O velho adágio é verdadeiro: “Semeie um pensamento, colha um ato; semeie um ato, colha um hábito; semeie um hábito, colha um caráter; semeie um caráter, colha um destino.” Isso é bom e é bíblico.

Vamos examinar os dois tipos de semeadura possíveis, isto é, “semeiar para a carne” e “semeiar para o Espírito”.

a. *Semando para a carne*

Vimos que a nossa “carne” é a nossa natureza caída, “com as suas paixões e concupiscências” (5:24), a qual, se não for controlada, ma-

1. Neill, pág. 71.

nifesta-se nas “obras da carne” (5:19-21). Essa natureza caída existe em cada um de nós e permanece em nós, mesmo depois da conversão e do batismo. É um dos campos de nossa propriedade rural humana em que podemos semear.

“Semear para a carne” é trabalhar para ela, acariciá-la, aconchegá-la e afagá-la, em vez de crucificá-la. As sementes são principalmente pensamentos e atos. Toda vez que permitimos que a nossa mente abrigue um ressentimento, acalente uma queixa, entretenha uma fantasia impura ou chamefurde na autopiedade, estamos semeando para a carne. Toda vez que permanecemos em má companhia a cuja influência insidiosa sabemos que não poderemos resistir, toda vez que permanecemos na cama quando deveríamos nos levantar para orar, toda vez que lemos literatura pornográfica, toda vez que assumimos um risco que cria dificuldades para o nosso autocontrole, estamos semeando, semeando, semeando para a carne. Há cristãos que semeiam para a carne todos os dias e ficam se perguntando porque não colhem santidade. A santidade é uma *colheita*; colher ou não colher depende quase inteiramente do que e onde semeamos.

b. Semeando para o Espírito

“Semear para o Espírito” é o mesmo que “o pendor do Espírito” (Rm 8:6) e “andar no Espírito” (Gl 5:16,25). Além disso, as sementes são nossos pensamentos e atos. Devemos “buscar” as coisas de Deus e “pensar” nelas, “coisas lá do alto, não nas que são aqui da terra” (Cl 3:1,2; compare com Fp 3:19). Com os livros que lemos, a companhia que desfrutamos e o lazer que buscamos, podemos “semear para o Espírito”. Devemos, então, incrementar hábitos disciplinados de devoção na vida particular e pública, na oração e leitura diária da Bíblia, e no culto junto com o povo do Senhor no dia do Senhor. Tudo isso é “semear para o Espírito”; sem isso não pode haver colheita do Espírito, ou “fruto do Espírito”.

Paulo traça uma diferença entre as duas colheitas, como também entre as duas semeaduras. Os resultados são apenas lógicos. Se semearmos para a carne, “da carne colheremos corrupção”, isto é, vai haver um processo de decaimento moral. Iremos de mal a pior e finalmente pereceremos. Se, por outro lado, semearmos para o Espírito, vamos “do Espírito colher vida eterna”: vai iniciar-se um processo de crescimento moral e espiritual. A comunhão com Deus (que é a vida eterna) vai se desenvolver agora até que se aperfeiçoe na eternidade.

Portanto, se desejamos colher santidade, nosso dever é duplo. Primeiro, devemos evitar semear para a carne, e, segundo, devemos con-

tinuar semeando para o Espírito. Devemos eliminar sem piedade a primeira, concentrando nosso tempo e energias no segundo. É uma outra forma de dizer (como em Gl 5) que devemos “crucificar a carne” e “andar no Espírito”. Não há outro meio de crescer em santidade.

3. A Prática do Bem do Cristão (vs. 9, 10)

E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos. Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé. O assunto muda um pouco da santidade pessoal para a prática do bem, a ajuda aos outros, as atividades filantrópicas na igreja ou na comunidade. Mas o apóstolo trata disso também sob a metáfora da sementeira e colheita.

Certamente é preciso algum incentivo para a prática do bem. Paulo reconhece isso, pois ele insiste com os seus leitores em que “não se cansem” nem desanimem (cf. 2 Ts 3:13). O serviço cristão ativo é um trabalho cansativo e exigente. Somos tentados a desanimar, a relaxar e até mesmo a desistir.

Por isso o apóstolo nos dá este incentivo, ao dizer-nos que fazer o bem é como semear. Se perseverarmos semeando, então “a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos”. Se o lavrador se cansar de semear, deixando metade do seu campo sem sementeira, vai colher apenas a metade. O mesmo acontece com as boas obras. Se desejamos uma colheita, então temos de concluir a sementeira e temos de ser pacientes, como o lavrador que “aguarda com paciência o precioso fruto da terra...” (Tg 5:7). Como disse John Brown: “Os cristãos freqüentemente agem como crianças com referência a essa colheita. Gostariam de semear e colher no mesmo dia.”¹

Se a sementeira é a prática das obras na comunidade, o que será a colheita? Paulo não nos diz; ele nos deixa adivinhar. Mas a paciente prática do bem na igreja ou na comunidade sempre produz bons resultados. Pode produzir consolo, alívio ou assistência a pessoas necessitadas. Pode levar um pecador ao arrependimento e à salvação; o próprio Jesus falou dessa obra, chamando-a de sementeira e colheita (Mt 9:37; Jo 4:35-38). Pode ajudar a deter a deterioração moral da sociedade (esta é a função do “sal da terra”) e até mesmo torná-la um lugar mais doce e mais saudável de se viver. Pode aumentar o respeito dos homens pelo que é bonito, bom e verdadeiro, especialmente nos nossos dias, quando os padrões estão baixando. Trará igualmente o bem ao que o pratica: não a salvação (pois esta é um dom livre de Deus), mas

1. Brown, pág. 344.

alguma recompensa no céu pelo seu trabalho fiel, que provavelmente assumirá a forma de serviço de ainda maior responsabilidade.

Por isso, prossegue Paulo (versículo 10), considerando que a semeadura da boa semente resulta em uma boa colheita, *enquanto tivermos oportunidade* (e a nossa vida na terra está cheia de tais oportunidades), *façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé*. Esta família consiste de nossos companheiros crentes, que compartilham conosco a “fé igualmente preciosa” (2 Pe 1:1) e que são nossos irmãos e irmãs na família de Deus. Como diz o velho ditado, “a caridade começa em casa”, para com os que reivindicam nossa primeira atenção; também a caridade cristã nunca deve parar aí. Devemos amar e servir os nossos inimigos, disse Jesus, não apenas os nossos amigos. Assim, “a perseverança em fazer o bem” é uma característica do verdadeiro cristão, uma característica tão indispensável que será considerada como evidência de fé salvadora no dia do juízo (veja Rm 2:7).

Conclusão

Consideramos as três esferas da vida cristã às quais Paulo aplica o seu inexorável princípio de que “aquilo que o homem semear, isso também ceifará”. Na primeira, a semente é a *Palavra de Deus*, semeada pelos mestres nas mentes e corações da congregação. Na segunda, a semente são *nossos próprios pensamentos e atos*, semeados no campo da carne ou do Espírito. Na terceira, a semente são *as boas obras*, semeadas nas vidas de outras pessoas na comunidade.

E, em cada caso, embora a semente e o solo sejam diferentes, a semeadura é seguida pela colheita. O mestre que semeia a Palavra de Deus vai colher o seu sustento; é propósito de Deus que seja assim. O pecador que semeia para a carne vai colher corrupção. O crente que semeia para o Espírito vai colher vida eterna, uma comunhão cada vez mais profunda com Deus. O filantropo cristão que semeia boas obras na comunidade vai fazer uma boa colheita nas vidas daqueles a quem serve e terá uma recompensa para si mesmo na eternidade.

Em nenhuma dessas esferas podemos zombar de Deus. Em cada uma delas opera o mesmo princípio, invariavelmente. E, considerando que não podemos enganar a Deus, somos tolos se tentarmos nos enganar a nós mesmos! Não devemos ignorar nem resistir a esta lei, mas aceitá-la e cooperar com ela. Devemos ter o bom senso de permitir que ela governe as nossas vidas. “Aquilo que o homem semear, isso também ceifará.” Devemos esperar colher o que semeamos. Portanto, se queremos ter uma boa colheita, devemos semear e continuar semeando a boa semente. Então, no devido tempo, a colheita virá.

Gálatas 6:11-18

A essência da religião cristã

Vede com que letras grandes vos escrevi de meu próprio punho. ¹² Todos os que querem ostentar-se na carne, esses vos constroem a vos circuncidardes, somente para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo. ¹³ Pois nem mesmo aqueles que se deixam circuncidar guardam a lei, antes querem que vos circuncideis, para se gloriarem na vossa carne. ¹⁴ Mas longe esteja de mim gloriar-me, senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual o mundo está crucificado para mim, e eu para o mundo. ¹⁵ Pois nem a circuncisão é cousa alguma, nem a incircuncisão, mas o ser nova criatura. ¹⁶ E a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus.

¹⁷ Quanto ao mais, ninguém me moleste; porque eu trago no corpo as marcas de Jesus.

¹⁸ A graça de nosso Senhor Jesus Cristo seja, irmãos, com o vosso espírito. Amém.

Paulo chega agora ao final de sua carta. Até agora ele vinha ditando para um secretário, mas a partir deste ponto, como era costume seu, pega a pena da mão deste para acrescentar um pós-escrito pessoal. Geralmente ele fazia isso apenas para colocar a sua assinatura como garantia contra falsificações (cf. 2 Ts 3:17). Às vezes ele incluía uma exortação final ou a bênção apostólica. Nesta ocasião, porém, ele escreve algumas sentenças finais com a sua própria mão.

Versículo 11: *Vede com que letras grandes vos escrevi de meu próprio punho.* Diversas sugestões já foram dadas acerca dessas “letras grandes”. Talvez ele esteja se referindo às “letras desejeitadas e desalinhadas” de um principiante,¹ pois não era escriba de profissão e estava provavelmente mais acostumado a escrever em hebraico do que em grego. Ou, talvez, suas grandes letras fossem devidas a problemas de visão, possibilidade à qual já nos referimos em conexão com a “enfermidade física” de Gálatas 4:13-15. Mas a maioria dos comentaristas acha que ele usou grandes letras deliberadamente, ou porque estivesse tratando os seus leitores como crianças (repreendendo sua ima-

1. Cole, pág. 180.

turidade espiritual e, portanto, escrevendo com letras para crianças), ou simplesmente por questão de ênfase, “para chamar a atenção e despertar a mente”,¹ como se, hoje em dia, fosse usar letras maiúsculas ou sublinhasse as palavras. E era, na verdade, uma espécie de sublinhação. Quanto a isso, J. B. Phillips comenta: “Segundo uma secular tradição oriental, poderíamos facilmente entender esta passagem assim: ‘Notai como carreguei tanto na pena, ao escrever-vos.’ E poderíamos traduzir: ‘Reparai como propositadamente sublinhei estas palavras para vós’.”

Afinal de contas, o que é que Paulo está enfatizando? Ele destaca os temas principais do evangelho cristão. Coloca-se novamente em contraste com os judaizantes e, assim, com os dois sistemas religiosos que representam. Ao fazê-lo, destaca a questão vital que está em jogo. Lendo suas palavras, somos arrancados da controvérsia do primeiro século d.C., entre Paulo e os judaizantes, e somos introduzidos diretamente no século XX. Temos até um vislumbre do curso da história da igreja através dos séculos, no qual esses assuntos têm sido continuamente debatidos. Eis aqui duas perguntas sobre a essência da religião cristã.

1. Exterior ou Interior? (vs. 12, 13)

A religião cristã é essencialmente exterior ou interior? Temos de responder que o Cristianismo não é fundamentalmente uma religião de cerimônias externas, mas algo interior e espiritual, algo do coração.

Os judaizantes, porém, concentravam-se em alguma coisa exterior, isto é, na circuncisão. Nos versículos 12 e 13 eles são descritos como “aqueles que se deixam circuncidar”, como também aqueles que “querem que vos circuncideis” ou, segundo a BLH, os que “estão forçando vocês a se circuncidarem”. Diversas vezes nestas páginas consideramos seu grito de guerra: “Se não vos circuncidardes... não podeis ser salvos” (Atos 15:1); assim eles negavam que a salvação era somente pela fé.

E por que faziam isso? Paulo é muito franco. Versículo 12: *eles querem ostentar-se na carne*, ou, segundo a BLH, “querem se mostrar e se elogiar”. Versículo 13: *...para se gloriarem na vossa carne*. Observe a repetição da palavra “carne”. A circuncisão foi realizada no corpo. É verdade que Deus a deu a Abraão como sinal de sua aliança. Mas em si mesma ela não era nada. No entanto, os judaizantes a estavam colocando como uma ordenança de importância central, insistindo em que sem ela ninguém podia ser salvo. Como, porém, uma ope-

1. Lightfoot, pág. 65.

ração externa e física poderia garantir a salvação da alma ou ser condição indispensável da salvação? Isto era palpavelmente ridículo.

Entretanto, o mesmo erro continua sendo cometido hoje por aqueles que dão uma importância exagerada ao batismo e ensinam a doutrina da regeneração batismal. O batismo é importante, assim como a circuncisão era importante. O Cristo ressurreto deu o batismo à igreja, assim como Deus deu a circuncisão a Abraão. O batismo é um sinal de membresia na aliança, como a circuncisão o foi no passado. Mas tanto batismo quanto circuncisão, por maiores verdades espirituais que sejam, não passam de atos exteriores e físicos. E é absurdo engrandecer tais coisas como meios indispensáveis de salvação e, então, passar a vangloriar-se nelas. Era uma espécie de obsessão com “estatísticas eclesásticas”, como o coloca o Dr. Cole.¹ quando se gabavam de “tantas circuncisões num determinado ano”, exatamente como nós poderíamos nos gabar de muitos batismos.

O que, então, tem importância central? O versículo 15 dá a resposta: *Pois nem a circuncisão é coisa alguma, nem a incircuncisão, mas o ser nova criatura.* O que realmente importa não é se uma pessoa foi circuncidada (ou batizada) ou não, mas se ela nasceu de novo e se é agora uma nova criatura. A circuncisão era, assim como o batismo, um sinal exterior e um selo disso. A circuncisão do corpo simbolizava a circuncisão do coração (cf. Rm 2:29). Semelhantemente, o batismo com água simboliza o batismo do Espírito Santo. E é uma tragédia lamentável que as pessoas se confundam tanto em sua maneira de pensar a ponto de substituir a coisa pelo sinal, engrandecendo uma cerimônia física às expensas da mudança de coração e fazendo da circuncisão ou do batismo um meio de salvação em vez da nova criação. A circuncisão e o batismo são coisas da “carne”, cerimônias externas e visíveis realizadas por pessoas; a nova criação é um nascimento do Espírito, um milagre interior e invisível realizado por Deus.

No decorrer da história o povo de Deus tem se inclinado a repetir este erro. Tem rebaixado uma religião do coração a uma exibição superficial e exterior, e Deus tem repetidas vezes enviado os seus mensageiros para reprovar e reclamar uma religião espiritual e interior. Esta foi a grande falta de Israel nos séculos oito e sete a.C., quando Deus, através dos profetas, se queixou: “...este povo se aproxima de mim, e com a sua boca e com os seus lábios me honra, mas o seu coração está longe de mim e o seu temor para comigo consiste só em mandamentos de homens” (Is 29:13). Jesus aplicou essa passagem aos escri-

1. Cole, pág. 181.

bas e fariseus do seu tempo e denunciou sua hipocrisia (p.ex., Mc 7:6,7). Um formalismo religioso semelhante marcou a igreja medieval antes da Reforma; o mesmo se deu com o Anglicanismo do século XVIII, até que Wesley e Whitefield nos devolveram o evangelho. E muito “igrejismo” contemporâneo faz o mesmo: não passa de uma exibição seca, enfadonha, lúgubre e morta, principalmente exterior. Realmente, é da natureza do homem caído recusar o que é real, interior e espiritual, para fabricar uma religião substitutiva que seja fácil e cômoda, exigindo apenas coisas externas e cerimônias. Mas as coisas exteriores pouco importam em comparação com a nova criação ou o novo nascimento.

Isto não quer dizer que o físico e o exterior não tenham seu lugar, pois o que está no coração precisa ser expresso através dos lábios, e o que é interior e espiritual na religião precisa ter alguma expressão exterior. Mas a essência é interior; as formas externas de nada valem se falta a realidade interior.

2. Humana ou Divina? (vs. 13-16)

Nossa segunda pergunta é se a essência da religião cristã é humana ou divina. Em outras palavras, ela é fundamentalmente uma questão do que fazemos para Deus ou do que ele fez por nós?

Ao se concentrarem na circuncisão os judaizantes cometeram um outro erro, pois a circuncisão não era apenas um ritual exterior e físico; era também uma obra *humana*, realizada por um ser humano em outro ser humano. Mais do que isso: e como símbolo religioso, a circuncisão obrigava as pessoas a guardarem a lei. “É necessário”, diziam os judaizantes, “circuncidá-los e determinar-lhes que observem a lei de Moisés” (Atos 15:5). Eles insistiam na obediência à lei porque criam que a salvação do homem dependia dela. Sua idéia do caminho da salvação era que a morte de Cristo era insuficiente; ainda era preciso merecer o favor e o perdão de Deus através de nossas próprias boas obras. Assim, sua religião era uma religião humana. Ela começava com uma obra humana (circuncisão) e continuava com mais obras humanas (obediência à lei).

Paulo desafia com vigor este ensinamento, e até impugna os motivos dos judaizantes e os desmascara. Eles não podem seriamente crer que a salvação seja uma recompensa pela obediência à lei, argumenta, porque “nem mesmo aqueles que se deixam circuncidar guardam a lei” (versículo 13). Portanto eles sabem que a salvação não pode ser merecida. Por que, então, ainda insistem nas obras meritórias? A resposta de Paulo é: “Eles fazem isso somente para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo” (versículo 12, BLH). Cf. 5:11.

E o que há na cruz de Cristo que enraivece o mundo e o incita a perseguir aqueles que a pregam? Exatamente isto: “Cristo morreu na cruz por nós, pecadores, fazendo-se maldição em nosso lugar (3:13). Portanto a cruz nos diz algumas verdades muito desagradáveis acerca de nós mesmos, isto é, que somos pecadores e estamos sob a maldição da lei de Deus e não podemos nos salvar por nós mesmos. Cristo assumiu o nosso pecado e a maldição exatamente porque não havia outra forma de nos vermos livres deles. Se pudéssemos ser salvos através de nossas próprias boas obras, sendo circuncidados e guardando a lei, poderíamos ter certeza de que não haveria cruz. (Cf. Gálatas 2:21.) Toda vez que olhamos para a cruz Cristo parece nos dizer: “Estou aqui por sua causa. É o seu pecado que estou assumindo, é a sua maldição que estou sofrendo, é a sua dívida que estou pagando, é a sua morte que estou morrendo.” Nada na história ou no universo diminui tanto o nosso tamanho como a cruz. Todos nós temos idéias exageradas a nosso próprio respeito, especialmente no que se refere à justiça própria, até que visitemos um lugar chamado Calvário. É lá, ao pé da cruz, que voltamos ao nosso tamanho normal.

É claro que ninguém gosta disso. As pessoas sofrem com a humilhação de se verem como Deus as vê e como elas realmente são. Preferem suas confortáveis ilusões. Por isso evitam a cruz. Elas constroem um cristianismo sem a cruz, que lhes garante a salvação pelas obras e não em Jesus Cristo. Não se opõem ao Cristianismo, contanto que não seja pela fé no Cristo crucificado. O Cristo crucificado, porém, elas detestam. E se os pregadores pregam a Cristo crucificado, elas se opõem, ridicularizam e perseguem. Por quê? Por causa das feridas que ele provoca no orgulho humano.

A atitude do apóstolo Paulo opunha-se totalmente a essas idéias. Versículo 14: *Mas longe esteja de mim gloriar-me, senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual o mundo está crucificado para mim, e eu para o mundo.* Para Paulo, a cruz não era uma coisa da qual ele procurava fugir, mas sim motivo de orgulho. A verdade é que não podemos nos gloriar em nós mesmos e na cruz simultaneamente. Se nos gloriamos em nós mesmos e em nossa capacidade de nos salvar, jamais nos gloriaremos na cruz e na capacidade do Cristo crucificado para nos salvar. Temos de escolher. Só quando nos humilhamos e nos reconhecemos como pecadores que merecem o inferno deixaremos de nos gloriar em nós mesmos, fugiremos para a cruz em busca de salvação e passaremos o restante de nossos dias gloriando-nos na cruz.

Como consequência, nós e o mundo nos separamos. Um foi “crucificado” para o outro. “O mundo” é a sociedade dos incrédulos. An-

tes ficávamos desesperadamente ansiosos em agradar o mundo. Mas agora, depois que nos vimos como pecadores e ao Cristo crucificado em nosso lugar, não nos importamos mais com o que o mundo pensa ou diz de nós ou faz a nós. “O mundo está crucificado para mim, e eu para o mundo.”

Assim, então, Paulo contrastou a falsa religião com a verdadeira. De um lado estava a circuncisão, representando o que é exterior e humano, a religião formal exterior e os nossos próprios esforços para nos salvar. Do outro lado, a cruz de Cristo e a nova criação, a obra consumada de Cristo na cruz para nos remir e a obra interna do Espírito em nossos corações, regenerando e santificando. São partes fundamentais do evangelho. Ninguém entende o evangelho sem antes perceber que o Cristianismo é, em primeiro lugar, interior e espiritual, e em segundo, uma obra da graça divina.

Além disso, estes dois princípios do evangelho são sempre os mesmos, não apenas na Galácia do primeiro século mas em toda a igreja em todos os tempos. Versículo 16: *E a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia seja sobre eles e sobre o Israel de Deus*. Aqui Paulo ensina três grandes verdades acerca da igreja.

a. A igreja é o Israel de Deus

“Todos quantos andarem de conformidade com esta regra” e “o Israel de Deus” não são dois grupos, mas apenas um. A partícula conectiva *kai* deveria ser traduzida por “a saber”, e não “e”, ou então ser omitida. A igreja cristã desfruta uma continuidade direta com o povo de Deus no Antigo Testamento. Aqueles que estão em Cristo hoje são “a verdadeira circuncisão” (Fp 3:3), “descendentes de Abraão” (Gl 3:29) e “o Israel de Deus”.

b. A igreja tem uma regra para sua orientação

O povo de Deus, o “Israel” de Deus, segundo diz o versículo, “anda de conformidade com esta regra”. A palavra grega para “regra” é *kanon*, que significa uma vara de medir ou régua, “a medida padrão do carpinteiro ou do supervisor”.¹ A igreja tem uma “regra” pela qual se orientar. É o “cânon” da Escritura, a doutrina dos apóstolos e, especialmente em conexão com Gálatas 6, a cruz de Cristo e a nova criação. Essa é a regra pela qual a igreja deve andar e continuamente julgar-se e reformar-se.

1. Lightfoot, pág. 224.

c. *A igreja desfruta paz e misericórdia apenas quando segue essa regra* “Paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus.” Como pode a igreja ter certeza da misericórdia e da bênção de Deus? Como pode a igreja experimentar paz e unidade entre seus próprios membros? A única resposta às duas perguntas é: “quando andar de conformidade com esta regra”. Inversamente, é pecado negligenciar “esta regra”, a fé apostólica da Bíblia, que é o motivo principal por que a igreja contemporânea parece desfrutar tão pouco a misericórdia de Deus e tão pouca paz e harmonia interna. “Paz sobre Israel”¹ é impossível quando a igreja se afasta da regra que lhe foi dada por Deus.

Conclusão (vs. 17 e 18)

Versículo 17: *Quanto ao mais, ninguém me moleste; porque eu trago no corpo as marcas de Jesus.* A palavra grega para “marcas” é *stigmata*. Os homens da igreja da Idade Média acreditavam que essas “marcas” eram as cicatrizes das mãos e pés do lado de Jesus, as quais, através de uma profunda identificação de Paulo com ele, haviam aparecido também no corpo do apóstolo. Dizia-se que, ao contemplar as feridas de Cristo, Francisco de Assis vira aparecerem nas suas próprias mãos, pés e lado “excrescências carnosas de cor negra, que exudavam um pouco de sangue”. Há quem diga que até pregos com aparência de ferro lhe brotaram da carne, negros, duros e fixos. No começo do século XX, nada menos que 321 declarações de tais “estigmatizações” foram feitas, em algumas das quais, além dos cinco ferimentos na mão, nos pés e no lado, dizia-se que as marcas apareciam também na fronte (onde Cristo usou a coroa de espinhos), nos ombros (onde ele carregou a cruz) e nas costas (onde ele foi açoitado), sendo algumas acompanhadas de dores agudas e profuso sangramento. Aqueles casos que parecem ter sido comprovados seriam atualmente chamados de “sangramentos neuropáticos”, provocados por auto-sugestão subconsciente. B. B. Warfield apresenta uma exposição completa das reivindicações de estigmatização em seu livro *Miracles, Yesterday and Today* (Milagres, Ontem e Hoje).²

É muito pouco provável, entretanto, que o *stigmata* de Jesus que Paulo levava no corpo fosse desse tipo. Sem dúvida eram antes ferimentos que ele recebera ao ser perseguido por amor a Jesus. De acordo com 2 Coríntios 11:23-25, ele recebeu “açoites, sem medida”, cinco vezes, trinta e nove açoites dos judeus, três vezes com varas, e uma

1. Com referência a essa frase cf. Nm 6:24-26; Sl 125:5; 128:6.

2. B. B. Worfield, *Miracles, Yesterday and Today*, Eerdmans, 1953, págs. 84-92.

vez foi apedrejado. Alguns desses sofrimentos talvez tenham sido sofridos antes da ocasião em que escreveu esta epístola. Certamente ele já havia sido apedrejado em Listra, uma das cidades da Galácia, onde fora abandonado na sarjeta como morto (Atos 14:19). Os ferimentos que seus perseguidores lhe inflingiram e as cicatrizes que ficaram – estas eram “as marcas de Jesus”.

A palavra *stigmata* era usada no grego secular referindo-se à marcação de um escravo. É possível que Paulo tivesse isto em mente. Ele era escravo de Jesus; ele recebera essa marcação nas perseguições. A palavra também era empregada para “tatuagens religiosas” (Arndt-Gingrich). Talvez Paulo estivesse declarando que a perseguição, e não a circuncisão, era a autêntica “tatuagem” cristã.

Este era o fundamento de sua declaração “quanto a mais, ninguém me moleste”, ou, como interpreta J. B. Lightfoot, “que ninguém questione a minha autoridade”.¹ Paulo desejava que os falsos mestres o deixassem em paz. Como judeu, ele tinha em seu corpo a marca que os judaizantes enfatizavam; mas também tinha outras marcas, provando que “pertencia a Jesus Cristo, não ao povo judeu”.² Ele não havia evitado a perseguição por causa da cruz de Cristo. Pelo contrário, carregava em seu corpo ferimentos que o marcavam como verdadeiro escravo, um devoto fiel de Jesus Cristo.

Finalmente, o versículo 18: *A graça de nosso Senhor Jesus Cristo seja, irmãos, com o vosso espírito. Amém.* Paulo iniciara a epístola com a sua costumeira saudação da graça (Gl 1:3) e prosseguira expressando sua admiração porque os gálatas estavam abandonando “tão depressa” o Deus que os chamara “na graça de Cristo” (1:6). Realmente, toda a carta é dedicada ao tema da graça de Deus, seu favor imerecido para com os pecadores. E ele a conclui com a mesma nota.

Assim, a característica autêntica do evangelho é “a graça de nosso Senhor Jesus Cristo”, e a do pregador do evangelho, “as marcas de Jesus”. Isto se aplica a todo o povo de Deus. Paulo levava as marcas de Jesus em seu corpo e a graça de Jesus em seu espírito. E ele desejava que os seus leitores fizessem o mesmo, pois eram seus “irmãos” na família de Deus.

1. Lightfoot, pág. 225.

2. Cole, pág. 185.

Um Resumo da Mensagem da Epístola

Seria útil se tentássemos, para conclusão, rever toda a Epístola, ou, pelo menos, destacar os temas principais.

Vimos que os antecedentes, a situação que provocou esta carta, foi a presença de certos falsos mestres nas igrejas da Galácia. Direta ou indiretamente, Paulo os menciona por toda a carta. Eles estavam “perturbando” a igreja. A mesma palavra aparece em Gálatas 1:7 e 5:10 e significa “perturbar, inquietar, fazer confusão” (Arndt-Gingrich). E a confusão que estavam disseminando era causada por suas idéias errôneas. Estavam pervertendo o evangelho, e Paulo os enfrenta com forte indignação.

Havia entre Paulo e os judaizantes três pontos principais em questão, que continuam sendo vitais na igreja de hoje. O primeiro é a questão da autoridade: como saber o quê e em quem crer ou descreer? O segundo é a questão da salvação: como podemos ficar bem com Deus, receber o perdão de nossos pecados e ser restaurados em seu favor e comunhão? O terceiro é a questão da santidade: como podemos controlar os desejos pecaminosos de nossa natureza caída e viver uma vida de justiça e amor? Lidando com essas questões, Paulo dedica aproximadamente os dois primeiros capítulos da Epístola à questão da autoridade, os capítulos 3 e 4 à questão da salvação, e os capítulos 5 e 6 à questão da santidade.

1. A Questão da Autoridade

Esta era a questão fundamental. Paulo e Barnabé organizaram as igrejas da Galácia quando saíram a pregar e ensinar, na sua primeira viagem missionária. Depois de sua partida, chegaram outros mestres, que reivindicavam ter a autoridade e o apoio da igreja de Jerusalém e que começaram a solapar os ensinamentos de Paulo. Como resultado disso, os gálatas ficaram num dilema. Havia dois grupos de mestres, cada um dizendo apresentar a verdade divina, mas contradizendo um ao outro. A quem eles deveriam ouvir e em quem deveriam crer? Ambos os lados pareciam ter boas credenciais. Todos eram homens santos, piedosos, retos e inteligentes, e todos eram plausíveis, cativantes e dogmáticos. A quem escolher?

A mesma situação prevalece na igreja de hoje, exceto que, em vez de uma simples alternativa entre dois pontos de vista, temos que escolher entre uma variedade assustadora de opiniões. Além disso, cada grupo tem o seu atrativo particular; seus porta-vozes são mestres notáveis, e seus seguidores incluem teólogos e bispos. Cada grupo parece razoável e sustenta a sua opinião com fortes argumentos. Mas todos se contradizem entre si. Então, como saber a quem escolher e a quem seguir?

Convém observarmos claramente o que Paulo faz nesta situação. Ele afirmou a sua autoridade de apóstolo de Jesus Cristo. Ele espera que os gálatas recebam o seu evangelho, não pelo evangelho em si mesmo ou devido à sua verdade superior, mas por causa de Paulo e da autoridade superior deste. A autoridade de que os judaizantes se vangloriavam era uma autoridade eclesiástica; reivindicavam vir da igreja de Jerusalém e falar em nome dela. Paulo insiste, por outro lado, que nem a sua missão nem a sua mensagem vinha da igreja, mas do próprio Cristo. Este é o argumento de Gálatas 1 e 2, onde ele apresenta ousadamente suas credenciais e passa a comprová-las contando a história de sua conversão e o subsequente relacionamento com os apóstolos de Jerusalém. Foi Cristo quem o autorizou, e não eles, se bem que, ao conferenciar com eles mais tarde, estes endossaram de todo o coração a sua missão e a sua mensagem.

Consciente de sua autoridade apostólica, Paulo espera que os gálatas a aceitem. Eles já o haviam feito em sua primeira viagem missionária, recebendo-o “como anjo de Deus, como o próprio Cristo Jesus” (4:14). Agora, que a sua autoridade estava sendo desafiada e a sua mensagem contestada, ele ainda espera que reconheçam a sua autoridade de apóstolo de Cristo: “Confio de vós, no Senhor, que não alimenteis nenhum outro sentimento” (5:10). A mensagem original, que ele lhes pregara (1:8) e que eles haviam recebido (1:9), tinha de ser normativa. Se alguém, por mais augusto que fosse, pregasse algum evangelho diferente, deveria ser considerado anátema.

Quase ensurdecidos pela babel de vozes na igreja contemporânea, como decidir a quem devemos seguir? A resposta é a mesma: devemos testá-las todas com os ensinamentos dos apóstolos de Jesus Cristo. Haverá “paz e misericórdia” sobre a igreja quando ela andar “de conformidade com esta regra” (6:16). Realmente, este é o único tipo de sucessão apostólica que podemos aceitar: não uma linha de bispos que se estende até aos apóstolos, dos quais reivindicam ser sucessores (pois os apóstolos foram únicos, tanto na autoridade como na inspiração, e não tiveram sucessores), mas lealdade para com a doutrina apostóli-

ca do Novo Testamento. A doutrina dos apóstolos, agora permanentemente preservada no Novo Testamento, deve regular a fé e a prática da igreja de cada geração. Por isso é que a Bíblia está acima da igreja, e não *vice-versa*. Os autores apostólicos do Novo Testamento foram comissionados por Cristo, não pela igreja, e escreveram com a autoridade de Cristo, não da igreja. “Diante dessa autoridade (dos apóstolos)”, como disseram os bispos anglicanos na Conferência de Lambeth em 1958, “a Igreja deve sempre se dobrar.” Quem dera! Os únicos planos de união eclesiástica que podem agradar a Deus e beneficiar a igreja são aqueles que em primeiro lugar diferenciam entre tradições apostólicas e tradições eclesiásticas e, então, sujeitam estas às primeiras.

2. A Questão da Salvação

Como podem os pecadores ser “justificados”, aceitos diante de Deus? Como pode um Deus santo perdoar pecadores, reconciliando-os consigo mesmo e restaurando-os em Seu favor e Sua comunhão?

A resposta de Paulo é direta. A salvação só é possível por meio da morte expiatória de Jesus Cristo na cruz. A Epístola está cheia da cruz. Paulo descreve o seu ministério de pregação como “exposição” do Cristo crucificado diante dos olhos dos homens (3:1) e sua filosofia pessoal como “glória” na cruz somente (6:14). Mas por que foi a cruz o assunto de sua pregação e o objeto de sua glória? O que Cristo fez na cruz? Considere estas três declarações de Gálatas: Ele “se entregou a si mesmo pelos nossos pecados, para nos desarraigar deste mundo perverso” (1:4); o “Filho de Deus... me amou e a si mesmo se entregou por mim” (2:20); e “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar” (3:13). É o mesmo que dizer que, *dando-se por nós*, Cristo se deu *pelos nossos pecados*; e o sentido no qual ele se deu pelos nossos pecados é que ele *se tornou maldição em nosso lugar*. Esta frase só pode significar que a “maldição” de Deus (seu justo desprazer e juízo), que repousa sobre todo aquele que transgredir a sua lei (3:10), foi transferida para Cristo na cruz. Ele assumiu a nossa maldição para que pudéssemos receber a bênção que Deus prometeu a Abraão (3:14).

O que devemos fazer, então, para ser salvos? Num certo sentido, nada! Jesus Cristo já fez tudo em sua morte, assumindo a maldição. Nossa parte é só crer em Jesus, confiar sem reservas que ele faça reverter em nossas vidas os benefícios de sua morte, pois “o homem não é justificado por obras da lei, e, sim, mediante a fé em Cristo Jesus” (2:16). A única função da fé é unir-nos a Cristo, em quem recebemos justificação, adoção e o dom do Espírito.

Os judaizantes, por outro lado, estavam perturbando a igreja com a insistência de que a fé em Jesus não era suficiente. A circuncisão e a obediência à lei tinham de lhe ser acrescentadas. Esta perversão do evangelho, Paulo nega vigorosamente. Se as pessoas podem obter a salvação através da lei, diz ele, “morreu Cristo em vão” (2:21). Se nós contribuimos com as nossas obras para obter a salvação, então diminuímos a eficácia da obra de Cristo. Se na sua morte ele assumiu os nossos pecados e a nossa maldição, então a cruz é um sacrifício suficiente pelo pecado e nada mais precisa ser acrescentado. Este é “o escândalo da cruz” (5:11), pois declara que a salvação é um presente de graça concedido com base na morte de Cristo e que não podemos contribuir com absolutamente nada.

Assim a igreja é “a família da fé” (6:10). A fé é a marca principal dos filhos de Deus. Somos uma família de crentes, e a fé é o fator que nos une com o povo de Deus de todos os lugares e épocas.

a. A fé nos une com o povo de Deus no passado

Se nós cremos, somos filhos de Abraão (3:7,29), pois ele foi justificado pela fé (3:6) exatamente como nós. Em Cristo herdamos a bênção de Abraão (3:14). Assim, é a fé que liga o Antigo Testamento ao Novo, fazendo da Bíblia um único livro e não dois. Quando lemos os autores do Antigo Testamento, não temos dificuldade em reconhecê-los como nossos companheiros crentes.

b. A fé nos une com o povo de Deus no presente

Gálatas 3:26,28: “Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus... Dessarte não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.” Isso prova que se estamos em Cristo pela fé somos “filhos de Deus” e “todos um”. Diferenças exteriores de raça, categoria social e sexo, tornam-se todas nulas e vãs. No que se refere ao nosso relacionamento com Deus, tais diferenças não têm valor algum. O que importa é estar “em Cristo”. E Paulo recusa-se a tolerar qualquer ensinamento ou ação que seja incoerente com isso. Por esta razão ele ataca os judaizantes, com sua insistência na circuncisão, e se opõe a Pedro cara a cara quando este se afasta da mesa da comunhão dos crentes gentios não circuncidados.

Ainda hoje a fé acaba com as diferenças. Não temos o direito de negar a nossa comunhão na mesa do Senhor a qualquer cristão que esteja em Cristo pela fé, sob a justificativa de que ele não tem confirmação episcopal, a mesma forma de batismo, a cor adequada de pele,

uma cultura aceitável ou qualquer outra coisa. É preciso haver ordem e disciplina em cada igreja, a fim de garantir que os seus membros estejam em Cristo pela fé. Mas não há lugar para discriminações eclesásticas, sociais ou raciais. A igreja é “a família da fé”; é a fé no Cristo crucificado que nos nivela e nos une.

3. A Questão da Santidade

Os judaizantes deturpam o evangelho de Paulo, que dizia que a justificação era só pela graça e apenas mediante a fé; eles davam a entender que, neste caso, as boas obras não tinham razão de ser e que, conseqüentemente, podemos viver como nos apraz. Isso também, Paulo nega. Ele concorda que os cristãos são “livres” e insiste com eles para que “permaneçam firmes” na liberdade com a qual Cristo os libertou (5:1), mas acrescenta que não devemos usar “da liberdade para dar ocasião à carne” (5:13). A liberdade cristã não é licenciosidade. Os cristãos foram libertados da escravidão da lei no sentido de que foram libertados da lei como meio de salvação. Mas isto não significa que estão livres para transgredir a lei. Pelo contrário, temos de “cumprir a lei”, amando-nos e servindo-nos uns aos outros (5:13,14).

Como é possível tornar-se santo? Vimos como Paulo descreve o conflito interno do cristão entre “a carne” e “o Espírito”, e o caminho da vitória por meio da ascendência do Espírito sobre a carne. Aqueles que pertencem a Cristo, diz ele, “crucificaram a carne”, rejeitando totalmente “suas paixões e concupiscências” malignas (5:24). Isso faz parte do nosso arrependimento. Acontece na nossa conversão, mas temos de nos lembrar disso e renová-lo diariamente.

O povo de Cristo também procura ser “guiado pelo Espírito” (5:18), seguindo a “linha” do Espírito (5:25) e semeando em seu “campo” (6:8), através de hábitos disciplinados de pensamento e vida, de modo que o seu “fruto” vai aparecer e amadurecer em nossas vidas. Este é o caminho da santidade cristã.

O último versículo da Epístola é uma conclusão adequada: “A graça de nosso Senhor Jesus Cristo seja, irmãos, com o vosso espírito” (6:18). A vida cristã é vivida pela graça de Cristo, e essa graça (favor imerecido) expressa-se nas três esferas que estivemos considerando.

Primeiro, a resposta à questão da autoridade é *Jesus Cristo através dos seus apóstolos*. Cristo designou e autorizou os doze e, mais tarde, Paulo, para que ensinassem no nome dele,¹ e prometeu-lhes o Espírito Santo em medida especial para lembrá-los dos seus ensinamentos e pa-

1. Mc 3:14; Lc 6:13; At 1:15-26; 26:12-18 (especialmente o versículo 17: “eu te envio”, *egō apostellō se*); 1 Co 15:8-11; Gl 1:1,15-17.

ra orientá-los em toda a verdade.¹ Assim, “as coisas que Jesus começou a fazer e a ensinar” durante a sua vida (Atos 1:1) ele continuou através de seus apóstolos. E ele quer que os homens se submetam a essa autoridade apostólica como sendo a sua autoridade: “Quem os recebe, a mim me recebe”, disse.² “Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim; e, quem vos rejeitar, a mim me rejeita”.³

Segundo, a resposta à questão da salvação é *Jesus Cristo através de sua cruz*. Jesus Cristo não veio apenas para falar, mas também para salvar; não apenas para revelar, mas também para remir. Na cruz ele assumiu nossos pecados e nossa maldição. E, se somos crucificados em Cristo, unidos a ele pela fé, todas as bênçãos do evangelho (justificação, adoção e o dom do Espírito) são nossa propriedade pessoal.

Terceiro, a resposta à questão da santidade é *Jesus Cristo através do seu Espírito*. Jesus Cristo, além de morrer, ressuscitar e voltar ao céu, enviou o Espírito Santo para substituí-lo. Esse Espírito Santo é o Espírito de Cristo, que habita em cada crente.⁴ E uma das maiores obras do Espírito Santo é nos conformar à imagem de Cristo,⁵ formar Cristo em nós (Gl 4:19), produzir em nossas vidas o seu fruto de semelhança com Cristo.

Temos, assim, que através dos seus apóstolos Cristo nos ensina, através de sua cruz, nos salva e através do seu Espírito, nos santifica. É este o resumo da mensagem da Epístola aos Gálatas e, na verdade, do próprio Cristianismo. Está tudo incluído nas últimas palavras da Epístola: *A graça de nosso Senhor Jesus Cristo* (sua graça através dos seus apóstolos, sua cruz e seu Espírito) *seja, irmãos, com o vosso espírito. Amém.*

1. Jo 14:25,26; 15:26,27; 16:12-15. 2. Mt 10:40; cf Jo 13:20. 3. Lc 10:16.
4. P.ex., Rm 8:9; 1 Co 6:19; Gl 3:2,14; 4:6. 5. 2 Co 3:18.

A MENSAGEM DE GÁLATAS

“**A**través dos seus apóstolos Cristo nos ensina, através de sua cruz nos salva e através do seu Espírito nos santifica. É este o resumo da mensagem da Epístola aos Gálatas e, na verdade, do próprio cristianismo.”

Neste volume, John Stott, mestre na arte da exposição bíblica, analisa com sua tradicional lucidez o ensino de Gálatas sobre o verdadeiro evangelho, contrastando-o com os “outros evangelhos” e falsos mestres que existem por aí. O recado é profundamente relevante para a igreja brasileira, hoje.



John Stott desempenha, numa combinação rara, as atividades de evangelista, pastor e expositor bíblico. É pastor emérito da Igreja *All Souls* em Londres. Atualmente desenvolve um ministério internacional como expositor bíblico, conferencista e escritor. Entre seus muitos livros destacam-se: *A Mensagem do Sermão do Monte*, *A Mensagem de Efésios*, *A Mensagem de 2 Timóteo*, *A Mensagem de Romanos 5-8* e *Crer É Também Pensar*.

